

**Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Educação**

ALINE MONGE DOS SANTOS SOARES

**DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS PARA MULHER E FAMÍLIA NA RÚSSIA
REVOLUCIONÁRIA**

**Marília
2012**

ALINE MONGE DOS SANTOS SOARES

**DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS PARA MULHER E FAMÍLIA NA RÚSSIA
REVOLUCIONÁRIA**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como parte integrante dos requisitos para obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações Educacionais.

Orientadora: Dr.^a Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo.

**Marília
2012**

Ficha catalográfica elaborada pelo
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP – Campus de Marília

Soares, Aline Monge dos Santos.
S676d Discussões sobre políticas para mulher e família na Rússia revolucionária / Aline Monge dos Santos Soares. – Marília, 2012.
99 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.

Bibliografia: f. 98-99.

Orientador: Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo.

1. Mulheres. 2. Família. 3. Opressão. 4. Políticas públicas.
5. Rússia - História - Revolução, 1917. 6. Educação soviética.
I. Título.

CDD 396

ALINE MONGE DOS SANTOS SOARES

**DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS PARA MULHER E FAMÍLIA NA RÚSSIA
REVOLUCIONÁRIA**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte integrante dos requisitos para obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações Educacionais.

Orientadora: Dr^a. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo.

Aprovada em 26 de junho de 2012

Banca Examinadora

1^a. Examinadora: Profa. Dra. Neusa Maria Dal Ri
Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP - Marília

2^a. Examinador: Dr. Candido Giraldez Vieitez
Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP - Marília

3^a. Examinadora: Profa. Dra. M. Luz Sanfeliu
Universidade de Valência – Espanha



**PESQUISA FINANCIADA PELA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE
PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**

*Em memória de Camilinha, por nossa dor compartilhada e pela conversa que nunca
tivemos...*

Para sempre me lembrar do verdadeiro motivo da minha existência.

Camila Radwanski, presente, hoje e sempre!

AGRADECIMENTOS

São muitos meus agradecimentos a muitas pessoas, sem as quais a realização desta pesquisa seria impossível. Este trabalho está muito longe de ser considerado um trabalho realizado de forma solitária. Foi fruto de longas discussões acirradas e emocionantes realizadas em grupos de estudos, bares, escadas, gramados, congressos, seminários, bancas, cozinhas, salas de aula, sala de moradia, repúblicas, greves, piquetes, ocupações, etc. Nesses espaços assimilei e refutei múltiplos aspectos teóricos, políticos e sociais. Percebi-me oprimida e explorada como mulher, negra, da classe trabalhadora. Convenci-me de que minha opressão tem origem material e assim me tornei marxista. Como marxista passei a dedicar minha vida à construção da revolução socialista, por acreditar profundamente que minha emancipação depende totalmente da vitória da minha classe.

Poderia aqui citar o nome de muitas pessoas que me ajudaram de forma geral na construção deste trabalho, desde o empréstimo de materiais, apoio financeiro, político, afetivo dos amigos, até as discussões com meus camaradas sobre a necessidade de revolucionar nossa vida, moral e relações pessoais (muito obrigada!).

À minha orientadora Tania Brabo, pela paciência, compreensão, confiança e coragem de assumir esta orientação entre tantos contratemplos.

Entretanto, as pessoas mais importantes para tornar possível a escrita deste trabalho foram aquelas que me ajudaram a compreender minha vida como resultado da opressão direta que sofri e esta opressão como resultado da exploração do trabalho, transformando-me de uma mulher insegura, dependente, culpada, oprimida, deprimida e desequilibrada emocionalmente em uma mulher feminista, marxista e revolucionária. Hoje tenho como objetivo de vida não remoer a dor eternamente, mas ser motor da revolução social fundamental para nossa emancipação. Gostaria, portanto, de agradecer principalmente aos seguintes amigos, que foram peças fundamentais para a constituição da nova moral que hoje me toma (por ordem cronológica em minha vida): Neusa, Clismênia, Letícia, Ricardo, Paulinha, Clarissa, Filipe, Rafael, Ravenna, Alê, Kaio, Simone, Maíra, Paula, Virginia, Jeniffer, May, entre outros.

Meus agradecimentos especiais aos camaradas: Alessandro Moura, Gilson Dantas, Paula Lictha e Karina Ferraro pelos apontamentos sobre partes deste trabalho.

Como não poderia deixar de ser, minha sincera e eterna gratidão ao *Gato e Gata*, pela força, coragem e determinação cativadas em mim desde sempre.

*Esta associação que promete a cada trabalhador e a cada trabalhadora,
ao mesmo tempo que a alegria mais completa, o máximo de satisfação que
pode caber a seres conscientes de si mesmo e da vida que os cerca.
A união livre, eis o que a sociedade comunista de amanhã significará para
o homem e para a mulher.*

(KOLLONTAI, 1982, p. 86)

SOARES, Aline Monge dos Santos. **Discussões sobre políticas para mulher e família na Rússia Revolucionária**. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

RESUMO

Este texto apresentado à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC- UNESP - Campus de Marília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre, tem como orientadora a Dr^a. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo. Refletindo e estudando a devastadora realidade social de milhões de mulheres trabalhadoras em pleno século XXI, buscando examinar qual a base material para a reprodução da opressão e a partir dos avanços conquistados pelas mulheres na Revolução Russa é que propomos este tema. Nosso problema se concentra em verificar quais foram as principais políticas públicas para a mulher e para a família propostas pelo Partido Bolchevique na Rússia Revolucionária. Sendo nossos objetivos específicos: analisar a base da discussão de Marx e Engels sobre a mulher e a família; apresentar algumas das discussões feministas que se desenvolveram a partir da discussão marxista sobre a família, a mulher e a Revolução Russa; averiguar quais foram as principais políticas públicas para a mulher e para a família propostas pelo Partido Bolchevique e implementadas pelo Governo Soviético a partir da Revolução Socialista de 1917. Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, dissertações e teses. Usamos como fonte primordial para a pesquisa bibliográfica, além de textos clássicos de Marx e Engels que abordam as questões sobre a formação da família ao longo da história, opressão da mulher, divisão do trabalho, socialização do trabalho doméstico e educação das crianças; artigos e livros de alguns dos principais dirigentes do Partido Bolchevique na Rússia Revolucionária. Também utilizamos obras, artigos e teses de feministas que foram influenciadas pelo pensamento marxista e pelos acontecimentos da Revolução de Outubro, que refletem as discussões sobre a família, o patriarcalismo, a opressão às mulheres e as medidas necessárias à sua emancipação. Além de uma fonte específica que constitui uma ampla e documentada investigação histórica sobre a política a respeito das mulheres na extinta União Soviética, de uma historiadora norte-americana Wendy Z. Goldman, a edição em espanhol de *La mujer, el Estado y la revolución*, apresenta uma vasta e profunda descrição de um dos aspectos menos conhecidos da transformação soviética sob a Revolução, os códigos civis familiares russos, que sob o teto do socialismo se transformaram num marco legal que deve nortear a discussão da mulher e as políticas necessárias à sua emancipação.

Palavras-Chave: Mulher. Família. Opressão. Políticas Públicas. Revolução Russa. Educação Soviética.

ABSTRACT

This text, submitted to the examination board of FFC-UNESP - Marília Graduate Program in Education, as part of the requirements for obtaining the title of Master, is guided by Dr. Tania Suely Antonelli Marcelino Brabo. Reflecting and studying the devastating social reality of millions of working women in the XXI century, seeking to examine what the material basis for the reproduction of oppression and from the advances achieved by women in the Russian Revolution is that we propose this theme. Our problem focuses on verifying what were the main public policies on women and family proposed by the Bolshevik Party in Revolutionary Russia. As our specific goals: to analyze the basis of Marx and Engels discussion on women and family, present some of the feminist discussions that developed from the Marxist discussion about family, the woman and the Russian Revolution; investigate what were the main policies for women and family proposed by the Bolshevik Party and implemented by the Soviet Government as from the Socialist Revolution of 1917. We used as methodology the bibliographic research we have developed from material already prepared, consisting mainly of books, papers, dissertations and theses. We used as primary source for bibliographic research, in addition to Marx and Engels classic texts which address family formation issues throughout history, women's oppression, labor division, socialization of housework and children education; articles and books from some of the main leaders of the Bolshevik Party in Revolutionary Russia. We also use works, articles and theses of feminists who were influenced by Marxist thought and the events of the October Revolution, which reflect the family discussions, patriarchalism, women's oppression and the proper measures for their emancipation. Apart from a specific source that provides a broad and documented historical research on policy regarding women in the former Soviet Union, from the north-american historian Wendy Z. Goldman, the Spanish edition of "La mujer, el y la revolución State", exhibit a vast and profound description of one of the lesser known aspects of the soviet transformation under the Revolution, the Russian family civil codes, which under the roof of socialism became a legal framework that should guide the discussion of women and necessary policies for their emancipation.

Keywords: Woman. Family. Oppression. Public Policies. The Russian Revolution. Soviet education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. OS PRINCÍPIOS DA ELABORAÇÃO MARXISTA SOBRE A FAMÍLIA: AS RAÍZES DO PENSAMENTO BOLCHEVIQUE	22
CAPÍTULO 2. CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS À DISCUSSÃO MARXISTA SOBRE A FAMÍLIA, O PATRIARCALISMO E A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES	34
2.1. A passagem do comunismo primitivo e das sociedades matriarcais a generalização do patriarcalismo: a relação entre a família e a propriedade privada, a repressão sexual da mulher e a família como principal sustentáculo de sua opressão	36
2.2. Contradição entre o papel da mulher na família patriarcal original e o desenvolvimento do capitalismo com o ingresso das mulheres nas fábricas: o inevitável fim da família	45
2.3. A dupla jornada de trabalho da mulher: exploração e opressão sob o capitalismo	50
2.4. Revolução socialista para a divisão social do trabalho doméstico: a única saída para as mulheres trabalhadoras segundo a tradição marxista	55
CAPÍTULO 3. SOB O TETO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA A RÚSSIA SE TORNA PIONEIRA AO AVANÇAR NOS DIREITOS DAS MULHERES E DAS CRIANÇAS	62
3.1. O primeiro Código Civil Familiar da Rússia Revolucionária	70
3.2. A questão da educação de homens e mulheres na Rússia Revolucionária	75
CAPÍTULO 4. RÚSSIA STALINISTA E O RETROCESSO NAS CONQUISTAS DAS MULHERES	87
CONCLUSÃO	92
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como orientadora a Dra. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo. Nossa principal dificuldade durante a pesquisa residiu na escassez de produções bibliográficas que abordam os temas que envolvem a Revolução Russa¹, principalmente os primeiros anos, sob a direção do partido bolchevique, foram aplicadas as mudanças legais mais avançadas da época no que tange à questão da mulher, transformando o cenário social num palco para discussão livre sobre o amor, o matrimônio, as uniões livres, a sexualidade, a extinção da família, a socialização do trabalho doméstico, a educação das crianças, o direito ao divórcio e ao aborto, entre tantas outras questões que fazem parte do cotidiano dos interessados em discutir feminismo marxista revolucionário.

Nossa motivação pessoal não poderia ser mais materialista. É a expressão de Marx quando na obra *A ideologia Alemã (2009)*, diz que “o ser determina a consciência”, já que é resultado de ter entendido que os acontecimentos trágicos da vida de milhões de mulheres são resultados materiais da opressão e da exploração do sistema capitalista e dessa sociedade dominada pelos dogmas da família patriarcal, do racismo e da heteronormatividade. Esta dissertação é consequência de termos compreendido profundamente que as medidas tomadas pelo Estado Operário para a emancipação feminina na Rússia Revolucionária, orientadas pelo pensamento de parte do Partido Bolchevique e embasadas nas ideias de Marx e Engels, são condições fundamentais, ainda hoje, para garantir as bases materiais para a emancipação das mulheres. Sou mulher, trabalhadora e negra. Minha vida e experiências refletiram desde sempre a sociedade em que estou inserida, a opressão a que está submetida toda mulher neste sistema, que se soma à exploração, humilhação, dor e sofrimento para a mulher trabalhadora diante de seu drama diário: ganhar seu sustento e de seus filhos.

Atualmente, apesar de os direitos das minorias terem se difundido, se transformando em leis sendo amplamente debatidas nos mais diversos fóruns: instituições, ONG’S, acordos internacionais, secretarias de gênero, etc., e ainda que as mulheres tenham conquistado muitos direitos no começo do século XX, no que diz respeito ao divórcio, à participação política e ao trabalho, a realidade objetiva indica que estamos ainda muito longe de conseguir, sob o teto da democracia burguesa, metade das reivindicações históricas das mulheres trabalhadoras.

Só no continente latino-americano o aborto clandestino continua sendo a primeira causa de morte materna; são 6.000 mulheres que morrem anualmente por complicações relacionadas a abortos inseguros. Em todo o

¹ A escassez de produções bibliográficas na área é o principal motivo para a ausência de referências de dissertações e teses neste trabalho.

mundo 500.000 mulheres morrem a cada ano por complicações na gravidez e no parto e 500 mulheres por dia morrem por abortos clandestinos. Ao contrário do que se imagina, no início do século XXI vivemos uma atitude cada vez mais feroz do fundamentalismo católico em aliança com os Estados e o poder político contra os direitos sexuais, reprodutivos e o direito ao aborto, enquanto vêm à tona cada vez mais casos de abuso sexual contra meninos, meninas e jovens perpetrados pelos membros da Igreja. (D'ATRI, 2008, p. 155).

Em algumas culturas os crimes de defesa da honra masculina ainda persistem, infligindo às mulheres todo tipo de humilhação e punição física, que vão desde amputações e queimaduras até o assassinato. Em alguns países como a China, a Indonésia, Bangladesh, Coréia do Sul etc., os infanticídios e abortos são seletivos e 99% das vítimas são meninas. “Na Índia matam-se as mulheres que ficam viúvas e se transformam em uma carga social. Na zona andina, é tradição dos povos originários que as mulheres não tenham direito a herdar a terra.” (D'ATRI, 2008, p. 156).

A América Latina e o Caribe, por sua vez, registram os índices mais altos de violência contra as mulheres: o homicídio representa em nosso continente a quinta causa de morte, sendo que 70% das mulheres padecem de violência doméstica, e 30% reportam que sua primeira relação sexual foi forçada. Calcula-se que 80% das agressões permanecem em silêncio, já que não são denunciadas por medo ou pela certeza de que a denúncia não será levada em conta. Uma em cada três mulheres no mundo sofre maus tratos. Segundo as estatísticas a cada oito segundos uma mulher é vítima de violência física. (D'ATRI, 2008, p. 156).

As mobilizações patrocinadas pela burguesia contra o abuso infantil encontram seu limite nas fronteiras do trabalho escravo e do tráfico de crianças dos países periféricos às grandes potências. Os direitos iguais e o respeito à diversidade existe somente como discurso para camuflar a prática atroz da repressão praticada pelo Estado e suas instituições contra os despossuídos.

Em 2003, 13 milhões de crianças morreram de fome no mundo: é um número seis vezes maior que o total de vítimas da Primeira Guerra Mundial entre 1914 e 1918. A maioria dessas crianças são meninas dos países do chamado Terceiro Mundo. Dos 960 milhões de analfabetos existentes no mundo 70% são mulheres. E por cada homem que emigra dos países pobres ou envolvidos em guerras e conflitos, há três mulheres. Elas são as principais vítimas dos conflitos ficando viúvas ou órfãs em frente às suas casas, perdendo tudo e tendo que escolher entre emigrar ou enfrentar a crueldade dos estupros, que muitas vezes fazem parte das operações de guerra, tendo seus corpos transformados em botim para o inimigo. (D'ATRI, 2008, p. 157).

Se hoje há maior liberdade sexual das mulheres, junto com ela cresce o mercado da estética, da prostituição e do consumo sobre produtos que prometem a eterna juventude. Junto com a liberdade sexual a imagem da mulher foi cada vez mais vinculada a de um produto, passando por um processo de uniformização da aparência baseado em padrões brancos e magros, que matam milhares de meninas de anorexia e oprimem outras milhões que jamais se encaixarão neste perfil racista porque são negras.

Na Argentina, calcula-se que ocorrem entre 5.000 e 8.000 estupros por ano. Segundo as especialistas em violência, em todo o mundo um em cada cinco dias de ausência feminina no ambiente de trabalho é consequência de um estupro ou de violência doméstica. Enquanto isso, o 'turismo sexual' nos países mais pobres do mundo se transformou em uma indústria bastante rentável para cafetões, traficantes de mulheres e meninas e exploradores sexuais. Não obstante, nos locais onde o mercado do sexo é um delito, antes dos clientes, a culpa é sempre das mulheres em situação de prostituição. (D'ATRI, 2008, p. 157).

Ao lado dos direitos dos homossexuais cresce também os negócios que incentivam o turismo (como a Parada Gay, que arrecadando milhões foi transformada de movimento de resistência ao segundo evento anual brasileiro mais lucrativo, atrás somente da Fórmula 1²). Isso enquanto jovens homossexuais trabalhadores continuam a morrer aos montes vítimas da intolerância e da opressão revertida em espancamento.

Refletindo e estudando essa realidade social latente, buscando examinar qual a base material para a reprodução da opressão e a partir dos avanços conquistados pelas mulheres na Revolução Russa é que propomos este tema. Nosso problema se concentra em verificar quais foram as principais políticas públicas para a mulher e para a família propostas pelo Partido Bolchevique na Rússia Revolucionária. Sendo nossos objetivos específicos: analisar a base da discussão de Marx e Engels sobre a mulher e a família; apresentar algumas das discussões feministas que se desenvolveram a partir da discussão marxista sobre a família, a mulher e a Revolução Russa; averiguar quais foram as principais políticas públicas para a mulher e para a família propostas pelo Partido Bolchevique e implementadas pelo Governo Soviético a partir da Revolução Socialista de 1917.

² Não estamos querendo dizer com isso que a Parada Gay, ainda hoje, não seja um evento que expressa a defesa dos direitos dos homossexuais. Entendemos a importância que há nesta data, na medida em que, durante um único dia do ano, os homossexuais, simpatizantes e inclusive gente de todo tipo sai às ruas *festejando* a liberdade sexual e o fim da heteronormatividade. Entretanto, não podemos deixar de denunciar que em todos os outros dias do ano, a homossexualidade é reprimida pela sociedade capitalista.

Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica que desenvolvemos a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, dissertações e teses, sobre os temas: mulher, família, opressão, políticas públicas e Revolução Russa.

Segundo Pádua (1997, p. 50), “[...] a pesquisa bibliográfica tem fundamento nos conhecimentos da biblioteconomia, documentação e bibliografia, e sua finalidade consiste em colocar o pesquisador em contato com o que se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa”.

Já para Gil (1999), a fundamental vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos mais extensa do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (GIL, 1999, p. 65).

Usamos como fonte primordial para a pesquisa bibliográfica, além de textos clássicos de Marx e Engels que abordam as questões sobre a formação da família ao longo da história, opressão da mulher, divisão do trabalho, socialização do trabalho doméstico e educação das crianças: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de Engels; *A ideologia alemã*, de Marx e Engels; *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels; *Sobre o Suicídio*, de Marx; *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels; artigos e livros de alguns dos principais dirigentes do Partido Bolchevique na Rússia Revolucionária, para buscar compreender sua discussão sobre a família, mulher e as políticas públicas necessárias a sua emancipação, assim como sobre as ideias que norteavam o projeto de educação socialista³: *Sobre a emancipação da mulher*, de Lenin; *O comunismo e a Família*, de Kollontai; *A Revolução Traída*, Trotsky; *Acerca de la Educacion Comunista*, de Krupskaja, entre outros; e, também, obras, artigos e teses de feministas que foram influenciadas pelo pensamento marxista e pelos acontecimentos da Revolução de Outubro que refletem as

³ Aqui a questão da educação para Marx e Engels (assim como as ideias e iniciativas educacionais da Rússia Revolucionária), nos interessa porque a pesquisa revelou que o feminismo marxista revolucionário defende que as políticas públicas para a mulher devem consistir em socialização do trabalho doméstico, inclusive da educação e criação das crianças. Isso quer dizer que a educação das futuras gerações, numa sociedade socialista, seria inteiramente responsabilidade do Estado. Não é possível abordar a questão da liberação da mulher, portanto, sem entender a experiência histórica: o projeto de educação do Estado operário russo, baseado nas concepções de educação de Marx e Engels.

discussões sobre a família, o patriarcalismo, a opressão das mulheres e as medidas necessárias a sua emancipação e educação soviética: *Marxismo e Revolução Sexual*, de A. Kollontai; *Pão e Rosas*, de D’Atri, *Teoria Feminista e as Filosofias do Homem*, de Nye, *Mulheres: O gênero nos une, a classe nos divide*, de Toledo, *Educação democrática e trabalho associado no contexto político-econômico do movimento dos trabalhadores rurais sem terra*, de Dal Ri, etc.. Além de uma fonte específica que constitui uma ampla e documentada investigação histórica sobre a política a respeito das mulheres na extinta União Soviética, desde a revolução triunfante de 1917 até 1936, quando o regime passou ao controle ferrenho da burocracia stalinista. O livro de uma historiadora norte – americana Wendy Z. Goldman, a edição em espanhol de *La mujer, el Estado y la revolución*⁴, apresenta uma vasta e profunda descrição de um dos aspectos menos conhecidos da transformação soviética sob a Revolução, o código civil familiar russo, que sob o teto do socialismo se transformou num marco legal que deve nortear toda e qualquer discussão séria sobre a situação da mulher e das crianças no capitalismo e as políticas necessárias a sua emancipação. O livro se dedica aos avanços e retrocessos do processo de ruptura entre o surgimento de uma nova sociedade e a velha sociedade reacionária e opressora que se revolucionava.

La mujer, el Estado y la revolución fue considerado –al momento de su edición, en 1994– el mejor libro de historia escrito por una mujer en los Estados Unidos. Y, evidentemente, es una obra fundamental. No sólo porque describe minuciosamente el enfoque revolucionario de la cuestión femenina, los logros conquistados por la revolución socialista en un terreno abonado por las dificultades originadas en prejuicios y costumbres ancestrales, la reversión que se impone finalmente en apenas pocos años, sino también porque –en su particular lectura e interpretación de esta experiencia pasada– nos provee, aun sin proponérselo explícitamente, un horizonte para las tareas presentes de todas y todos aquellos que anhelamos la emancipación femenina⁵. (MURILLO, 2010 apud GOLDMAN, 2010, p. 14).

O código Civil de 1918, resultado de exaustivas discussões entre intelectuais, juristas e dirigentes bolcheviques, não tinha comparação nas legislações dos países mais avançados da época. E ainda assim, como destaca Goldman

No se ha promulgado ninguna legislación similar con respecto a la igualdad de género, el divorcio, la legitimidad y la propiedad ni en América ni en Europa. Sin embargo, a pesar de las innovaciones radicales del Código, los juristas señalaron rápidamente ‘que esta legislación no es socialista, sino

⁴ Até a presente data não há tradução desta obra em língua portuguesa.

⁵ Nota da editora, Celeste Murillo, a edição em espanhol de *La mujer, el Estado y la revolución*, de Wendy Z. Goldman.

legislación para la era transicional'. Como tal, el Código preservaba el registro matrimonial, la pensión alimenticia, el subsidio de menores y otras disposiciones relacionadas con la necesidad persistente aunque transitoria de la unidad familiar. (GOLDMAN, 2010, p. 69).

Revogou a condição de ilegitimidade dos filhos adquiridos fora do casamento, garantindo seu direito ao reconhecimento e responsabilizando os pais por sua manutenção. Tal atitude desvencilhou a família do contrato de casamento. “En este aspecto, el Código rompe con la tradición de la legislación y jurisprudencia europeas, que conciben las relaciones familiares en conexión con la institución matrimonial”. (GOLDMAN, 2010, p. 68). Segundo a historiadora norte-americana Wendy Goldman, o Código russo aplicado pelos bolcheviques logo após a Revolução socialista naquele país, constituiu a legislação familiar mais progressista da história.

Como marxistas, os bolcheviques estavam convencidos de que o conjunto de leis que criava deveria leva-los, juntamente com o desenvolvimento do socialismo, ao patamar da total irrelevância das leis e do próprio Estado.

Claramente essa tarefa não foi simples: em meio a uma guerra imperialista, uma guerra civil pela manutenção da Revolução, a devastação econômica, a fome, a seca que assolavam a Rússia Revolucionária, os bolcheviques não eram homogêneos em suas discussões, alguns se mostravam mais libertários, enquanto outros estavam ainda arraigados ao conservadorismo predominante na época. No entanto, todos estavam convencidos de que a Revolução não poderia somente tratar das mudanças públicas no nascente Estado operário, deveriam também revolucionar permanentemente todas as esferas da vida privada.

Goldman (2010, p. 72) afirma que na constituição do pensamento bolchevique somente o socialismo poderia resolver o problema da dupla jornada de trabalho da mulher. Sob o teto do socialismo as tarefas domésticas seriam transferidas da esfera individual para a pública. O Estado deveria se responsabilizar por colocar em funcionamento restaurantes públicos, lavanderias e centros de cuidado infantil. As mulheres deveriam receber os mesmos salários masculinos e a mesma educação para, em pé de igualdade, usufruírem da vida pública. Dessa forma, teriam oportunidade de se desenvolverem como sujeitos de sua própria história. Neste marco das relações sociais, o casamento se tornaria uma instituição falida. As relações amorosas finalmente estariam livres do jugo da dependência econômica e se alicerçariam no afeto mútuo e não sobre as necessidades deste molde de família. “La familia, despojada de sus funciones sociales previas, se extinguiría gradualmente, dejando en su lugar

a individuos plenamente autónomos, con igualdad y libertad para elegir a sus compañeros sobre la base del amor y el respeto mutuos.” (GOLDMAN, 2010, p. 29).

Contudo, além da fundamental necessidade econômica que restringiu os planos do partido bolchevique de socializar os serviços como creches, restaurantes públicos, lavanderias, etc, a consolidação da burocracia stalinista no poder do Estado após a morte de Lênin ressuscitou o velho culto à família: “Pois o novo regime tinha a necessidade de uma hierarquia estável das relações sociais, e de uma juventude disciplinada por 40 milhões de lares que servem de apoio à autoridade e ao poder.” (D'ATRI, 2008, p. 93).

Foi necessário a derrota dos levantamentos revolucionários dos operários da moderna Europa, a perseguição, prisão, exílio e fuzilamento de milhares de revolucionários para que o Stalinismo, em nome do socialismo, limitasse o desenvolvimento da socialização dos serviços de creches, lavanderias, restaurantes públicos, ressuscitando o culto à família e jogando toda carga de trabalho para sua manutenção nas mãos das mulheres, mesmo após a revolução.

A situação da mulher passou por inúmeras variações ao longo da história e nos diferentes tipos de sociedade existentes. De acordo com Toledo (2008), os avanços nos estudos sobre a origem da opressão a mulher⁶ deram-se, sobretudo, a partir dos descobrimentos antropológicos das primeiras sociedades humanas, quando se descobriu que “[...] a mulher não nasceu oprimida ou inferiorizada, mas passou a ser tratada dessa maneira.” (TOLEDO, 2008, p. 25).

Há inúmeras contradições no que se refere às afirmações sobre as origens e causas da opressão da mulher. No entanto, se algo fica claro é que não se trata de um fenômeno natural, que surge com o advento da espécie humana. Trata-se, de fato, de um fenômeno histórico-cultural, com uma causa econômica determinada. Todos os fatos históricos e as últimas descobertas antropológicas nos levam a afirmar que existiu um período na história da humanidade no qual havia relativa igualdade entre a mulher e o homem, e é justamente quando ambos mantêm uma relação orgânica com os meios de produção, em especial, a terra. (TOLEDO, 2008, p. 35).

Os estudos antropológicos constataram que em todas as sociedades primordiais estudadas, a forma como homens e mulheres eram tratados e os papéis desempenhados por eles e elas, estiveram sempre, direta ou indiretamente, relacionados ao papel de cada um na produção dos bens materiais necessários para a manutenção da vida. “Portanto, a definição desses papéis sempre teve sua matriz nos fundamentos econômicos da sociedade, ou seja, no

⁶ O avanço consiste em entender a origem da opressão de forma mais objetiva, materialista.

motor essencial e decisivo que a humanidade obedece em sua história: a produção e a reprodução da vida cotidiana.” (TOLEDO, 2008, p. 25).

Ainda, de acordo com a autora, autor fundamental para fomentar este debate foi Engels, em sua obra *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, onde a partir dos estudos de um antropólogo norte-americano, Lewis H. Morgan, Engels escreveu que a opressão a mulher nas diversas sociedades e ao longo do desenvolvimento histórico não tinha como causa básica a constituição do corpo feminino, mas era fruto das relações sociais que se assentavam na divisão e na exploração do trabalho de uns pelos outros. “Assim, Engels conseguiu materializar a opressão, descobrindo sua raiz material.” (TOLEDO, 2008, p. 29).

Engels retirou a questão da opressão da mulher do domínio da biologia e a inseriu no domínio da história, da cultura, tornando possível vislumbrar a sua superação por meio da ação política: se a submissão da mulher não é algo natural, pode ser superada. Por isso seus trabalhos são tão importantes para a mulher quanto ignorados pela cultura burguesa dominante. (TOLEDO, 2008, p. 29)

Ou seja, a partir da análise materialista da história, desenvolvida por Marx e Engels, a interpretação sobre as diferenças entre os sexos passam de naturais, a culturais.

È por isso que dizemos que a divisão sexual do trabalho é um fator histórico, porque foi constituída enquanto tal no decorrer da história humana, que cada vez mais se distancia da natureza. Assim não é natureza do homem e da mulher que se pode encontrar uma explicação para a divisão sexual do trabalho, mas nas imposições socioculturais. (TOLEDO, 2008, p. 16).

Desenvolve-se ai a base da discussão sobre a opressão e sua relação com a exploração. Toledo afirma que,

A origem da opressão da mulher está, portanto, ligada às transformações ocorridas nas relações humanas desde as primeiras sociedades que se conhece. As descobertas antropológicas permitem afirmar que a mulher não nasceu oprimida, mas passou a sê-lo devido a inúmeros fatores, dentre os quais os decisivos foram às relações econômicas, que depois determinaram toda a superestrutura ideológica de sustentação dessa opressão: as crenças, os valores, os costumes, a cultura em geral. Em especial, a opressão da mulher está vinculada à existência da propriedade privada dos meios de produção, e apenas poderá ser superada com uma mudança total na infraestrutura das sociedades assentadas nesse tipo de relação. (TOLEDO, 2008, p. 33).

Segundo Kollontai em seu artigo *O Comunismo e a Família* (1920), houve épocas em que a família foi completamente diferente de como a conhecemos hoje. Houve um tempo em que a única forma de família que se considerava normal era a chamada família *genésica*,

aquela em que o centro da família era a mãe, em torno da qual se agrupavam, na vida e no trabalho, todos os descendentes. O tipo de família, seus costumes, etc., varia segundo as etnias. Mas sabemos que muitas delas, justamente por serem matriarcais, eram poligâmicas, pois os filhos tinham todas as mulheres como mães e todos os homens como pais. (KOLLONTAI, 1920).

Estas sociedades existiram desta forma e com estes costumes porque nelas o papel social ocupado pela mulher, determinado pelo seu trabalho, era diferente do papel da mulher na sociedade patriarcal. Mas, “Para preservar a propriedade, o homem precisava do direito a uma paternidade não disputada, e ela foi à base da família patriarcal.” (TOLEDO, 2008, p. 16).

A sociedade patriarcal se assenta na família, no seio da qual toda mulher já vem ao mundo com seu lugar subalterno definido. É no lar que se reproduz a ideologia da sociedade burguesa patriarcal, onde toda criança nasce aprendendo a respeitar a autoridade paterna e ver na mulher um ser inferior e destinado a servir aos demais. (TOLEDO, 2008, p. 16).

Para Toledo, o capitalismo utiliza a família como reprodução social e,

Assim como a escola se encarrega da educação, a justiça das leis, o exército da repressão, a família se encarrega da reprodução social. Na família patriarcal que, como mostrou Engels, aparece com a propriedade privada e as classes e foi adaptada pela burguesia de acordo com suas necessidades, também se assenta e se reproduz a divisão sexual do trabalho e as relações de poder dominantes no conjunto da sociedade burguesa. (TOLEDO, 2008, p.51).

Por fim, a família se transformou em lugar de organização do controle da sexualidade e da reprodução da mulher, exercido diretamente pelo casamento monogâmico, controlado pelo marido, sustentado pelo Estado burguês, com todo seu aparelho ideológico (escola, Igreja, meios de comunicação, polícia). Por este motivo, por mais que as mulheres tenham conquistado muitos direitos em relação ao começo do século XX e que tenha ingressado no mercado de trabalho, “[...] o Estado ou o capital continuam a exercer sobre ela uma autoridade patriarcal, impedindo-a de abandonar as tarefas domésticas e controlando a sua sexualidade.” (TOLEDO, 2008, p. 52).

Como as demais questões dentro do sistema capitalista, a condição feminina não pode ser analisada fora do marco de classe. As mulheres não constituem uma classe social à parte. Elas estão divididas em classes sociais diferentes, mesmo com todas as transformações que as classes sofreram neste século. Por mais que tenham interesses comuns, há algo mais forte que cada vez

mais separa a ‘comunidade’ das mulheres: a propriedade privada dos meios de produção, que permite a exploração de uma classe por outra. Nada dentro do sistema capitalista poderá uni-as numa ‘irmandade’, nem mesmo a opressão secular que sofrem enquanto mulheres. O máximo a que podem chegar, juntas, é a lutar por direitos democráticos, como ocorreu no movimento sufragista no início do século. (TOLEDO, 2008, p. 14).

Por fim, este texto está dividido em quatro capítulos.

O primeiro apresenta a base do pensamento bolchevique nos primeiros anos da revolução russa de 1917, acerca das políticas públicas e mudanças socioculturais necessárias a emancipação das mulheres de sua condição de opressão, assim como as raízes dessa concepção, baseada nos escritos de Marx e Engels sobre a família, a opressão e exploração da mulher, divisão do trabalho, socialização do trabalho doméstico e educação das crianças.

No segundo capítulo expomos a obra de Engels, *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado* e, também, as contribuições feministas a discussão marxista sobre a passagem do comunismo primitivo e das sociedades matriarcais a generalização do patriarcalismo, a relação entre a família e a propriedade privada, a repressão sexual da mulher e a família como principal sustentáculo de sua opressão; a contradição entre o papel da mulher na família patriarcal original e o desenvolvimento do capitalismo com o ingresso das mulheres nas fábricas; a dupla jornada de trabalho da mulher e a relação entre exploração e opressão, assim como, a necessidade da Revolução socialista para a divisão social do trabalho doméstico como a única saída para as mulheres trabalhadoras segundo a tradição marxista.

No terceiro capítulo recuperamos um pouco a história da Revolução Socialista na Rússia (1917), que se tornou pioneira ao avançar nos direitos das mulheres, abordando escritos que mencionam o primeiro Código Civil Familiar da Rússia Revolucionária em 1918⁷. E, também, a questão da educação soviética, a partir, principalmente, dos escritos dos educadores soviéticos.

Por fim, no quarto capítulo abordamos os retrocessos nas conquistas das mulheres sob a Rússia stalinista.

Principalmente por conta dos prazos, esta redação não pôde contar com uma revisão justa para a versão final.

⁷ Gostaríamos de ter podido trabalhar com o próprio código, comparando seus avanços com o código czarista e com nosso próprio código democrático burguês, entretanto, não foi possível encontrá-lo.

CAPÍTULO 1. OS PRINCÍPIOS DA ELABORAÇÃO MARXISTA SOBRE A FAMÍLIA: AS RAÍZES DO PENSAMENTO BOLCHEVIQUE

O pensamento bolchevique acerca das políticas públicas necessárias à emancipação das mulheres de sua condição de super – exploração e opressão baseavam - se no princípio de que a liberação das mulheres dependia da eliminação da propriedade privada e da criação de uma economia doméstica social.

Para eles, o capitalismo havia criado uma contradição entre o trabalho nas fábricas e as necessidades da família tradicional. À medida que o processo de industrialização avançava, cada vez mais mulheres se viam obrigadas a trabalhar por um salário para poder manter suas famílias. Apesar de trabalharem o mesmo número de horas que os homens (às vezes mais), e de ganharem salários menores pelo mesmo trabalho, as mulheres ainda continuam *responsáveis* pelas tarefas da casa, essenciais a manutenção da família (preparação da comida, limpeza, lavagem das roupas), e pela educação das crianças. O resultado da dupla carga de trabalho foi um alto índice de mortalidade infantil, assim como problemas crônicos de saúde nas crianças, lares desfeitos e filhos/as abandonados/as.

Segundo Lenin (1979, p. 72) em *La emancipación de la mujer*, o trabalho doméstico é o mais improdutivo, primitivo e árduo trabalho a que a mulher é destinada. Para ele, “[...] el banal trabajo doméstico aplasta y degrada a la mujer.” “La verdadera emancipación de la mujer”, só será possível com “la conversión integral del trabajo doméstico en socializado.” (LENIN, 1979, p. 76)

Além disso, entre o trabalho fabril e as tarefas diárias de asseio e educação, nunca sobrou tempo às mulheres para se interessarem pelos assuntos referentes à vida em sociedade. A dupla jornada de trabalho impede o desenvolvimento das mulheres como indivíduos e as amarra a pilhas de louça e fraldas sujas. De acordo com os bolcheviques, o capitalismo nunca poderia oferecer uma solução a esta contradição, justamente porque necessita desta forma de divisão do trabalho sistemática para aprofundar sua opressão a mulher e, desta forma, descarregar em suas costas o peso do trabalho familiar que deveria ser responsabilidade dos patrões e do Estado. Afinal, se fossem obrigados a arcar com a preparação da comida, lavagem dos uniformes e cuidado com as crianças filhas dos operários, pelo menos em horário de trabalho, seus lucros diminuiriam muito. Todos os trabalhos realizados pela mulher em casa são socialmente necessários para a manutenção da vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Esses serviços que são realizados pelas mulheres *gratuitamente* são necessários

à família e aos patrões uma vez que os trabalhadores não podem voltar para o trabalho sem se alimentar ou sem uma roupa limpa. De acordo com Assunção, em seu livro *A precarização tem rosto de mulher*: “Até mesmo os uniformes que os trabalhadores utilizam no trabalho – contaminados química ou biologicamente – são lavados por suas esposas, irmãs ou mães, deixando os patrões livres de arcar com esses custos referentes à exploração do trabalho. E as mulheres nada recebem por esse serviço “extra’.” (ASSUNÇÃO, 2011, p. 51). Isso significa que o patrão pode pagar aos trabalhadores um salário que não necessite garantir a alimentação, limpeza das roupas, limpeza da casa e cuidado dos filhos, já que todo esse trabalho é garantido pelas mulheres, *gratuitamente*, em sua dupla ou tripla jornada de trabalho. Isto tudo baseado na concepção opressora da família patriarcal sobre as mulheres, que as consideram *naturalmente* responsáveis por estas tarefas.

A educação das crianças era tema central em todas as discussões sobre o inevitável fim da família. Os bolcheviques em sua grande maioria estavam convencidos de que a educação das crianças ficaria a cargo do Estado por meio de creches públicas, centros de cuidado infantil e escolas. A educação deveria ser a mesma para todas as crianças. Contudo, varias dúvidas circunscreviam a respeito da participação das mães e pais no processo de educação de seus filhos. Os teóricos se dividiam entre alguns que acreditavam na necessidade da total dissociação da família na educação das crianças, e outros que partiam do princípio de que o Estado deveria somente auxiliar as famílias na criação das crianças, por meio de um aparato de serviços essenciais.

Alexandra Kollontai, destacada feminista e ativista marxista da época, que ingressou nas fileiras do socialismo revolucionário russo como bolchevique e que foi responsável pelas principais leis sobre nacionalidades e bem – estar social⁸, acreditava que com a extinção do trabalho doméstico extinguiria - se a relação de obrigatoriedade entre pais e filhos. Traduzindo sua relação para elementos mais sinceros, a sociedade alimentaria, criaria e educaria as crianças e sua relação com seus pais seria baseada no afeto e não mais na subordinação. As mulheres teriam oportunidade de assumir seus postos de trabalho e seu desenvolvimento individual sem se preocupar com seus filhos e, portanto, sem se sentirem culpadas. “De acuerdo con Kollontai, la mujer debería dar a luz y luego volver ‘al trabajo que realiza para la gran sociedad-familia’. Los hijos crecerían en la guardería, el jardín de infantes, la colonia infantil y la escuela bajo el cuidado de enfermeras y profesores

⁸ A primeira mulher na história a ser reconhecida como parte de um governo ao assumir seu cargo de Comissária do Povo da Rússia para o Bem – estar social.

experimentados. Y cuando una madre deseara ver a su hijo, “sólo debe decirlo”, conforme se lê em Goldman (2010, p. 34).

A este respeito, também Kollontai (2007, p. 72) afirma que

Desta forma, as bases foram assentadas para o trabalho metódico em todo o país visando a libertação das mulheres das classes trabalhadora e camponesa. Uma nova enchente de trabalho me esperava. O problema agora era encaminhar as mulheres às cozinhas populares e educá-las de modo a dedicar suas energias às casas para crianças e às creches, ao sistema escolar, às reformas da vida doméstica, e ainda a muitas outras questões prementes. A motivação principal de toda esta atividade era implementar, de fato, direitos iguais para as mulheres como unidade de trabalho na economia nacional e como cidadã na esfera política e, é claro, com uma ressalva especial: a maternidade devia ser considerada uma função social e, conseqüentemente, ser protegida e garantida pelo Estado.

Os teóricos soviéticos não sabiam ao certo qual o tamanho da interferência estatal que a educação das crianças deveria receber. No entanto, concordavam que o Estado assumiria a criação das crianças e que, portanto, a maternidade deixaria de excluir as mulheres do trabalho e da vida social e que a família perderia outra de suas condições de existência.

Conforme se lê em Goldman (2010, p. 36)

Despojada de embellecimiento, la visión bolchevique estaba por ende basada en cuatro preceptos primarios: la unión libre, la emancipación de la mujer a través del trabajo asalariado, la socialización del trabajo doméstico y la extinción de la familia. Cada uno de éstos tenía su propia historia, aunque confluían en distintos momentos. Se desarrolló primero la idea de la unión libre, que emergió en la Edad Media, y nuevamente en el siglo XVII, aunque independientemente del compromiso con la liberación de la mujer. Se continuó en el siglo XVIII con debates sobre la igualdad de la mujer y la conciencia creciente sobre la opresión de las mujeres. En el siglo XIX, la unión libre y la emancipación de las mujeres se juntaron con las exigencias de la socialización de las tareas domésticas y la extinción de la familia, todo ello basado, en cambio, en un énfasis mayor sobre el Estado como fuente primaria de bienestar social. La mayoría de estas ideas originaron y fueron sostenidas por movimientos a favor de un orden social más justo y comunal. (GOLDMAN, 2010, p. 36).

Contudo, nem tudo foram flores, conforme a pesquisa revelou. A realidade de total devastação econômica, da fome, do frio, das epidemias, da guerra civil, da derrota das mobilizações operárias na Europa, acabou por atravancar o ambicioso programa de emancipação das mulheres.

Por desgraça, a sociedade foi demasiadamente pobre e demasiadamente pouco civilizada. Os recursos reais do Estado não correspondiam aos planos e às intenções do partido comunista. A família não pode ser abolida: é

preciso substituí-la. A verdadeira emancipação da mulher é impossível no terreno da miséria socializada. A experiência revelou nitidamente esta dura verdade, formulada há cerca de 80 anos por Marx. (D'ATRI, 2008, p. 93).

E mais, estas condições foram responsáveis, em muitos momentos, por fazer voltar contra as mulheres e crianças as leis criadas para lhes proteger. Milhões de crianças foram abandonadas nas ruas e estações de trem, resultado do fracasso da criação socializada das crianças, da aniquilação da economia russa e da morte de milhões de adultos, que passaram a constituir um fenômeno social dramático para os bolcheviques, os *Besprizorniki*⁹, que invadiu o país numa onda de criminalidade e prostituição infantil.

Los niños sin hogar vagaban por las calles de las ciudades rusas con mucha anterioridad al año 1917, pero las pérdidas humanas y las disrupciones sociales de la Primera Guerra Mundial, la guerra civil y la hambruna de 1921 llevaron su número a una magnitud alarmante. Un historiador describió el período de 1914 a 1921 como un “sismo demográfico”: murieron 16 millones por la guerra, la guerra civil, la hambruna y las epidemias. Dos millones y medio de hombres jamás volvieron de los campos de batalla de la Primera Guerra Mundial, otro millón murió en la guerra civil. Los hombres y las mujeres que nunca fueron a la guerra perecieron de hambre, frío y enfermedad. Las epidemias del tifus, el cólera y la fiebre escarlata mataron a millones. El tifus solo dejó 1,5 millones de muertos entre 1918 y 1919. Se triplicó la mortalidad en las ciudades. (GOLDMAN, 2010, p. 76).

Esta dura realidade somada à total dependência econômica das mulheres sobre seus familiares (pais e maridos), baseada sobre a diferença de salário entre mulheres e homens e devido aos séculos de opressão à mulher na sociedade ainda organizada nos moldes patriarcais, provocaram a fome e a prostituição forçada de milhares de mulheres russas.

Sin embargo, el tema del divorcio no sólo tenía una dimensión de género, sino también de clase. Las jóvenes mujeres rebeldes que luchaban por su derecho a la satisfacción emocional, la educación y la posibilidad de tener una carrera a fines del siglo XIX provenían principalmente de familias de clase alta y media. Aunque despreciaban el matrimonio en su búsqueda de independencia, la masa de las mujeres trabajadoras soviéticas de la década de 1920 tenía actitudes, oportunidades y perspectivas muy distintas. Muchas de estas mujeres eran madres sin capacitación laboral y analfabetas. Para ellas, el matrimonio representaba a menudo una forma de seguridad y supervivencia. Su dependencia del hombre asalariado era más que una cuestión legal; era también social y económica. (GOLDMAN, 2010, p. 112)

⁹ *Besprizorniki* eram crianças de rua. De acordo com Goldman, este fenômeno constituiu um dos problemas sociais mais inquietantes do novo estado soviético, causada por efeitos cumulativos da I Guerra Mundial (1914 - 1917), da Revolução Russa e da Guerra Civil (1918 - 1921), e da fome, frio e doença, que custou a vida de milhões de pais. A fome catastrófica de 1921 e 1922 contribuiu e produziu milhões de crianças órfãs e abandonadas que também foram viver nas ruas. Essas crianças de rua representaram uma profunda crise para o governo bolchevique. Elas percorriam o país, sozinhas ou em grupos, muitas vezes seguindo vias ferroviárias de Moscou e outras grandes cidades, implorando por comida em lugares públicos. A maioria recorreu a roubar, cometer pequenos delitos e a prostituição. (2010, p 79).

Apesar disto, as ideias e leis promulgadas pelos bolcheviques, como já dissemos, constituíram o mais avançado discurso de sua época. Transformado em prática através das políticas públicas implementadas a partir do Código Civil Familiar de 1918.

As ideias bolcheviques não se formam somente sobre o contexto da Revolução Russa, baseado em sua experiência, mas fundamentam-se mais de 50 anos antes, nos escritos de Marx e Engels.

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra pode ser considerada a primeira elaboração marxista a respeito da situação da mulher no mundo do trabalho. Neste livro, Engels, inédita e minuciosamente, ao ano de 1845, apresentou as duríssimas condições de vida da classe trabalhadora nos bairros operários londrinos no fim do século XIX, marcada pela exploração do trabalho e pela opressão. Abordou de forma sistemática os movimentos de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras, assim como as primeiras rebeliões operárias, as greves e o nascimento do sindicalismo inglês. Percebeu em meio ao seu estudo, que as condições de vida e de trabalho sob a Revolução Industrial eram marcadas também por uma questão de sexo e geração. As mulheres e crianças, de acordo com seu relato, além de receberem sempre os menores salários, eram (e ainda são), vítimas de uma exploração mais intensa e profunda justamente por suas especificidades. Segundo ele

Tanto na fiação quanto na tecelagem, a partir da introdução das máquinas, o trabalho humano consiste principalmente – já que as máquinas fazem todo o resto – na reparação dos fios que se rompem; esse trabalho não exige força física, apenas dedos ágeis. Então, não só os homens são dispensáveis, como, por outra parte, o maior desenvolvimento dos músculos e da ossatura das mãos tornam-nos menos aptos para esse trabalho que as mulheres e as crianças. (ENGELS, 2010, p. 179).

Três anos mais tarde, em 1848, esta mesma observação seria publicada por Marx, em parceria com Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, onde se lê que

Quanto menos destreza e força exige o trabalho manual, isto é, quanto mais a indústria moderna se desenvolve, tanto mais o trabalho dos homens é substituído pelo das mulheres e crianças. Diferenças de sexo ou de idade não têm mais qualquer relevância social para a classe trabalhadora. Não há instrumentos de trabalho, cujo preço varia conforme a idade e o sexo. (MARX, 2008, p. 21).

Engels (2010) denunciou a condição insuportável imposta às mulheres operárias e o fato de muitas delas, pelo medo de perder o emprego ou ficar sem salário, serem obrigadas a trabalhar até o momento do parto. Conforme afirma,

Além de as mulheres sofrerem o debilitamento físico geral comum a todos os operários fabris, quando grávidas elas são obrigadas a trabalhar até quase o momento do parto – evidentemente, se deixam de trabalhar muito antes, correm o risco de se verem substituídas e postas na rua e, além do mais, perderiam o salário. É frequente que as mulheres que trabalham até tarde num dia tenham o parto na manhã seguinte e não é incomum que a criança nasça na própria fábrica, entre as máquinas. (ENGELS, 2010, p. 198).

Descreveu, também, que os recém-nascidos invariavelmente caíam enfermos e muitos morriam de fome devido ao pouco leite que suas mães podiam lhes oferecer já que eram submetidas a jornadas exaustivas de trabalho que prejudicavam sua saúde.

Os efeitos do trabalho nas fábricas sobre o organismo feminino são particulares. As deformações físicas, consequência de um trabalho muito prolongado, são ainda mais graves nas mulheres: deformações na bacia, seja por uma má posição dos ossos da bacia ou por seu desenvolvimento defeituoso, seja por desvios na parte inferior da coluna vertebral, manifestam-se geral e frequentemente como resultantes do excessivo trabalho fabril. (ENGELS, 2010, p. 197).

Em suas palavras classificou o tratamento às mulheres como: “[...] uma crueldade inqualificável, uma barbaridade infame.” (ENGELS, 2010, p. 198).

Discorreu extensivamente sobre os efeitos do capitalismo sobre a família e, ainda que considerasse inevitável este processo, condenou poderosamente as práticas industriais e seus efeitos sobre as mulheres e crianças. Para ele o trabalho fabril estava desintegrando a família na medida em que coagia as mulheres a trabalharem de doze a treze horas por dia, criando uma contradição aparentemente insolúvel entre o trabalho nas fábricas e as tarefas domésticas.

Entretanto, Engels nesta primeira obra foi incapaz de avançar para além da crítica ferrenha às condições de vida e trabalho das mulheres. Limitou-se a perceber que os papéis de mantenedor da família e de responsável pelo cuidado da casa e educação dos filhos se invertiam entre homens e mulheres e frisou com indignação a inversão destes papéis. Sua linha de raciocínio seguia os moldes convencionais de sua época e, ainda que ele tenha se dado conta desta contradição em seu pensamento, não conseguiu, neste momento, responder a este problema.

Já em sua seguinte obra, Engels e Marx avançam muito em suas ideias sobre a questão da mulher e da divisão do trabalho. Em *A ideologia alemã* (ENGELS, MARX, 1848), esboçam sua concepção materialista da história envolvendo o trabalho e o desenvolvimento dos modos de produção.

De acordo com eles, a mulher e a criança constituíram a primeira forma de propriedade privada desde as sociedades tribais, teriam se tornado escravos dos homens na medida em que estes dispunham de sua força de trabalho.

Com a divisão do trabalho, na qual estão dadas todas essas contradições, e a qual por sua vez assenta na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais e opostas umas as outras, está ao mesmo tempo dada também a repartição, e precisamente a repartição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativa, do trabalho e dos seus produtos e, portanto, a propriedade, a qual tem o seu embrião, a sua primeira forma, na família, na qual a mulher e os filhos são os escravos do homem. A escravatura latente na família, se bem que ainda muito rudimentar, é a primeira propriedade, que de resto já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual ela é o dispor da força de trabalho alheia. (MARX, 2009, p. 46).

Para os autores, a opressão à mulher se arraigava na maternidade, tendo sua origem na divisão *natural* e *sexual* do trabalho dentro da unidade familiar. No entanto, começam a questionar a divisão *natural* do trabalho refletindo sobre a formação da família como um conjunto de relações biológicas moldadas socialmente e, portanto, correspondendo ao modo de produção vigente. Segundo Goldman (2010, p. 53)

La confusión teórica de Marx y Engels sobre esta cuestión, en gran medida, resultaba de su ignorancia sobre la familia en la sociedad tribal. Mientras que reconocían la existencia de la historia humana previa al desarrollo de la propiedad privada, eran incapaces de concebir una forma familiar que se diferenciara de la unidad de pareja dominada por el hombre. Argumentaron que la opresión de la mujer y la familia patriarcal acompañaban las primeras formas de propiedad comunal. Por ende, la opresión de las mujeres ejercida por los hombres existía en todas las etapas, aun en la sociedad tribal, hasta antecediendo a la propiedad privada. Esta contradicción entre la nueva perspectiva social planteada por Marx y Engels en torno a la familia y la explicación estrictamente biológica de la opresión de la mujer contenida en ella no fue resuelta por Engels sino hasta cuarenta años más tarde, cuando los nuevos hallazgos antropológicos le permitieron argumentar que el matrimonio grupal y el matriarcado habían caracterizado a muchas sociedades basadas en la propiedad comunal.

Marx e Engels em vários momentos de suas vidas, e em diferentes obras, abordam a partir da perspectiva materialista histórica a constituição da família e o que ela representa para

a humanidade na fase capitalista. No *Manifesto do Partido Comunista* (ENGELS, MARX, 2008), os autores já afirmavam que a família burguesa é uma forma de aprisionar a mulher para realização dos deleites e necessidades dos homens burgueses. Denunciavam que as classes dominantes, por meio do casamento estabeleciam a comunidade de mulheres casadas. Trata-se de uma comunidade universal de mulheres que, em toda sociedade capitalista, são subjugadas aos interesses do marido, sendo que: “Nossos burgueses, não contentes em ter à disposição as mulheres e as filhas dos proletários, sem falar na prostituição oficial, têm singular prazer em seduzir as esposas uns dos outros” (MARX, ENGELS, 2008, p. 38).

Analísavam que os fundamentos da família burguesa repousavam: “Sobre o capital, sobre o ganho individual. A família, na sua plenitude, só existe para a burguesia, mas encontra seu complemento na ausência forçada da família entre os proletários e na prostituição pública.” (MARX, ENGELS, 2008, p. 55), e por isso reivindicavam a sua supressão. Concluíam que acabando com os imperativos do capital dissolver-se-ia a família burguesa: “A família burguesa desvanece-se naturalmente com o desvanecer de seu complemento, e ambos desaparecem com o desaparecimento do capital”. (MARX, ENGELS, 2008, p. 55). Para os autores a sociedade burguesa, sob égide da grande indústria, determinando extensas jornadas de trabalho, precárias condições de trabalho, saúde, moradia, etc, destrói todos os laços familiares dos proletários. Os autores afirmam que, “Para o burguês, a mulher nada mais é do que um instrumento de produção”. (MARX, ENGELS, 2008, p. 55).

Nesta obra de 1848 os autores já concluíam que se fazia urgente arrancar a mulher de seu papel de simples instrumento de produção. A emancipação social e das mulheres só poderia se atingida por meio da abolição da estruturação da sociedade capitalista, pois para os autores “[...] com a abolição das atuais relações de produção desaparecerá também a comunidade das mulheres que deriva dessas relações, ou seja, a prostituição oficial e não-oficial” (MARX, ENGELS, 2008, p. 57). Isso porque para os autores, o casamento burguês tem ainda como complementos inelimináveis uma ampla gama de relações extraconjugais (adulterio) e a prostituição. Trata-se então de lutar pela emancipação da mulher, ligando suas demandas mais imediatas (emancipação política) com a necessidade da revolução social (emancipação humana).

Para eles

O casamento burguês é, na verdade, a comunidade das esposas. Poder-se-ia, no máximo, imputar aos comunistas desejarem introduzir, no lugar de uma comunidade de mulheres oculta e hipócrita, outra oficial e sincera. É evidente que, com a abolição das relações atuais de produção, também a comunidade de mulheres, que delas decorre, quer dizer, a prostituição oficial e não oficial, desaparecerá. (MARX, ENGELS, 2008, p. 40).

Aprofundando estas elaborações fundamentais, é certamente na *Origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2010), onde está desenvolvida e aprofundada a reflexão dos autores sobre o caráter da família e a necessidade de emancipação da mulher, mostrando que a liberação das mulheres desta instituição secular que a aprisiona é necessária a sua emancipação¹⁰.

Portanto, a concepção bolchevique de que a extinção da família era algo absolutamente necessário aos ideais de liberação da mulher e de desenvolvimento do socialismo, assim como a importância dada à relação entre trabalho assalariado e a emancipação feminina, são obviamente influências de uma concepção materialista de história e, portanto, herdadas de teóricos marxistas.

Marx e Engels percebem que socializar o trabalho doméstico é uma condição fundamental para a transformação deste estado de coisas. Já ao fim do século XIX eles haviam plantado as raízes do pensamento bolchevique. Sem uma economia doméstica baseada em princípios comuns seria impossível à liberação da mulher. Para Goldman (2010, p. 55)

Apoyándose sobre las formulaciones teóricas en *La ideología alemana*, Marx y Engels resumieron el aspecto programático de su pensamiento en *Principios del comunismo* y el *Manifiesto del Partido Comunista*. La emancipación de las mujeres dependía de la abolición de la propiedad privada y la creación de la economía doméstica comunal. Bajo el socialismo, las relaciones entre los sexos estarían basadas en el afecto mutuo, no en la propiedad. Las relaciones se convertirían en un ‘asunto puramente privado’, que atañería ‘sólo a las personas involucradas’. Este compromiso con la libertad personal y sexual del individuo constituyó un tema libertario poderoso de la ideología socialista del siglo XIX. Al ser destacado también en la obra de August Bebel, sería además una tesis integral de las primeras ideas bolcheviques.

Aqui a questão da educação para os autores (assim como as ideias e iniciativas educacionais da Rússia Revolucionária), nos interessa por entendermos que a discussão feminista tem de ser vista, também, como um processo amplo de educação (revolução) social, envolvendo todas as relações, fundamentalmente as de produção. Assim como a escola, a sociedade, a família, a mídia, o sindicato, etc. também educam. Entretanto, é a escola a instituição basilar da educação das novas gerações. Neste sentido, é fundamental compreender

¹⁰ Abordaremos adiante esta obra mais profundamente, pois se trata de uma obra fundamental para a análise que empreendemos nesta pesquisa.

as reflexões marxistas e as ações e concepções dos educadores soviéticos, pois a instituição *escola* e o projeto de educação do Estado Operário serão fundamentais para a construção do socialismo¹¹ (única alternativa a emancipação das mulheres – que levaria ao fim da família burguesa, patriarcal e monogâmica).

Sobre a educação das crianças para Marx e Engels, segundo Dal Ri (2004, p. 198)

Os principais textos que trazem proposições em relação à educação e ao ensino derivam de três programas políticos e são: a) manifesto do partido comunista, em 1848; b) Instruções aos delegados ao I congresso da Associação internacional dos trabalhadores, em 1866-67 e; c) a crítica ao programa de Gotha, em 1875.

No *Manifesto*, os autores discorrem sobre a necessidade de substituir a educação doméstica das crianças pela social, assim como de tirar a educação social da influência da classe dominante, que em seu palavratório sobre os laços estreitos entre pais e filhos: “[...] torna-se tanto mais repugnante quanto mais a grande indústria rompe todos os laços familiares dos proletários e as crianças são transformadas em simples artigo de comércio e instrumentos de trabalho.” (MARX, ENGELS, 2008, p. 39). A este respeito, Dal Ri (2004, p.201) afirma que

Marx queria arrancar das mãos do Estado burguês e da igreja a educação das jovens gerações. Discutiu com os lassaleanos que acreditavam se possível compor-se com o governo burguês e esperar dele algumas reformas que ajudariam a classe operária, pelo menos reformas que facilitariam a preparação para uma mudança do regime. Já Marx queria que a educação das crianças e dos adolescentes se estruturasse de modo que fosse um instrumento poderoso de transformação da sociedade moderna.

Marx acreditava: “[...] que o tipo de educação a ser reivindicada pelos trabalhadores deve levar em conta a sua situação e os seus interesses objetivos de classe.” (DAL RI, 2004, p.199). Exatamente como faz a burguesia. Complementando, Krupskaya (s/d, p. 89) argumenta sobre a questão dizendo que

La burguesia educa de distinta manera a los hijos de los trabajadores y a los hijos de los terratenientes y capitalistas. De los primeros trata de hacer sumisos esclavos, y de los segundos, jefes. Cuando se trata de los hijos de los trabajadores, procura impedir el desarrollo de la personalidad, pasivos, pero si eso no se logra con algunos muchachos, entonces se les destaca,

¹¹ O feminismo marxista revolucionário defende que a educação e criação das crianças (assim como todo o trabalho doméstico) devam ser socializadas para que seja possível de fato a libertação da mulher. Isso quer dizer que a educação das futuras gerações seria inteiramente responsabilidade do Estado. É fundamental entender a experiência histórica: o projeto de educação do Estado operário russo, baseado nas concepções de Marx e Engels.

contraponiéndolos a los demás, con el fin de convertirlos en fieles servidores de la burguesía. En lo que atañe a los hijos de las clases dominantes se aplican otros métodos de educación. La burguesía trata de hacer de ellos individualistas que se contrapongan a la massa, a la colectividad, y sepan dominarla.

Por isso finalizou a questão da educação sob as exigências de: “Educação pública e gratuita para todas as crianças. Supressão do trabalho fabril de crianças, tal como praticado hoje. Integração da educação com a produção material, etc.” (MARX, ENGELS, 2008, p. 45).

Entretanto, para ele, obviamente fixando um limite de idade, a proibição do trabalho infantil é, não somente inconciliável com o desenvolvimento da indústria, mas também reacionária, pois:

[...] uma vez que, regulamentada severamente a jornada de trabalho segundo as diferentes idades e aplicando as demais medidas preventivas para a proteção das crianças, a combinação do trabalho produtivo com o ensino, desde uma tenra idade, é um dos mais poderosos meios de transformação da sociedade atual. (MARX apud DAL RI, 2004, p. 200).

Nas *Instruções aos delegados do conselho central provisório da Associação Internacional dos Trabalhadores*, Marx afirma que a “união do trabalho produtivo remunerado, ensino intelectual, exercício físico e adestramento politécnico elevarão a classe trabalhadora acima das classes superiores e médias.” (DAL RI, 2004, p. 200), portanto, compreende que as crianças e os adolescentes de nove aos dezessete anos deveriam ser subdivididos em três classes que cursariam um programa gradual e progressivo de ensino intelectual, físico e tecnológico: “1-Educação intelectual; 2- educação corporal, tal como se consegue com os exercícios de ginástica e militares; 3- educação tecnológica que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção.” (Marx apud DAL RI, 2004, p.199).

Enfim, em 1875, na cidade de Gotha, no congresso da social-democracia alemã, ao criticar a parte que se refere a restrição do trabalho feminino e á proibição do trabalho para as crianças no projeto de programa aprovado, Marx também cita as questões educacionais:

[...] em a *Critica ao programa de Gotha* novamente aparecem como temas fundamentais a união do ensino e trabalho produtivo para as crianças, com abolição da sua forma atual, um dos mais poderosos meios de transformação da sociedade; e a exigência das escolas técnicas, com seu duplo conteúdo teórico e pratico. (DAL RI, 2004, p. 201).

Portanto, a partir de definições marxistas, sob o teto do socialismo, o trabalho doméstico, inclusive a criação e educação das crianças, seria transferido da esfera privada

para a pública. As relações entre conjugues deve se estabelecer por laços de afeto sincero e não mais ser determinadas pela dependência econômica, conforme se lê em Goldman (2010, p.47), no ano de 1918, “[...] los bolcheviques heredaban una visión multifacética de la liberación femenina, arraigada en una larga tradición revolucionaria. Quedaba por verse lo que ocurriría con la visión revolucionaria ahora que los revolucionarios de hecho detentaban el poder.”.

Somente um ano após a tomada do poder, o Partido Bolchevique, junto a juristas e intelectuais russos, elaboraram o Código civil familiar mais avançado da época, constituindo uma nova doutrina baseada nos direitos individuais, na igualdade entre homens e mulheres e na extinção da família.

CAPÍTULO 2. CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS À DISCUSSÃO MARXISTA SOBRE A FAMÍLIA, O PATRIARCALISMO E A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES

O pensamento de Marx apesar de nortear a discussão sobre a mulher, estabelecendo marcos históricos materialistas para a sua condição de opressão e super – exploração passou por uma série de discussões e reelaborações importantíssimas:

Fundamental colaboradora nesta discussão foi Alexandra Kollontai na Rússia pré-revolucionária do fim do século passado. De origem burguesa, aderiu às ideias de mudança, participando ativamente da preparação da revolução e do período que se seguiu a 1917. Suas ideias sobre a libertação da mulher eram muito avançadas para a época, sobretudo num país em que a grande maioria do povo era formado por camponeses com ideias muito conservadoras sobre a família, relação entre os sexos, trabalho da mulher, etc.. Durante os primeiros anos da revolução Alexandra Kollontai foi comissária do povo no setor de atendimento á maternidade e á infância e segundo ela (1982, p.7), nesses cargos, pode ver transformados em leis alguns princípios que entedia constituir os fundamentos para as relações entre o homem e a mulher na sociedade comunista do futuro: o aborto foi liberado, o casamento religioso abolido, a união não legalizada reconhecida da mesma maneira que o casamento civil, a mulher deixou de ser obrigada a adotar o nome do marido, salvo no caso em que assim o desejasse, podendo então haver uma troca de sobrenomes entre os cônjuges, o divorcio era livre. Marxista. Alexandra Kollontai sabia que só outra organização econômica permitiria que tais medidas fossem realmente postas em pratica. Segundo Nye (1995, p. 61)

Do mesmo modo, Alexandra Kollontai, proeminente na Revolução Russa, tanto antes como depois que os bolchevistas assumiram o poder, mostrava que só no socialismo poderiam ser solucionados problemas específicos das mulheres, tais como o cuidado infantil, maternidade e tarefas domésticas. A primeira cláusula do socialismo é que toda pessoa é um trabalhador; as mulheres, portanto, trabalharão. Aparecerá imediatamente uma evidente contradição entre seus papéis como esposas e mães e suas responsabilidades profissionais. Só uma sociedade socialista pode solucionar essas contradições. O socialismo tratará dessas contradições na vida das mulheres do mesmo modo que tratará de qualquer conflito – satisfazendo as necessidades humanas. Caberá às mulheres licença maternidade com remuneração, acesso à assistência infantil e socialização do trabalho doméstico.

Em sua autobiografia Kollontai (2007), descreve que seus principais trabalhos como comissária do povo consistiam em melhorar a situação dos mutilados de guerra, abolir a instrução religiosa nas escolas para as meninas que estavam sob responsabilidade do antigo

ministério (antes da separação geral da Igreja e do Estado) e transferir os clérigos ao serviço civil, introduzir o direito à auto - administração para as estudantes nas escolas para meninas, reorganizar os antigos orfanatos em Casas de Crianças do governo (nenhuma distinção devia ser feita entre as crianças órfãs e as que ainda tinham pais e mães), estabelecer as primeiras hospedarias para o necessitados e os moradores de rua, reunir um comitê somente de médicos, que seria encarregado de elaborar o sistema público gratuito de saúde para o país inteiro.

Kollontai (2007, p. 43) afirma

Minha ambição que era especialmente notada pela luta em que me colocava de corpo e alma: pela abolição da escravidão das mulheres trabalhadoras. Eu tinha, acima de tudo, determinado para mim a tarefa de ganhar as mulheres trabalhadoras na Rússia para o socialismo e, ao mesmo tempo, trabalhar pela libertação da mulher, pela sua igualdade de direitos.

Kollontai, para assumir suas responsabilidades com o nascente Estado Operário, buscou entender profundamente as bases materiais para a opressão à mulher, estudou intensamente a família patriarcal e sua origem, estabelecendo e recuperando as transformações históricas que ocorreram no seio da família, quando esta passa das comunidades primitivas ao modelo atual de família patriarcal e monogâmica.

Publicada em Zurique, em 1884, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels é, também fonte fundamental para entender a história antiga e a história das sociedades primitivas. Coerente com o método marxista do materialismo histórico, que criara juntamente com Marx, Engels inaugura, já no século XIX, um debate sobre a história da família que é base para visão do feminismo marxista até hoje.

Esses novos pilares teóricos foram expostos por Engels em 'A origem da família, da propriedade privada e do estado'. Trabalhando com anotações de Marx e observações de antropólogo Lewis Morgan, Engels começou com as premissas básicas da teoria marxista. O comunismo não é utópico e idealista, mas materialista e realista. O fator determinante na história é a produção dos meios de existência (alimentação, vestuário, abrigo). A estrutura da sociedade depende de como essa produção é realizada. Além do mais, à medida que as estruturas mudam e se sucedem umas às outras, pode-se perceber uma progressão, um desenvolvimento, um progresso. (NYE, 1995, p. 56).

Segundo a concepção materialista, a produção e reprodução da vida são fatores decisivos da história. Esta é a premissa que o autor reconhece e valoriza nos estudos do

antropólogo norte-americano Lewis H. Morgan sobre os laços de parentesco entre as tribos indígenas americanas, cujas descobertas, segundo Engels, permitiram restabelecer, através da gens iroquesa, organizada de acordo com o direito materno, a forma primitiva que originou as gens posteriores, baseadas no direito paterno, encontradas entre os povos civilizados da Antiguidade (como os gregos, romanos, celtas e germanos). “Dadas essas premissas, Engels começa a análise da família, o domínio das mulheres. A origem da família, como a origem de tudo o mais, argumentava ele, é econômica.” (NYE, 1995, p. 56).

De acordo com Toledo (2008, p. 27)

Em síntese, o livro de Engels, incorporando essas descobertas, enfatiza os contrastes agudos existentes entre as sociedades primordiais, sem classes, e a nossa. Primeiramente, em inúmeras comunidades, os meios de produção foram propriedade coletiva, e cada membro recebia o necessário para sua subsistência em um plano de igualdade com os demais. Em segundo lugar, em inúmeras comunidades não existia um aparato estatal coercitivo, com contingentes armados. A sociedade tribal primordial era essencialmente autogovernada, onde havia igualdade entre homens e mulheres. Em terceiro, a sociedade primordial era essencialmente matriarcal e a unidade era a gens ou o clã materno. A supremacia masculina, assentada no mito de que as mulheres são um sexo inferior, existe apenas na sociedade patriarcal de classes.

No Capítulo II, *A Família*, o autor procura com base nos estudos de Morgan sobre os iroqueses, além de identificar o momento e as condições que permitiram a evolução da espécie, caracterizar os sistemas de parentesco e formas de união que levaram à formação da família, descrevendo as seus padrões e fases criados ao longo do processo de desenvolvimento humano.

2.1. A passagem do comunismo primitivo e das sociedades matriarcais a generalização do patriarcalismo: a relação entre a família e a propriedade privada, a repressão sexual da mulher e a família como principal sustentáculo de sua opressão

Segundo Kollontai em seu artigo *O Comunismo e a Família* (1920), houve épocas em que a família foi completamente diferente de como a conhecemos hoje. Houve um tempo em que a única forma de família que se considerava normal era a chamada família *genésica*, aquela em que o centro da família era a mãe, em torno da qual se agrupavam, na vida e no trabalho, todos os descendentes.

De acordo com Toledo (2008, p. 26),

Na família por grupos não se pode saber com certeza quem é o pai da criança, mas a mãe, sim. Mesmo quando ela considera que todos sejam seus filhos e trata a todos por igual, nem por isso deixar de distinguir seus próprios filhos dos demais. Portanto, em todas as partes onde existia o matrimônio por grupos, a descendência só podia ser demonstrada pela linha materna e, portanto, só se reconhecia a filiação feminina. A descoberta de Morgan atribuiu á mulher um papel preponderante, que posteriormente foi se transformando no sentido inverso, com a ascendência do direito paterno.

O tipo de família, seus costumes, etc., varia segundo as etnias. Mas sabemos que muitas delas, justamente por serem matriarcais, eram poligâmicas. Pois os filhos tinham todas as mulheres como mães e todos os homens como pais. (KOLLONTAI, 1920). Há relatos de comunidades inteiras casadas entre si. Há povos, como por exemplo, os turcos, árabes e persas, onde a lei autoriza o marido a ter várias esposas. No entanto, existiram tribos que sustentavam o costume contrário, quer dizer, que a mulher tivesse vários maridos. “A moral a serviço do homem atual o autoriza exigir das jovens a virgindade até seu casamento legítimo. Porém, não obstante, há tribos em que ocorreu o contrário: a mulher tem orgulho de ter tido muitos amantes e enfeita braços e pernas com braceletes que indicam o número.” (KOLLONTAI, 1920, p. 3). Estas sociedades existiram desta forma e com estes costumes porque nelas o papel social ocupado pela mulher, determinado pelo seu trabalho, era diferente do papel da mulher na sociedade patriarcal.

Em linhas gerais, em *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels argumenta que, em determinada altura do desenvolvimento humano, as sociedades gentílicas cresceram mais do que sua própria produção de alimentos e suplementos. Isso gerou a escassez, o que por sua vez, colocava em crise as Gens. Em meio às crises, os homens, principais caçadores e organizadores militares e de defesa, passaram a conquistar cada vez mais poder. As guerras entre Gens eram formas de conquistar divisas de alimentos, territórios para coleta, caça e plantação de alimentos. Conquistando o poder político-militar sobre as Gens, o homem conseguiu impor que as conquistas no *front* fosse transmitida a seus descendentes diretos consanguíneos por meio da herança familiar. *Com isso os acúmulos dos homens deixam de ser propriedade de toda Gens e passa a ser propriedade de determinadas famílias.* Rompe-se então com a herança da gens, uma vez que estas se tornam muito populosas, emerge, de dentro das gens o controle familiar da herança *sobre domínio masculino.* *A mulher deixa de ser organizadora das gens, e da sociedade, passa a dedicar-se a organização da família.* As famílias conseguem acumular posses, de acordo com a importância dos generais de guerra. *Num momento seguinte, estas famílias mais abastadas vão compor a estrutura de um Estado.* Separam-se as famílias ricas das pobres. As ricas,

possuidoras de armas e de territórios conquistados, dirigem e as multidões de famílias pobres, responsáveis pela manutenção das vilas, acatam. Na Grécia Antiga apenas os proprietários de grandes extensões de terra podiam ocupar cargos públicos. Nas palavras do autor

*O desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*¹². O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada, sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida. (ENGELS, 2010, p. 77).

Estas mudanças fazem com que os homens alcem posição de principais agente sociais, organizadores da sociedade a partir do pretexto da defesa da Gens, e depois da família, com isso, pôde-se afirmar-se como transmissor de herança para seus descendentes, que serão preparados pra defesa das futuras gerações da família consanguínea. Com isso: “A família individual principiou a transformar-se na unidade econômica da sociedade.”. (ENGELS, 2010, p. 206).

O autor destaca que a termo família é um derivativo *Famulus*, quer dizer escravo doméstico, “[...] família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem.”. (ENGELS, 2010, p. 78). Desde seu surgimento, a égide familiar garantiria todo poder ao homem, este seria o soberano de seu lar, desta forma, “Para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, aquela é entregue, sem reservas, ao poder do homem: quando este a mata, não faz mais do que exercer o seu direito.”. (ENGELS, 2010, p. 79).

Enquanto a Gens estava em seu auge, homens e mulheres se auto-organizavam em complexas estruturas formadas a partir da participação política direta. Ainda, como as sociedades eram predominantemente matrilineares, isso tornava impossível à fidelidade da mulher ao homem,

[...] os filhos de uns e outros tinham que ser considerados comuns. É esse estado de coisas, por seu lado, que, passando por uma série de transformações, resulta na monogamia. Essas modificações são de tal ordem que o círculo compreendido na união conjugal comum, e que era muito amplo em sua origem, se estreita pouco a pouco até que, por fim, lado, que predomina hoje. (ENGELS, 2010, p. 47).

¹² Grifo nosso.

Engels (2010, p. 52) afirma que, segundo esta lógica, “A tolerância recíproca entre os machos adultos e a ausência de ciúmes constituíram a primeira condição para que se pudessem formar esses grupos numerosos e estáveis, em cujo seio, unicamente, podia operar-se a transformação do animal em homem.”.

Segundo o autor, esta forma organizativa determinava que não existisse “[...] limites proibitivos vigentes hoje ou numa época anterior para essas relações.” (ENGELS, 2010, p. 53). No entanto, conforme emergia a forma familiar, ganhando cada vez mais força, e projetando o poder de mando do homem e da fidelidade ao marido operou-se

A exclusão progressiva, primeiro dos parentes próximos, depois dos parentes distantes e, por fim até das pessoas vinculadas apenas por aliança, torna impossível na prática qualquer matrimônio por grupos; como último capítulo, não fica senão o casal, unido por vínculos ainda frágeis - essa molécula com cuja dissociação acaba o matrimônio em geral. Isso prova quão pouco tem a ver a origem da monogamia com o amor sexual individual, na atual acepção da palavra. (ENGELS, 2010, p. 66).

Engels (2010, p. 78) aponta ainda que a expressão *família* também surgiu com uma finalidade política: “[...] foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles.”.

Por isso Marx (apud ENGELS, 2010, p. 79) concluía que

A família moderna contém, em germe, não apenas a escravidão (*servitus*) como também a servidão, pois, desde o começo, está relacionada com os serviços da agricultura. Encerra, em miniatura, todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado.

Seria então por meio de tal processo histórico que teria se desenvolvido a família monogâmica, *célula máter* da sociedade burguesa.

Nesta formação familiar

[...] como regra, só o homem pode rompê-los e repudiar sua mulher. Ao homem, igualmente, se concede o direito á infidelidade conjugal, sancionado ao menos pelo costume (o Código de Napoleão outorga-o expressamente, desde que ele não traga a concubina ao domicílio conjugal), e esse direito se exerce cada vez mais amplamente, à medida que se processa a evolução da sociedade. Quando a mulher, por acaso, recorda as antigas práticas sexuais e intenta renová-las, é castigada mais rigorosamente do que em qualquer outra época anterior. (ENGELS, 2010, p. 83).

Segundo o autor é possível constatar a dominação da mulher por meio de toda mitologia grega. Encontramos, com toda a sua severidade, a nova forma de família. Enquanto a situação das deusas na mitologia, como assinala Marx, nos fala de um período anterior, em que as mulheres ocupavam uma posição mais livre e de maior consideração, nos tempos heroicos já vemos a mulher humilhada pelo predomínio do homem e pela concorrência das escravas. Leia-se na Odisséia, como Telêmaco interrompe sua mãe e lhe impõe silêncio. Em Homero, os vencedores aplacam seus apetites sexuais nas jovens capturadas, escolhendo os chefes para si, por turno e segundo a sua categoria, as mais formosas; e é sabido que toda a *Ilíada* gira em torno de uma disputa mantida entre Aquiles e Agamenon por causa de uma escrava. Junto a cada herói, mais ou menos importante, Homero fala da jovem cativa que vive em sua tenda e dorme em seu leito. Essas jovens eram, ainda, conduzidas ao país natal dos heróis, á casa conjugal, conforme Agamenon fez com Cassandra em Ésquilo. Os filhos nascidos dessas escravas recebem uma pequena parte da herança paterna e são considerados homens livres; assim, Teucro, que é filho natural de Telamon, tem direito de usar o nome de seu pai. Frente à dominação masculina exige-se que a mulher “[...] tolere tudo isso e, por sua vez, guarde uma castidade e uma fidelidade conjugal rigorosas”. (ENGELS, 2010, p. 84).

Essa foi à origem da monogamia, tal como pudemos observá-la no povo mais culto e desenvolvido da antiguidade. De modo algum foi fruto do amor sexual individual, com o qual nada tinha em comum, já que os casamentos, antes como agora, permaneceram casamentos de conveniência. Foi a *primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente.*

Os gregos proclamavam abertamente que os únicos objetivos da monogamia eram a preponderância do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus para herdar dele. Quanto ao mais, o casamento era para eles uma carga, um dever para com os deuses, o Estado e seus antepassados, dever que estavam obrigados a cumprir. Em Atenas, a lei não apenas impunha o matrimônio como, ainda, obrigava o marido a um mínimo determinado do que se chama de obrigações conjugais.

Desta forma, para Engels a monogamia não teria surgido na história da humanidade

[...] como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. (ENGELS, 2010, p. 87).

Com isso, a liberdade sexual, antes estendida a ambos os sexos, passa a ser um direito apenas dos homens, enquanto a repressão sexual passa a ser executada somente “[...] contra as mulheres, que são desprezadas e repudiadas, para que se proclame uma vez mais, como lei fundamental da sociedade, a supremacia absoluta do homem sobre o sexo feminino.” (ENGELS, 2010, p. 89).

No entanto, esta supremacia masculina, por sua vez, não impede que exista sexo fora do casamento.

Com a monogamia, apareceram duas figuras sociais constantes e características, até então desconhecidas: o inevitável amante da mulher casada e o marido torneado. Os homens haviam conseguido vencer as mulheres, mas as vencidas se encarregaram, generosamente, de coroar os vencedores. O adultério, proibido e punido rigorosamente, mas irreprimível, chegou a ser uma instituição social inevitável, junto à monogamia e ao heterismo. No melhor dos casos, a certeza da paternidade baseava-se agora, como antes, no convencimento moral, e para resolver a contradição insolúvel o Código de Napoleão dispôs em seu artigo 312: ‘L'enfant conçu pendant le mariage a pour père le mari’ - O filho concebido durante o matrimônio tem por pai o marido. (ENGELS, 2010, p. 89).

Desta forma, a instituição familiar monogâmica expressaria constantemente agudas contradições morais, que se manifestam em conflito pungentes entre homem e a mulher, “[...] originado pelo domínio exclusivo do primeiro.” (ENGELS, 2010, p. 90). Desta análise Engels (2010, p. 94), conclui que

[...] o matrimônio baseia-se na posição social dos contraentes e, portanto, é sempre um matrimônio de conveniência. Também nos dois casos, esse matrimônio de conveniência se converte, com freqüência, na mais vil das prostituições, às vezes por parte de ambos os cônjuges, porém, muito mais habitualmente, por parte da mulher; esta só se diferencia da cortesã habitual pelo fato de que não aluga o seu corpo por hora, como uma assalariada, e sim que o vende de uma vez, para sempre, como uma escrava.

Ou seja, para o autor o casamento é uma forma de aprisionar o homem e a mulher em ilusões burguesas, no entanto, recai sempre com maior castração e opressão contra a mulher. “Aquilo que para a mulher é um crime de graves consequências legais e sociais, para o homem é algo considerado honroso, ou, quando muito, uma leve mancha moral 'que se carrega com satisfação” (ENGELS, 2010, p. 98). Desta forma Engels conclui que a família: “[...] baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais”. (ENGELS, 2010, p. 97)

O autor considerava que a única forma de romper definitivamente com a instituição familiar patriarcal e sua opressão secular, seria destruir as bases econômicas da monogamia, o

que por sua vez faria desaparecer também a prostituição, que é um complemento da família burguesa. De acordo com Engels (2010, p. 100),

A monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos - as de um homem - e do desejo de transmitir essas riquezas, por herança, aos filhos deste homem, excluídos os filhos de qualquer outro. Para isso era necessária à monogamia da mulher, mas não a do homem; tanto assim que a monogamia daquela não constituiu o menor empecilho á poligamia, oculta ou descarada, deste. Mas a revolução social iminente, transformando pelo menos a imensa maioria das riquezas duradouras hereditárias - os meios de produção - em propriedade social, reduzirá ao mínimo todas essas preocupações de transmissão por herança.

Para o autor, seria necessário transformar a economia doméstica em indústria social. Coletivizar a produção, bem como os afazeres domésticos, tornando-os responsabilidade pública e, portanto, social: “O trato e a educação das crianças tornar-se-ão público; a sociedade cuidará, com o mesmo empenho, de todos os filhos, sejam legítimos ou naturais” (ENGELS, 2010, p. 99).

O autor considera que para a emancipação da mulher é necessário fazer “[...] desaparecer as considerações econômicas em virtude das quais as mulheres foram obrigadas a aceitar essa infidelidade masculina habitual.” (ENGELS, 2010, p. 106), pois, para Engels (2010, p. 107), “A preponderância do homem no matrimônio é consequência evidentemente de sua preponderância econômica e desaparecerá por si mesma com esta última.”.

Concluimos, portanto, que na passagem das sociedades matriarcais a generalização da família patriarcal nuclear, foi necessária a repressão sexual da mulher para garantir o direito paterno sobre a prole. Para que não houvesse dúvida a respeito dos laços de sangue que garantiriam que a herança ficasse dentro da família. *Desde então, a família patriarcal, nuclear e monogamia converteu-se num dos principais sustentáculos da opressão as mulheres.* Não somente pela carga a ela atribuída pela dupla jornada de trabalho. Mas também por se utilizar de todas as armas necessárias para reprimi-la de forma a explorá-la.

Nós marxistas, justamente por sermos materialistas e acreditarmos que a humanidade e as relações sociais de determinada época são determinadas pelas relações de produção, não podemos tolerar a crença retrógrada e machista que diz que a origem da opressão a mulher tenha morada na inferioridade *natural* das mulheres, em suas características físicas e emocionais, ou tampouco que seja resultado da *maldade e manipulação masculina*. Entendemos que os costumes e a moral familiar de uma época se forma como consequência das condições gerais da vida que rodeia a família.

Conforme argumentação de Kollontai (1982, p. 18),

Uma forma de relações sociais entre os homens, seja qual for, exige, para ser sólida, a existência das causas econômicas que, em seu tempo, fizeram nascer precisamente esta forma de relações sociais e não outra. Na época em que predomina a economia natural, a família era antes de tudo uma célula econômica, produtora de todos os bens indispensáveis ao grupo de pessoas em questão.

No decorrer dos numerosos séculos de sua existência, a família não foi apenas criadora independente de riquezas, mas também fiel guardiã destas. A casa, o mobiliário, o tesouro familiar, tudo isso foi por ela piedosamente protegido e conservado. Pouco móvel, presa à propriedade, à terra, à casa, a família do passado recente era o aparelho mais seguro para a conservação das riquezas familiares e, nessas condições, a solidez dos laços familiares estava estreitamente ligada aos interesses materiais da descendência. A desagregação da família significaria a dispersão, a dilapidação dos bens familiares. (KOLLONTAI, 1982, p. 19).

Durante a Revolução Francesa, o ideal de família do Terceiro Estado¹³, que correspondia às suas nascentes necessidades de acumulação de riquezas, baseava-se numa unidade familiar sólida, onde o poder pertencesse todo ao pai.

A religião e suas normas morais herdadas do modo de produção feudal entraram em confronto com as ideias libertárias que a burguesia, então classe revolucionária, impunha ao conjunto da sociedade no início do século XIX. A revolução burguesa demoliu as bases do feudalismo e, com elas, as ideologias até então dominantes. No entanto, uma vez consolidada no poder, a burguesia ocupou o lugar de classe dominante, deixando de ser uma classe revolucionária. Precisava implantar até a raiz seu modo de produção capitalista por isso, precisava dos cimentos ideológicos que mantivessem subjugado o proletariado em pleno desenvolvimento, a classe que a auxiliara na destruição do feudalismo e que prosseguia em seu caminho revolucionário, dirigindo suas baterias agora contra o capitalismo. Assim, a burguesia retomou a ideologia religiosa e recuperou a moral sexual da Igreja, com a condenação da sexualidade, a imposição da monogamia, o patriarcalismo, a separação entre ‘carne e espírito’, a ‘inferioridade congênita’ da mulher. (TOLEDO, 2008, p. 122).

De acordo com Kollontai

Não é à toa que a burguesia dos séculos XVII e XVIII fazia valer sua moralidade e opunha complacentemente suas virtudes familiares aos

¹³ No contexto da Revolução Francesa (1789), o Terceiro Estado era composto por camponeses, artesãos, comerciantes, profissionais liberais, e burgueses. É esse Terceiro Estado que se rebelará contra o fato de pagarem altos impostos e de assim sustentarem o Primeiro e Segundo Estados, que no caso, possuíam o privilégio da isenção de impostos. É importante saber que camponeses e trabalhadores foram fundamentais na Revolução Francesa, mas a liderança dela caberá à alta burguesia.

costumes de uma nobreza depravada e frívola, que não compreendia o grande segredo da acumulação capitalista e que considerava família não como guardião. Mas como dissipadora das riquezas acumuladas. *Para aumentar a solidez da família, para incrementar o prestígio das virtudes, o terceiro estado fez tudo o que dele dependia. Usou a religião, que prega a indissolubilidade do sacramento do matrimônio, a lei, que pune o adultério da mulher, e a moral, que apregoa o caráter sagrado do lar. E, quando a burguesia conquistou uma posição social dominante, quando todos os fios da produção mundial estavam reunidos em suas mãos, sua moral, suas regras de conduta e seus códigos civis, cujo objetivo era precisamente proteger seus interesses de classe, tornaram-se pouco a pouco a lei, obrigatória também para as outras camadas da população. A moral do terceiro estado foi reconhecida como a moral de toda a humanidade. Estreitos interesses materiais de classe obrigaram a burguesia a preocupar-se com a ‘pureza’ do leito nupcial e a proceder à caça aos ‘filhos ilegítimos’¹⁴, isto é, aqueles que não podiam nem deviam herdar, nem sequer uma parcela dos tesouros acumulados pela família.* (KOLLONTAI, 1982, p. 16).

As revoluções burguesas impuseram seu modo de produção capitalista assim como reforçaram a família patriarcal monogâmica, transformando o casamento numa instituição social legal quase impossível de ser desfeita. Isto porque *a propriedade e a família estão intimamente ligadas. A destruição de uma delas implicará na destruição de ambas.* “Ai está porque a burguesia sempre defendeu tão cuidadosamente suas bases familiares; porque sempre defendeu e continua a defender com tal ardor as vetustas formas da estrutura matrimonial de hoje.” (KOLLONTAI, 1982, p.17).

Segundo Toledo, a necessidade econômica de proteger a riqueza dentro da família fez com que a burguesia assumisse a ideologia cristã da castidade para si.

[...] a mulher deveria ser frígida ao ponto de repelir ao homem; no entanto, condenável ou não, ela só podia ser sublimada pela mulher burguesa; para a mulher proletária, a ideologia dominante era uma e a prática diária, outra. Ideologicamente, ela deveria manter-se casta até o casamento; não para assegurar os bens materiais, inexistentes para a sua classe, mas para não sofrer ‘os castigos dos céus’ e não ser considerada prostituta, indigna de conseguir um marido. No entanto, servia de objeto do desejo para o homem burguês, que a utilizava para por em prática a liberdade sexual que no seio de sua classe era sufocada. (TOLEDO, 2008, p. 122).

Entretanto, o desenvolvimento do próprio capitalismo coloca em crise as bases sólidas da família burguesa quando a mulher sai de casa e passa a ocupar lugar na produção de bens

¹⁴ Grifo nosso.

materiais. Esta crise, segundo o feminismo marxista revolucionário, seria o primeiro passo para o inevitável fim da família.

2.2. Contradição entre o papel da mulher na família patriarcal original e o desenvolvimento do capitalismo com o ingresso das mulheres nas fábricas: o inevitável fim da família

Na família patriarcal original (antes do desenvolvimento do capitalismo)¹⁵, a mãe estava sempre em casa, se ocupava das tarefas domésticas e de seus filhos integralmente. Tinha dentro de sua casa as mais variadas ocupações, todas com importância fundamental, não só para a sobrevivência da família nuclear, mas também para todo o Estado. A mulher fazia tudo o que hoje faz qualquer mulher trabalhadora: cozinhava, lavava, limpava a casa. Entretanto, acumulava uma série de outras obrigações que já não têm as mulheres da atual família patriarcal: manuseava a lã e o linho, tecia telas e fabricava roupas para a família, se dedicava às tarefas de conservação de carnes e produção de demais alimentos, como o queijo e manteiga preparados a partir do leite, etc.

De acordo com Toledo (2008, p. 53)

O trabalho doméstico, embora seja parte do capitalismo, ocorre fora das relações capitalistas de produção e não produz mercadorias, como fazia nos finais do século XIX e início do XX, quando a família era uma unidade de produção. Em seu seio eram produzidos os alimentos (conservas etc), as roupas, os remédios, que tinham apenas valor de uso. Hoje, grande parte dessas mercadorias é produzida fora do seio da família, mas a família de trabalhadores continua produzindo valores de uso que fazem parte substancial da cesta de consumo familiar e têm relação direta com a reprodução da força de trabalho.

Seu trabalho doméstico tinha outra relevância social. Em casa eram produzidos muitos produtos, que se excedentes, podiam ser levados ao mercado e ser considerados como mercadorias, como coisas de valor. Isso porque só os recursos fornecidos pelo trabalho do homem, sem o trabalho doméstico da mulher, não bastavam para manter o lar.

A medida que se desenvolvia e se fortalecia a economia de troca, os membros da família tinha cada vez mais condições de satisfazer suas necessidades sem sua ajuda enquanto célula econômica; entretanto, até o século XIX, ou seja, até a aurora da grande produção capitalista, a família

¹⁵ Isto porque, como já vimos, a sociedade patriarcal é muito anterior à sociedade capitalista, apesar de a burguesia ter reforçado suas bases em consonância com seus interesses de classe.

conservava uma série de pequenas funções econômicas, que permaneciam o elemento determinante e decisivo na moral da união conjugal. Enquanto a família era, em maior ou menor grau, um valor produtivo, sua existência social estava garantida; laços vitais poderosos uniam seus membros muito mais solidamente do que podiam fazê-lo as leis mais severas e as regras morais mais coercitivas. Mas, a partir do momento em que a grande produção capitalista arrancou das mãos da família suas prerrogativas econômicas, esta perdeu seu valor enquanto célula econômica necessária e foi condenada, ao mesmo tempo, a uma lenta e inelutável desagregação. (KOLLONTAI, 1982, p.18).

A partir do desenvolvimento do capitalismo, a família patriarcal já não é a mesma.

Atualmente as coisas mudaram: os bancos e outros estabelecimentos de poupança dão totalmente conta da função de conservação dos bens que a família desempenhava; São esses estabelecimentos, e não as uniões morais e sexuais, os casais, que assumem a guarda e a conservação das riquezas familiares já acumuladas. Além disso, essas riquezas cada vez mais a forma de títulos ao portador, que não exigem nenhum cuidado especial por parte dos membros da família. Com a mobilidade sempre crescente da vida, com o desenvolvimento dos meios de comunicação que permite às famílias mudarem mais frequentemente, um mobiliário volumoso torna-se um fardo; nessas condições, a única forma de valores não onerosa são o dinheiro e os títulos. É assim que a antiga função habitual da família - a conservação das riquezas familiares acumuladas – escapa ao círculo das obrigações familiares. (KOLLONTAI, 1982, p.19).

Com o surgimento do capitalismo modificou-se totalmente esse antigo modo de vida familiar porque tudo o que antes era produzido pelo trabalho da mulher dentro de casa, se fabrica agora em grandes quantidades nas fábricas. Todos aqueles produtos importantes para a sobrevivência dos indivíduos dentro do núcleo familiar agora podem ser adquiridos no mercado, como resultado comum do trabalho assalariado de homens e mulheres trabalhadores das fábricas. Conforme aponta Kollontai (1982, p. 19),

A atividade produtiva da família, no sentido de fabricação da longa lista dos objetivos de primeira necessidade, foi reduzida ao mínimo; o domínio da economia doméstica limitou-se até tornar-se irreconhecível. Onde poderíamos encontrar, hoje, uma família burguesa fabricando suas velas, seu sabão e sua cerveja, sua linha e seu tecido, conservando produtos para o inverno, cozendo seu pão, fazendo roupas para toda a casa? Não há necessidade nem vantagem em gastar as forças dos membros da família para produzir ou fabricar objetos, ainda que de primeira necessidade, que podem ser comprados por preços baixos em qualquer supermercado. Um após outro os ramos da produção escaparam às mãos da economia doméstica, para se transformarem em objetos de especulação industrial. Com o desenvolvimento e o triunfo da grande produção capitalista, a família perdeu seu antigo papel de célula produtora e, deixando de ser uma unidade

econômica independente, perdeu pouco a pouco sua importância na vida econômica da sociedade.

A passagem da manufatura para a grande indústria foi o momento da incorporação do trabalho feminino à produção social: “A força motora necessária para a produção havia sido transferida dos músculos do trabalhador para a máquina, abrindo caminho para a incorporação de mulheres e crianças ao processo produtivo.” (TOLEDO, 2008, p. 40). O que mais contribuiu para que se modificassem os costumes familiares desde meados do século XIX, durante a Revolução Industrial e as grandes guerras, foi a enorme ampliação do trabalho assalariado da mulher. “Além de ter marcado a introdução da maquinaria no processo de produção de mercadorias e a concentração de grandes contingentes de trabalhadores nas fábricas, a Revolução Industrial marcou a introdução da família na engrenagem de produção, transformou a mulher em força de trabalho, fez dela uma operária.” (TOLEDO, 2008, p. 37).

De acordo com Toledo, a incorporação da mulher à fábrica (e também da criança), desvalorizou o trabalho masculino e aumentou o grau de exploração, “[...] agora não mais do operário individual, mas de toda a família operária. Marx explica como o valor da força de trabalho passou a ser determinado pelo tempo de trabalho indispensável para a manutenção de toda família operária, e não mais apenas do operário adulto individual.” (TOLEDO, 2008, p. 38).

Kollontai (1982, p. 20) afirma que

A medida que, em consequência da demanda crescente de força de trabalho barata em todos os campos, a mulher é atraída para fora de sua estreita célula familiar e vai se somar à população ativa, esse gênero de vida se difunde cada vez mais, enquanto o único sustentáculo econômico da família era o marido, enquanto que, graças a seu salário, era único que trazia para casa os bens materiais acessíveis à família, enquanto o bem estar da mulher e dos filhos dependia essencialmente dele, a família estava cercada e estreitamente unida por laços que muitas vezes desconhecidos das famílias de hoje, atualmente, na pequena e mesmo na média burguesia, a mulher assume, cada vez mais, com seu salário, uma parte das necessidades domésticas; a dependência da mulher em relação ao marido, da filha em relação ao pai, se destrói pela raiz e um depois do outro se enfraquecem os poderosos laços que outrora ligavam uns aos outros membros da família burguesa.

A partir desta desagregação da família, movida pelo processo de desenvolvimento do capitalismo, a única tarefa que sobra a família burguesa é a transmissão do patrimônio adquirido. Nem mesmo a educação dos filhos prendem ainda seus membros, pois instituições

com todo tipo de material tecnológico e especialidade profissional foram criados com o único objetivo de formar a pequena, média e alta burguesia. A função de educar (na classe burguesa), exatamente como os papéis da família, saiu da célula familiar para passar á responsabilidade da sociedade e do estado.

No meio proletário, onde a herança é inexistente, a noção de herdeiro legítimo é inútil. Por isso na família operária esta desagregação tem outro sentido. De acordo com Kollontai (1982, p. 25)

Que ironia, que blasfêmia, em todas essas exclamações sentimentais da burguesia sobre o ‘caráter sagrado’ do ‘lar’ e da ‘maternidade’, quando milhões, dezenas de milhões de mães não tem condições de desempenhar nem mesmo suas funções mais elementares. Mal desponta a aurora e o marido e a mulher se apressam em deixar sua habitação pequena e podre para responder docilmente ao apelo da sirene da fabrica e se submeter com resignação ao poder de seu senhor sem alma e todo poderoso- a maquina. Até uma hora tardia da noite, o casal fica fora de casa; as crianças estão confiadas aos cuidados do bom deus; que no melhor dos casos, é uma vizinha idosa ou que já não pode trabalhar que se ocupa deles... A rua, barulhenta, suja, depravada, é a educadora, a primeira escola dos filhos dos proletários... Se a fabrica é distante da casa, os pais, na hora do almoço, não tem tempo de vir dar uma olhada em sua casa ao abandono. E a miséria, que obceca, bate á porta e espreita com olhos ávidos a desgraça inesperada-doença, desemprego, morte de um membro da família, nascimento de um - para fincar suas unhas afiadas na família proletária, rompê-la e dispersá-la pelo mundo... em tais condições, o casamento, ainda que resultante de uma reciproca inclinação, transforma-se rapidamente em um jugo intolerável, que cada um por seu lado tenta esquecer na vodca... Apesar de todo o escandaloso horror destes fatos quotidianos, os hipócritas defensores burguês da família atual continuam a cantar, com um entusiasmo sem limites, o hino do “papel sagrado da mãe” e saem á luta contra o trabalho profissional da mulher (só nas palavras, e claro) que afasta a mãe do berço de seu filho (KOLLONTAI, 1982, p.25).

Podemos dizer que o desenvolvimento do capitalismo e sua conseqüente crise familiar representou para a mulher trabalhadora a primeira possibilidade de se livrar do julgo da família patriarcal, já que agora teria possibilidade de sustentar sozinha a partir de seu próprio trabalho.

Foi somente com o advento da grande indústria que o caminho à produção social foi novamente aberto à mulher sem que sua dominação pelo patriarcado fosse resolvida. No moderno sistema fabril, a relação familiar não deixou de ser uma relação de poder. As mulheres, como trabalhadoras assalariadas, participam da produção social, no domínio do trabalho coletivo, e adquirem, assim, maior independência diante do homem. Contudo, a monogamia e o patriarcado não só se mantiveram como foram agravados com o advento da indústria moderna. Aquele que poderia ter sido o passo decisivo para a emancipação da mulher – sua entrada na produção coletiva –

foi transformado pelo capitalismo em mais uma forma de opressão e super exploração da mulher. (TOLEDO, 2008, p. 29).

O trabalho assalariado da mulher representou também a ampliação da exploração da força de trabalho feminino – a dupla jornada de trabalho.

O trabalho fora de casa, se por um lado significou o início de sua libertação, já que unificou a mulher à classe operária e lhe deu assim, as ferramentas para lutar contra o capital e por sua emancipação, por outro lado impôs a ela duplicação da jornada de trabalho e, com isso, a duplicação de sua alienação enquanto trabalhadora, uma vez que a mulher não é uma na fábrica e outra em casa; ela é um ser único que exerce essas duas funções sociais. (TOLEDO, 2008, p. 39).

A realidade, portanto, é que a família contemporânea se tornou independente de todos aqueles trabalhos domésticos importantes (que produziam mercadorias excedentes como queijo, doces, roupas, instrumentos de trabalho, que podiam ser vendidos nas feiras). Sendo o trabalho doméstico que sobrou revertido num trabalho que não produz nada material. Ou seja, não tem importância social suficiente nem para ser considerado trabalho. Sua pouca relevância somada à ideologia da sociedade patriarcal (ainda presente em nossos dias), considera o atual trabalho doméstico obrigação *natural* da mulher.

Segundo Nye (1995, p. 61),

O estudo de Marx da família mostrou que o papel das mulheres não é eterno ou imutável, nem produzido pela lei divina ou moral. Pelo contrário, as estruturas familiares, como quaisquer outras estruturas, mudam e desaparecem. Marx demonstrou que o ‘motor’ dessa mudança é a economia. Isso é mostrado em ‘Origem da família’ de Engels, e, depois, mais tecnicamente em ‘O capital’ de Marx, onde ele expõe as invencíveis forças econômicas em ação repondo a família e desse modo desimpedindo o caminho para a igualdade das mulheres. Marx abriu os olhos das mulheres e lhes deu a certeza de que algo de novo e melhor resultaria.

Portanto, mesmo que a burguesia, a Igreja, o Estado e a opinião pública insistam em nos repetir que os princípios familiares são imutáveis, é notável que a família passou por modificações ao longo da história, sempre determinada pelo modo de produção das mercadorias em cada época.

Quem conhece as teses fundamentais do materialismo histórico sabe que os homens são impotentes para modificar a seu bel prazer às formas de sua vida social já que essas formas decorrem logicamente das relações de produção econômicas existentes. Tudo o que se pode fazer é sentir a tendência da

evolução que já se desenvolve no organismo social, e acelerar o ritmo desse processo de transformação, que, geralmente, não se faz sem dor. Quem quiser imaginar como serão as relações conjugais possíveis no futuro deve, antes de tudo, seguir atentamente a evolução dos princípios familiares atuais. O capitalismo destrói a família, mas o processo de socialização da produção que esta em curso contribuirá para a criação de novas formas de vida social comum. Lenta, mas irrevogavelmente, as obrigações familiares passam a ser, uma depois da outra, encargos da sociedade e do estado. Funções familiares que ainda há pouco pareciam ser atributos eternos da célula familiar, tornaram-se tarefas permanentes desta ou daquela coletividade. As explorações individuais isoladas, fechadas em si mesmas, dão lugar a vastas empresas cooperativas, nas quais, além de luz e água comuns para dezenas de famílias, existem também cozinha e refeitório comunitários. Creches, jardins – da -infância e berçários liberam a mãe trabalhadora da tarefa insuperável de garantir á nova geração uma educação sadia e racional. Nestas sementeiras da geração que chega serão inoculados, nos jovens espíritos que estão se formando, uma preciosa disposição á sociabilidade e á solidariedade, o hábito de ver o mundo através do prisma da coletividade e não através de seu ‘eu’, isolado e egoísta. (KOLLONTAI, 1982, p. 46).

Por fim, atualmente as mulheres em sua esmagadora maioria trabalham fora de casa para seu sustento e de sua família, e de certa forma, alcançaram independência em relação ao trabalho masculino. Entretanto, justamente por ocuparem os postos de trabalhos mais precarizados, receberem menores salários e serem responsabilizadas individualmente pelo cuidado dos filhos e da casa, essa independência é muito questionável.

2. 3. A dupla jornada de trabalho da mulher: exploração e opressão sob o capitalismo

Hoje, diferentemente do que ocorria na família patriarcal original, a mulher abandonar a família não significa necessariamente que ela morrerá de fome. Contudo, ainda significa para as mulheres dos setores mais explorados da sociedade, passar por privações gravíssimas. Justamente por isto,

A exigência de restaurantes públicos, lavanderias e creches em tempo integral, financiados por impostos cobrados sobre as grandes fortunas e lucros capitalistas, apontam no sentido de fazer com que o Estado se responsabilize pelos serviços necessários à manutenção da vida dos trabalhadores, e não descarregue estes afazeres sobre as costas das mulheres. (ASSUNÇÃO, 2011, p. 51).

Um salário mínimo não é suficiente para sustentar uma família, por isso, ainda hoje, mesmo com o desenvolvimento do capitalismo, boa parte das mulheres ainda necessita materialmente da formação da família.

Do salário pago pelo capitalista para eu a força de trabalho se reproduza, desconta-se o trabalho doméstico, aquele realizado no seio da própria família, em especial pela mulher, e pelo qual o capitalista não desembolsa nada. No lar, o trabalhador se alimenta, descansa e repõe suas energias para continuar trabalhando pelo capitalista. Se o salário é o necessário para a sobrevivência do trabalhador, ou seja, para a reprodução da força de trabalho, o trabalho doméstico deveria fazer parte desse cálculo, e, no entanto, não o faz. O capitalista explora a separação entre o processo de produção de mercadorias e o processo de reprodução da força de trabalho pra, dessa forma, incrementar a extração de mais-valia. (TOLEDO, 2008, p. 51).

Acumulam, portanto, o trabalho assalariado e as funções ditas *domésticas* somando uma jornada de trabalho semanal superior a 80 horas de trabalho, e não recebem nenhuma remuneração por mais da metade dessa jornada.

Entre todas as formas de opressão, aquela exercida contra a mulher na sociedade capitalista tem um caráter distinto das demais porque atinge mais da metade de toda a espécie humana (52% da população mundial é feminina). Apesar de sê-los em graus e intensidade diferentes, a opressão atinge burguesas e trabalhadoras, sendo que, no caso destas últimas, combina-se com a exploração, agravando a ambas. Dentro da classe trabalhadora, a mulher negra é aquela que concentra o mais alto grau de opressão: por ser negra, mulher e trabalhadora. (TOLEDO, 2008, p.16).

Conforme se lê em Assunção (2011, p. 51), esse trabalho social, denominado *trabalho doméstico* “[...] que as mulheres produzem não é remunerado e fica nos bolsos dos capitalistas, como parte da apropriação do trabalho social excedente mais do que o necessário para manter a sociedade.” A este respeito, D’Atri (2008, p. 158) se posiciona dizendo que

O valor e o volume do trabalho doméstico não remunerado variam de 35% a 55% do produto interno bruto dos países. A produção doméstica representa até 60% do consumo privado. E este trabalho não remunerado recai quase absolutamente sobre as mulheres e as meninas. Segundo relatos da OIT a taxa de desemprego urbano no continente latino-americano no final de 2002 chegou a 17 milhões de pessoas, afetando de maneira especial as mulheres. Por outro lado, as mulheres que trabalham o fazem em uma situação cada vez mais precária: não só ganham um salário entre 30 e 40% menor que os homens pelo mesmo trabalho, como também a grande maioria não têm seguro social nem direito à aposentadoria.

Existe o interesse da burguesia em manter a opressão à mulher para descarregar em seus ombros o fardo da dupla jornada de trabalho, se utilizando para isso de uma gama de instrumentos (mídia, opinião pública, Estado, Igreja...), com o objetivo de proteger e reforçar a sagrada instituição da família (um dos sustentáculos da opressão a mulher). “Opressão feminina é desemprego, é prostituição, é degradação, é violência, é morte por aborto sem assistência médica, é tristeza, frustração, dor. Tudo isso tem um nome: capitalismo.” (TOLEDO, 2008, p. 51).

Outro aspecto fundamental da opressão/exploração da mulher é o trabalho doméstico. Ao contrário do que a sociedade propaga o trabalho doméstico não é um problema da mulher; não é um problema individual, de ‘foro íntimo’, como quer fazer crer o feminismo liberal. Tampouco é um problema privado, que começa e termina no seio da família. O trabalho doméstico é um problema do sistema capitalista de produção, uma vez que tem a ver com o processo de reprodução da força de trabalho. É no lar que essa reprodução se processa. Assim, vista sob esse prisma, a opressão da mulher adquire uma dimensão muito mais ampla, já que seu drama escapa dos marcos individuais, extrapola a questão de gênero e engloba toda a sociedade, pois sua submissão tem o poder de impedir a emancipação de toda a humanidade, não apenas de uma parte dela. A consequência lógica desse modo de enfocar a questão é que a luta pela libertação da mulher não é uma tarefa feminina, mais da classe trabalhadora como um todo, homens e mulheres. (TOLEDO, 2008, p. 51).

Conforme Kollontai (1982, p. 14) “E, onde termina a submissão familiar oficial, legalizada, da mulher começa a ‘opinião publica’, como se diz, a exercer seus direitos. Esta opinião publica é criada e mantida pela burguesia, com o objetivo de proteger a *sagrada instituição da propriedade*.”.

Há que se considerar, também, que a relação de exploração e opressão combina-se de várias maneiras. A opressão, cultural e social, que gera a discriminação e atinge todas as mulheres do mundo independente de sua classe, é uma categoria diferente da exploração, que é um fator econômico que da origem a sociedade de classes.

Na questão da mulher, é preciso distinguir opressão de exploração. A opressão, atitude de se aproveitar das diferenças que existem entre os seres humanos para colocar uns em desvantagem em relação aos outros, gera uma situação de desigualdade de direitos, de discriminação social, cultural e econômica. (TOLEDO, 2008, p. 15).

No entanto, existe uma clara relação de dependência entre opressão e exploração, que se combinam de diversas maneiras e “[...] vai-se estabelecendo, desde o princípio, uma

relação contraditória e mediada entre a exploração e as opressões, diferentes em cada momento da história e da luta de classes." (TOLEDO, 2008, p. 17).

Desde uma perspectiva marxista, consideramos a exploração como a relação entre as classes que faz referência à apropriação do produto do trabalho excedente das massas trabalhadoras por parte da classe possuidora dos meios de produção. Tratar-se-ia, nesse caso, de uma categoria que tem suas raízes nos aspectos estruturais econômicos. Enquanto poderíamos definir a opressão como uma relação de submissão de um grupo sobre outro por razões culturais, raciais ou sexuais. Ou seja, a categoria de opressão se refere ao uso das desigualdades para colocar em desvantagem um determinado grupo social. Daí sustentarmos que nós mulheres integramos diferentes classes sociais em luta, por isso, não constituímos uma classe diferente, mas sim um grupo policlassista. (D'ATRI, 2008, p. 20).

Por isso, pelas argumentações dos autores e das autoras feministas, podemos afirmar que apesar de não ter surgido com o capitalismo a opressão das mulheres adquire sob este modo de produção, traços particulares, convertendo o patriarcado em um aliado indispensável para a exploração e a manutenção da opressão.

O Capitalismo, com o desenvolvimento de tecnologia, tornou possível a industrialização das tarefas domésticas. Entretanto, se isso não ocorre é precisamente porque no trabalho doméstico não remunerado reside uma parte dos lucros do capitalista que assim é eximido de pagar aos trabalhadores e as trabalhadoras pelas tarefas que correspondem a sua própria reprodução como força de trabalho (alimentação, roupas, etc). Alentar e sustentar a cultura patriarcal segundo a qual os afazeres domésticos são tarefas “naturais” das mulheres, permite que esse ‘roubo’ dos capitalistas seja mascarado e também o trabalho doméstico que recai fundamentalmente sobre as mulheres e suas filhas se torne invisível. (D'ATRI, 2008, p. 25).

É necessário entender que a opressão também serve à burguesia no sentido de dividir a classe operária entre homens e mulheres, brancos e negros, heterossexuais e homossexuais, nativos e imigrantes, trabalhadores efetivos e terceirizados, temporários, etc. Isto ocorre pelo fato de que o preconceito incutido socialmente separa os/as trabalhadores/as que, separados, cada um lutando contra sua opressão específica, tornam-se ainda muito mais fracos.

A centralidade da classe operária não pode ser negada pela burguesia - por isso deve ser atacada. A melhor forma de atacar é dividi-la. Multiplicam-se as formas precárias de trabalho. Aprofunda-se a opressão às mulheres, com mais violência e humilhação. Incentiva-se as posturas homofóbicas e preconceituosas no seio da classe operária. (ASSUNÇÃO, 2011, p. 91).

Cada mulher impedida de dar um passo à frente na sua consciência de classe significa um enfraquecimento do conjunto da classe, e é esse poder que adquire a utilização da violência e da opressão a mulheres como forma de dividir a classe operaria. Por tal razão,

Para o pensamento marxista, pertencer a uma classe não pode simplesmente se agregar a outras múltiplas e diversas identidades, pois é o eixo em torno do qual as outras identidades se articulam e adquirem sua definição concreta. As identidades que o sistema entende como subordinadas (mulher, negro, homossexual, etc) só adquirem significação social concreta quando relacionam seu vínculo com uma classe social, sendo a classe o eixo que determina a vivência particular de cada sujeito de sua própria subordinação identitária. A articulação das diversas determinações de gênero, sexualidade, etnia, etc, está fundada na estreita articulação que existe entre exploração e opressão sob o domínio do capital. Negar-se a compreender a totalidade do sistema capitalista como estrutura leva, necessariamente, à impossibilidade de questioná-lo profundamente e por fim, de subvertê-lo. Se o matrimônio, por exemplo, é uma instituição que por meio do contrato sexual subordina as mulheres aos homens, também é certo que o casamento de uma mulher com um homem da classe possuidora dos meios de produção a exime da possibilidade de ser explorada. Pelo contrário, as mulheres que devem vender sua força de trabalho carregarão nas costas as duplas cadeias às quais este sistema capitalista as submete, como mulheres e como trabalhadoras. Neste caso, a opressão e a exploração se conjugam de forma dramática; já no caso das mulheres que se casam com homens da classe possuidora, muito pelo contrário, a relação de opressão as exime da exploração. (D'ATRI, 2008, p. 133).

Por isso, o marxismo revolucionário defende que a luta de classes é o motor da história e a classe operária o sujeito central da revolução social, que libertará o conjunto dos setores oprimidos da escravidão assalariada e, por conseguinte de toda opressão. Pois, conforme se posiciona Assunção (2011, p. 91), “As distintas formas de divisão que a burguesia busca impor sobre nossa classe estão única e exclusivamente a serviço de manter a sua dominação e a sociedade tal como ela é - uma sociedade de classes, isto é, de opressão e exploração.” A autora ainda afirma que

Para tanto, é necessário que este exército silencioso de mulheres trabalhadoras não conheça o papel histórico que pode cumprir. Mais do que isso, é necessário extrair destas mulheres o trabalho socialmente necessário - que são as tarefas domésticas. De forma não remunerada. É necessário que as mulheres trabalhadoras saiam de seus trabalhos e tenham que correr para suas casas, pois lá segundo a jornada de trabalho há esperam. Lá permanecem, distante das possibilidades de, juntas e organizadas, expressarem sua força e assumirem a linha de frente do combate pela unidade da classe operária. (ASSUNÇÃO, 2011, p. 91).

2. 4. Revolução socialista para a divisão social do trabalho doméstico: a única saída para as mulheres trabalhadoras segundo a tradição marxista

A tese defendida pelos revolucionários e pelas feministas revolucionárias marxistas consiste na afirmação de que a única forma de emancipar a mulher da família é destruindo os últimos laços de dependência material da mulher, igualando salários e postos de trabalho. Liberando-a do trabalho doméstico e da responsabilidade individual sobre a criação das crianças. Analisando o feminismo marxista em oposição ao feminismo liberal,

O feminismo liberal concentrava-se na reforma legal: deve haver direitos iguais no casamento e um contrato feito livremente. Os marxistas observavam que essas reformas podiam amenizar, mas não mudavam essencialmente a situação das mulheres, na medida em que permanecesse a economia do casamento. O contrato livre de mulheres liberadas será tão livre quanto o contrato livre que o operário faz com seu patrão. Dado o fato de que ele deve comer para viver, dado o fato de que o empregador possui os meios de produção, o trabalhador dificilmente estará em iguais condições de barganhar. Ele está sob coerção, o que torna qualquer liberdade ilusória. Nem tem remédio adequado se o contrato não for feito. A mulher também não tem meios de manter-se. Ela não tem propriedade e está extrema desvantagem no mercado de trabalho. Tem que casar para viver. Nenhum contrato feito em tal situação poderia ser livre. O marxismo propunha uma estratégia alternativa; as feministas podem voltar-se das estreitas preocupações com voto e casamento para a evolução socialista Eliminando o capitalismo, a opressão das mulheres desaparecerá. (NYE, 1995, p. 57)

Para o feminismo marxista as medidas sociais necessárias para a libertação das mulheres são incompatíveis com o modelo econômico vigente. Contrariam profundamente a ideologia burguesa e a desafiam em seu amago, pois esta se apoia na família para reproduzir sua opressão e aprofundar a exploração o que leva a uma ligação umbilical da família patriarcal, nuclear e monogâmica (que se tornou o principal pilar de opressão as mulheres), com a propriedade privada.

A família, tal como a conhecemos, nasceu com a propriedade privada que também causa 'a derrota histórica mundial do sexo feminino'. Dado o poder que essa propriedade confere aos homens que a possuem, dado o fato de que os homens querem transferir essa propriedade a seus filhos varões, o direito de mãe é derrotado. Depois da 'derrubada da raça feminina', 'os homens assumiram também o comando da casa; a mulher foi degradada a reduzir à servidão; tornou-se a escrava da lascívia e mero instrumento para a produção de filhos'. Assim, de acordo com Engels, foi criada a família que sobrevive

no capitalismo como uma espécie de escravidão ou servidão. (NYE, 1995, p. 56).

Portanto, para os revolucionários e as feministas revolucionárias marxistas, *somente uma revolução que socialize os meios de produção abolindo a propriedade privada será capaz de tomar as medidas necessárias que serão o golpe final para a família patriarcal burguesa e que traçarão o caminho da emancipação.*

Em *O Capital* Marx expunha os mecanismos econômico dos quais a família é uma peça. No feudalismo, a família era uma unidade econômica, a instituição em torno da qual a produção era organizada. A revolução industrial substituiu a família como unidade produtiva pela fábrica e pelas diferentes relações de produção capitalistas. Os trabalhadores vendem sua força de trabalho por salários e produzem valor excedente que retorna ao capitalismo na forma de lucro. A família torna-se apenas uma unidade de consumo. Com uma revolução socialista, inevitável desde que o proletariado se torne consciente da sua opressão comum e de sua força, a família será desnecessária do ponto de vista econômico. O Estado assumirá muitas de suas funções, tais como o cuidado diurno das crianças, cuidado dos doentes e idosos, e talvez até de alguns serviços pessoais. Para as feministas, a ruptura real da família, que já ocorria, significava existir um lugar onde a mudança podia prevalecer, onde já estava prevalecendo. A família não era imortal; na verdade, era obsoleta, e, como obsoleta, começaria a desaparecer independente de qualquer ação individual. Era alinhando-se com essas mudanças materiais realmente existentes que as feministas poderiam ensejar a libertação. (NYE, 1995, p. 58).

Para libertar a mulher da opressão secular seriam necessárias medidas organizativas objetivas que revolucionasse toda a sociedade que subjuga a mulher, fazendo dela uma escrava doméstica do homem. Lenin (1919) no artigo *As Tarefas do Movimento Operário Feminino na República dos Sovietes*, analisava que: “Para que a mulher seja completamente emancipada e efetivamente igual ao homem, é preciso que os trabalhos domésticos sejam coisa pública e que a mulher participe do trabalho produtivo geral. Então ela terá uma posição igual à do homem.”.

Segundo Toledo (2008, p. 48), o emprego é crucial para qualquer política de gênero que vise traçar a emancipação das mulheres, pois os benefícios de ter um salário digno, direitos trabalhistas, acesso a creche, etc. são fundamentais (a qualquer trabalhador), mas principalmente as mulheres, pois sua independência depende disto. “Basta observar como no Afeganistão, talvez o caso mais extremo de atentado aos direitos da mulher, uma das primeiras proibições para elas por parte do governo Taleban foi trabalho.” (TOLEDO, 2008, p. 48).

O desemprego estrutural é retrocesso na emancipação feminista. Uma mulher que trabalha, que pode alcançar certa independência, não é tão fácil de submeter quanto uma mulher que permanece trancada em casa, encerrada no núcleo familiar, sem perspectivas de vida. Nos países pobres, uma mulher que encontre um emprego pode aumentar em muito seu grau de independência, de poder decisório, e ter acesso à educação, à formação profissional. A Diferença, simplesmente, entre saber ler e escrever ou não, pode ser decisiva. Do ponto de vista da classe trabalhadora, uma mulher que trabalhava é uma mulher que pode participar do sindicato e dos movimentos políticos, e pode localizar no seio de sua classe. Isso significa um ganho para a classe trabalhadora. Se algo avançou no terreno dos direitos da mulher, isso se deve em grande parte ao fato de que elas se incorporaram cada vez mais ao mercado de trabalho. (TOLEDO, 2008, p. 48).

Portanto, é reivindicação fundamental para a emancipação das mulheres a garantia de trabalho a todas as mulheres - e homens. “O direito ao trabalho remunerado é inalienável não só para os homens, mas também para as mulheres. A autonomia de uma pessoa é impossível de ela carece de ingressos próprios.” (TOLEDO, 2008, p. 49).

Entretanto, não há emprego para todos na sociedade capitalista. O exército industrial de reserva criado pela burguesia, inclusive a partir da política de criminalização do aborto, existe justamente para manter uma parcela da população sempre desempregada, amedrontando os/as trabalhadores e trabalhadoras com um número sempre assustador de pessoas em busca de emprego, como forma de reprimir qualquer mobilização que possa eventualmente levar a demissão. Por exemplo, inibindo a greve que, é bom lembrar, é direito conquistado da classe trabalhadora garantido pela lei burguesa aos trabalhadores.

Segundo Toledo sobre a discussão da opressão a mulher relacionado à falta de trabalho na sociedade capitalista, “A mulher não tem emprego porque não há emprego para a classe trabalhadora de conjunto. Num sistema baseado no sucateamento da classe trabalhadora, seus setores mais oprimidos são os afetados.” (TOLEDO, 2008, p. 49).

Por isso, também para Toledo, assim como para Marx, Engels, Lenin, Kollontai, Trotsky, etc.,

O fim do capitalismo e da divisão da sociedade em classes com certeza permitirá que a mulher desenvolva plenamente suas potencialidades latentes, já que terá o controle da sua força de trabalho e sua qualificação não visará a outro interesse que o seu e o do conjunto da humanidade. O fim da sociedade em classes poderá conformar a mulher como um ser histórico diferente, participante da produção social como qualquer trabalhador. (TOLEDO, 2008, p. 50).

Também no artigo *A Instituição do Divórcio Não Destrói a Família*, publicado em março de 1922, por Lenin afirmava que: “Apenas a revolução bolchevique sustentou nesse terreno, e pela primeira vez, apesar das múltiplas revoluções burguesas que a precederam e que se diziam democráticas, uma luta decidida tanto contra a reação e a sujeição, como contra a habitual hipocrisia das classes dirigentes e possuidoras”. No artigo *A Contribuição da Mulher na Construção do Socialismo*, Lenin (1919, s/p) analisa que

A mulher, não obstante todas as leis libertadoras, continua uma escrava doméstica, porque é oprimida, sufocada, embrutecida, humilhada pela mesquinha economia doméstica, que a prende à cozinha, aos filhos e lhe consome as forças num trabalho bestialmente improdutivo, mesquinho, enervante, que embrutece e oprime. A verdadeira emancipação da mulher, o verdadeiro comunismo, só começará onde e quando comece a luta das massas (dirigida pelo proletariado, que detém o poder do Estado), contra a pequena economia doméstica, ou melhor, onde comece a transformação em massa dessa economia na grande economia socialista.

A economia doméstica deveria ser substituída pela economia social, planificada. Com o processo revolucionário ainda em seu início, muito ainda estava por ser feito. Trata-se de avançar tenazmente contra a família. Ainda, de acordo com Lenin (1919) no mesmo artigo

Ocupamo-nos bastante, na prática, dessa questão que, teoricamente, é clara para todo comunista? Naturalmente, não. Temos suficiente cuidado com os germes do comunismo que já existem nesse terreno? Ainda uma vez não, e não! Os restaurantes populares, as creches e jardins de infância: eis os exemplos de tais germes, os meios simples, comuns, que nada têm de pomposo, de grandiloquente, de solene, mas que são realmente capazes de **emancipar a mulher**, que são realmente capazes de diminuir e eliminar — dada a função que tem a mulher na produção e na vida social — a sua desigualdade em relação ao homem. Esses meios não são novos: foram criados (como em geral todas as premissas materiais do socialismo), pelo grande capitalismo; no capitalismo, porém, em primeiro lugar constituíam uma raridade e, em segundo lugar — e isso é particularmente importante — eram ou empresas comerciais, com todos os seus piores lados: especulações, corrida ao lucro, fraude, falsificações, ou acrobacias *da filantropia burguesa*, que eram por justa razão odiadas e desprezadas pelos melhores operários.

No mesmo sentido desenvolve-se a análise de Trotsky em *A revolução traída*, para o autor:

A família, considerada como uma pequena empresa fechada deveria ser substituída, segundo a intenção dos revolucionários, por um sistema completo de serviços sociais: maternidades, creches, jardins de infância, escolas, restaurantes, lavanderias, prontos-socorros, hospitais, casa de repouso, organizações desportivas, cinemas, teatros, etc. (TROTSKY, 2005, p. 147).

Com isso a sociedade deixava de onerar a mulher e de condená-la a realizar os principais trabalhos infra estruturais da sociedade, com isso ela libertar-se-ia para a vida pública e igualitária em relação aos homens. Conforme analisa Lenin (1920), no artigo *Às Operárias*, argumentava “É preciso que a operária conquiste a igualdade com o operário não somente diante da lei, mas também de fato. Por isso as operárias devem participar em medida cada vez maior da gestão das empresas públicas e da administração do estado.” Lenin (1920) faz ainda uma reivindicação: “Elegei, portanto, para o soviete um maior número de operárias, tanto comunistas como sem partido.”. Lenin enfatiza que a reorganização da sociedade, em combate à opressão contra a mulher, era necessário envolver o maior contingente de mulheres possível.

No artigo *As Tarefas do Movimento Operário Feminino na República dos Sovietes* (LENIN, 1919), o autor afirma ser “[...] indispensável a participação das trabalhadoras, não somente daquelas que são membros do Partido e conscientes, mas também das mulheres sem partido e menos conscientes. Para isso, o poder soviético abre para as mulheres um vasto campo de atividades”. Isso porque Lenin considerava que a tarefa dos bolcheviques era romper o cerco que separava a ampla massa de mulheres do poder político, social e econômico. Afirmava que

Nossa tarefa é tornar a política acessível a qualquer trabalhadora. Desde o momento em que a propriedade privada da terra e das fábricas é abolida e o poder dos latifundiários e dos capitalistas derrubado, as tarefas política das massas trabalhadoras e das mulheres trabalhadoras se tornam simples, claras e inteiramente acessíveis a todos. Na sociedade capitalista, a mulher é privada dos direitos políticos a tal ponto que sua participação na política é quase nula em relação à do homem. Para modificar essa situação, é preciso instaurar o poder dos trabalhadores e então as principais tarefas políticas englobarão tudo que interessa diretamente à sorte dos próprios trabalhadores. (LENIN, 1919, s/p).

Desta forma, para Lenin (1920), conforme se lê no artigo *Às Operárias* (1920) era necessário assegurar a participação massiva das mulheres na administração pública.

As operárias devem participar em maior número das eleições. Primeiro e único no mundo, o poder dos sovietes aboliu completamente todas as velhas leis burguesas, as abomináveis leis que punham a mulher num estado de inferioridade em relação ao homem, que reconheciam ao homem, para citar apenas- um exemplo, uma posição de privilégio na esfera do direito matrimonial e das relações com os filhos. Primeiro e único no mundo, o poder dos sovietes, como poder dos trabalhadores, aboliu todas aquelas vantagens que, originadas da propriedade, ainda hoje são atribuídas ao

homem no direito familiar nas repúblicas burguesas mais democráticas. (LENIN, 1920, s/p).

Ainda para o autor as mulheres é que deveriam ocupar a direção das instituições que lhes fossem necessárias, no artigo *As Tarefas do Movimento Operário Feminino na República dos Sovietes* (LENIN, 1919, s/p). Ainda afirma,

Como dizemos que a emancipação dos operários deve ser obra dos próprios operários, assim também afirmamos que a emancipação das operárias deve ser obra das próprias operárias. As próprias operárias devem ocupar-se do desenvolvimento das instituições desse tipo; e essa atividade das mulheres conduzirá a uma transformação completa de sua antiga situação na sociedade capitalista.

Elas deveriam tomar parte desde a organização e controle das fazendas, distribuição de produtos a toda população russa, nos cargos públicos, em fábricas, em oficinas, e também nas fileiras do exército russo.

De acordo com Kollontai (1982, p. 52), sobre o que propõem o partido operário como medidas imediatas à libertação da mulher:

Ao contrario das feministas, este partido não se vangloria com a esperança de obter uma solução radical á questão familiar e ao problema da maternidade no contexto da sociedade capitalista atual; é por isso que não tem em mãos estas formulas mágicas que as feministas distribuem tão generosamente. Mas sabe que, em consequência de uma serie de medidas sociais e políticas, é possível aliviar a penosa situação das mulheres e das mães, proteger a saúde e mesmo a vida da futura geração. Estas medidas devem, em primeiro lugar, favorecer e acelerar o processo econômico que destrói a pequena unidade econômica familiar e que, tirando os cuidados domésticos dos ombros das mulheres trabalhadoras, transmite essas obrigações a coletividades especialmente adaptadas; em segundo lugar, tem como tarefa defender os interesses da criança e da mãe, promover uma ampla legislação protetora, que inclua o seguro materno; e, enfim, em terceiro lugar, estas medidas devem tender a transferir o cuidado pela infância da família para o Estado ou para uma administração local, evidentemente com a condição expressa que um e outro estejam plenamente democratizados. Mas é claro que essas reivindicações só produzirão efeito na medida que o nível de vida do proletariado aumentar, em consequência das conquistas gerais da classe operária; em caso contrário, com a miséria e a ausência de direitos, nenhuma legislação de proteção, nenhuma seguro materno nada poderá aliviar de maneira tangível o fardo da mulher. (KOLLONTAI, 1982, p.52).

E completa

As mães operárias não têm porque alarmarem-se. A sociedade comunista não pretende separar os filhos dos pais, nem arrancar o recém nascido do

peito de sua mãe. Não existe a menor intenção de recorrer à violência para destruir a família como tal. Nada disso. Essas não são as aspirações da sociedade comunista. Portanto, a Sociedade Comunista se aproximará do homem e da mulher proletários para dizer-lhes: 'Sois jovens e se amam'. Todos têm o direito à felicidade. Por isso devem viver vossa vida. Não tenham medo do matrimônio, já não é mais uma cadeia para o homem e a mulher da classe trabalhadora. Tão pouco temam pelo futuro de vosso filho; ele não conhecerá a fome nem o frio. Não será desgraçado, nem ficará abandonado a sua sorte como acontecia na sociedade capitalista. Tão pronto ele chegue ao mundo, o Estado dos trabalhadores, a Sociedade Comunista, assegurará ao filho e à mãe alimentação e cuidados solícitos. A pátria comunista alimentará, criará e educará o filho. Porém essa pátria não tentará, de modo algum, arrancar o filho dos pais que queiram participar na educação de seus pequenos. A Sociedade Comunista tomará como todas as obrigações da educação do filho, porém nunca despojará das alegrias paternas, das satisfações maternas a aqueles que sejam capazes de apreciar e compreender essas alegrias. Sobre as ruínas da velha vida familiar, veremos ressurgir uma nova forma de família que suporá relações completamente diferentes entre o homem e a mulher, baseadas em uma união de afetos e camaradagem, em uma união de pessoas iguais na sociedade comunista, as duas livres, as duas independentes, as duas operárias. Não mais 'servidão' doméstica para a mulher! Não mais desigualdade no seio da família! (KOLLONTAI, 1982, p.65).

CAPÍTULO 3. SOB O TETO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA A RÚSSIA SE TORNA PIONEIRA AO AVANÇAR NOS DIREITOS DAS MULHERES E DAS CRIANÇAS

O contexto da Rússia semifeudal no começo do século XX era devastador. Governado por uma monarquia absolutista e com sua população esmagadoramente pobre, analfabeta, vivendo em moradias precárias e alimentando-se de pão preto e batatas, a Rússia era sem sombra de dúvidas o país mais atrasado do continente europeu: “O traço fundamental e mais constante da história da Rússia é o caráter lento de seu desenvolvimento, com o atraso econômico, o primitivismo das formas sociais e o baixo nível de cultura constituindo sua consequência obrigatória.” (TROTSKY, 2007, p.19). Com uma economia essencialmente agrária, eram usados, no plantio e na colheita, instrumentos agrícolas ultrapassados, como arado de madeira e a foice, obrigando 80% da população ainda camponesa, a condições de trabalho e vida extremamente precárias e extenuantes. Apenas em algumas grandes propriedades adotava-se uma tecnologia moderna, que permitia o aumento da produção. Nos centros urbanos não era muito diferente: as poucas indústrias que existiam eram estrangeiras e a população, obrigada ao trabalho nas fábricas desde os nove anos, vivia sobre intensa miséria.

As destruições causadas pela derrota da guerra contra o Japão em 1904 agravam ainda mais as condições já insuportáveis da Rússia, causando uma grave crise econômica e fomentando o terreno para as ideias socialistas marxistas que se multiplicavam na Europa. Greves e movimentos reivindicatórios de todo tipo se espalham pelo país, levando mais de 200 mil trabalhadores de São Petersburgo a uma manifestação em frente ao Palácio de Inverno, onde entregaram ao Czar um documento pedindo melhores condições de vida e trabalho. As tropas do governo, armadas a presteza, receberam os manifestantes com tiros de fuzil matando centenas de pessoas num ato que ficou conhecido como “Domingo Sangrento”. A ação repressora do Czar só serviu para indignar ainda mais os trabalhadores que iniciam uma série de revoltas populares, envolvendo operários, camponeses, marinheiros¹⁶ e soldados de exército.

O proletariado russo iria dar seus primeiros passos sob as condições políticas de um Estado despótico. As greves ilegais, as organizações subterrâneas, as proclamações clandestinas, as manifestações nas ruas, os choques com a polícia e as tropas do Exército: tal foi sua escola, fruto do cruzamento das

¹⁶ Chamado de “O encouraçado Potemkin”, tema de filme de Serguei Eisenstein em 1925, a revolta da tripulação de marinheiros em junho de 1905, durante a Revolução, devido às más condições a que eram submetidos na guerra e as implicações da vitória japonesa na Batalha de Tsushima.

condições do capitalismo que se desenvolvia rapidamente e do absolutismo que ia abandonado pouco a pouco suas posições. (TROTSKY, 2007, p.49).

Em 1905 é criado o primeiro *Soviet* em São Petersburgo, organismo de organização política dos operários para auxiliar na construção do movimento avassalador de trabalhadores que tomava a Rússia.

Diante da revolta, o Czar Nicolau II promete realizar diversas reformas democráticas no país a fim de sanar a crescente insatisfação popular. Acaba com o absolutismo ao estabelecer um governo constitucional, convocando eleições gerais para a *Duma* (parlamento), que teria como uma de suas atribuições elaborar uma constituição para a Rússia.

Mesmo desgastada pela revolta popular e arrasada pela derrota na guerra por território contra o Japão, a Rússia em 1914 adere à Primeira Guerra Mundial, onde é novamente derrotada, dessa vez pelos alemães. Os soldados subnutridos e mal armados foram dizimados em sequentes batalhas. Estima-se que mais de quatro milhões de pessoas foram mortas. Os longos quatro anos de batalha levam a uma crise econômica e social nunca antes conhecida, a falta de alimentos se abate sobre o país, desencadeando novamente uma série de greves e manifestações populares.

No fim de 1916, os preços estão subindo vertiginosamente. A inflação e à desorganização dos transportes se acrescenta uma enorme escassez de mercadorias. O consumo da população se reduz neste período a menos da metade. A curva do movimento operário ascende bruscamente. (TROTSKY, 2007, p. 56).

O fato é que a revolução de fevereiro iria começar por baixo, ultrapassando a resistência de suas próprias organizações revolucionárias, a iniciativa sendo tomada de acordo com os setores mais oprimidos e explorados do proletariado – as trabalhadoras têxteis, e entre elas sem dúvida, muitas esposas de soldados. As esperas intermináveis nas padarias fornecem o ultimo estímulo. Cerca de 90 mil trabalhadores, homens e mulheres, saíram de greve neste dia. O sentimento combativo se expressou em reuniões, manifestações, encontros com a policia. O movimento começou no bairro de Vyborg, com seus grandes estabelecimentos industriais; então se espalhou para o lado de Petersburgo. Não houve greves ou manifestações em outros lugares, segundo o testemunho da policia – evidentemente não muito delas – mas não ocorreram choques. Uma massa de mulheres, nem todas trabalhadoras, dirigiu-se a Duma municipal exigindo pão. Era como pedir água a uma pedra. Bandeiras vermelhas aparecem em diversas partes da cidade, cujas descrições mostravam que os trabalhadores queriam pão, mas sem a autocracia ou a guerra. O dia da mulher foi vitorioso, com entusiasmo e sem vitimas. Mas anoitecera e nada revelava ainda o que esse dia trazia em suas entranhas. (TROTSKY, 2007, p.114)

O regime czarista, já totalmente debilitado, ordena a repressão desenfreada de todos os manifestantes e ativistas. Pela última vez o Czar lançaria suas forças armadas contra os trabalhadores. Em Março de 1917 as oposições políticas formadas desde a burguesia liberal aos marxistas revolucionários depõem a corja absolutista de uma vez por todas, dando início a primeira fase da Revolução Russa. Conforme Trotsky (2007, p. 102)

Assim terminava um reinado que foi uma cadeia contínua de erros, calamidades, infortúnios e atos criminosos, da catástrofe de Khodynka durante a coroação, passando pelo fuzilamento de grevistas e camponeses revoltosos, a guerra russo-japonesa, pelo espantoso esmagamento da revolução de 1905, as inumeráveis execuções, expedições punitivas e pogroms nacionalistas e encerrando com a insana e desprezível participação da Rússia na insana e desprezível guerra mundial.

A partir daí instala-se o duplo poder sobre a Rússia. De um lado forma-se um governo provisório comandado pelo príncipe Georgy Lvov e tendo como primeiro ministro Alexander Kerenski, intencionando um governo liberal burguês e a continuação da guerra. Por outro lado o *Soviet* de Petrogrado exige para si o direito de governar pelos interesses do povo. Contudo, não havia ainda um partido revolucionário coeso à frente deste processo. O poder acaba caindo nas mãos da pequena-burguesia. Os conciliadores Mencheviques e Socialistas - revolucionários obviamente tentariam empurrar a mobilização para o teto que lhes interessava: um governo democrático burguês. Segundo Trotsky (2007, p. 204)

Este duplo poder não pressupõe – geralmente falando, pelo contrário, exclui – a possibilidade de uma divisão do poder em duas metades iguais, ou qualquer equilíbrio formal de forças. Não é um fato constitucional, mas revolucionário. Ele implica que a destruição do equilíbrio social já rachou a superestrutura estatal. Surge onde as classes hostis se apoiam cada uma em organizações governamentais essencialmente incompatíveis – uma caduca, outra em processo de formação – que se repelem uma a outra em cada passo da esfera do governo. A parte de poder que cai sobre cada uma destas classes combatentes em tal situação é determinada pela correlação de forças no curso da luta.

É quando chega à Rússia um trem que mudaria a correlação de força e os rumos da história. Em abril, ajudados pelos alemães, mais de trinta militantes, entre eles Lenin, desembarcam na capital com o intento de levar a revolução à vitória. “Apenas a partir deste momento o partido bolchevique começou a falar em voz alta, e o que é mais importante, com voz própria.” (TROTSKY, 2007, p. 273).

Em meio aos operários Lenin exige a nacionalização dos bancos e da propriedade privada, o fim da guerra e a divisão das terras. Defendeu que era preciso acabar com o governo provisório para que os trabalhadores tomassem o poder e implantassem o socialismo. Seu lema era: “Todo poder aos Soviets!”. Ainda conforme Trotsky (2007, p. 284),

No dia seguinte, Lenin apresentou ao partido uma curta exposição escrita de suas idéias, que sob o nome de *Teses de 4 de abril*, se tornou um dos mais importantes documentos da revolução. As teses expressavam pensamentos simples em palavras simples, compreensíveis para todos. A república oriunda da Revolução de Fevereiro não é nossa república, e a guerra que ela agora trava não é nossa guerra. A tarefa dos bolcheviques é derrubar o governo imperialista. Mas este governo descansa sobre o apoio dos socialistas-revolucionários e mencheviques que, por sua vez, são apoiados pela confiança das massas do povo. Nós estamos em minoria. Nestas circunstâncias não se pode falar de violência do nosso lado. Precisamos ensinar as massas a não confiar nos conciliadores e nos defensistas. ‘Precisamos explicar pacientemente’. O sucesso desta política, ditada por toda a situação existente, está garantido, e nos levará à ditadura do proletariado, e assim além das fronteiras do regime burguês. Romperemos com o capital absolutamente, publicaremos seus tratados secretos e apelaremos aos trabalhadores de todo o mundo a romper com a burguesia e pôr um fim à guerra. Estamos iniciando a revolução internacional. Apenas seu sucesso confirmará nosso sucesso e garantirá uma transição para o regime socialista.

A crise econômica esmagava a população. O país continuava em guerra, a comida era escassa e a população se colocava em fúria: grandes propriedades latifundiárias eram saqueadas e queimadas e as tropas na frente de batalha desertavam e matavam seus oficiais. “O levante de fevereiro não criou a divisão entre soldados e oficiais, mas apenas o trouxe para a superfície. Nas mentes dos soldados, a insurreição contra a monarquia era primariamente uma insurreição contra o corpo de oficiais.” (TROTSKY, 2007, p. 239).

Em 3 de Julho, operários e soldados de Petrogrado tomam as ruas reivindicando todo o poder aos conselhos operários, Soviets, e o fim da guerra, numa atuação que ficou conhecida como “Jornadas de Julho”.

Ao chamar as fábricas e os regimentos para as ruas, os delegados dos metralhadores não se esqueciam de acrescentar que a manifestação seria armada. Sob este ponto, todos os regimentos e todas as fábricas tinham uma opinião: se sairmos, temos que estar cheios de chumbo.” (TROTSKY, 2007, p. 487).

No dia seguinte uma multidão armada de mais de meio milhão de pessoas se dirigem ao Soviet de Petrogrado exigindo que o conselho tome o poder, mas voltam para casa pacificamente a pedido dos bolcheviques que temiam uma ação precipitada. É quando tropas

contra-revolucionárias apoderam-se da capital do país e começam uma ofensiva contra os bolcheviques e líderes operários mais conhecidos, estes são caluniados, perseguidos e atacados. “O partido bolchevique foi acusado de traição, despedaçado, privado de comida e água. Se em abril Miliukov foi expulso do governo, em julho Lenin foi mandado para a clandestinidade.” (TROTSKY, 2007, p. 538).

O processo de perseguição e repressão aos líderes bolcheviques foi uma clara tentativa de minar e impedir o processo revolucionário em ascensão. Era tarde demais. Em agosto os bolcheviques já detinham a maioria dos soviets e disseminavam sua política revolucionária aos quatro ventos. “Lenin apela à insurreição. Devemos mobilizar todas as forças para inculcar nos operários e soldados a necessidade incondicional de uma luta desesperada, derradeira, decisiva, para derrubar o governo de Kerensky’.” (TROTSKY, 2007, p. 900). Começam a preparar a ofensiva final sobre o governo provisório burguês, a segunda fase da Revolução Russa, que iria, finalmente, colocar o poder nas mãos dos que não tem nada a perder, além dos seus grilhões.

Ainda conforme Trotsky (2007, p. 976),

Os planos táticos para a conquista da capital foram elaborados principalmente pela Organização Militar dos bolcheviques. [...] A cidade foi dividida em divisões militares, cada uma subordinada ao estado-maior mais próximo. Nos pontos mais importantes, foram concentradas companhias da Guarda Vermelha, em coordenação com as unidades militares vizinhas, onde companhias em serviço estavam alertas e prontas. O objetivo de cada operação separada, e de suas forças, foi indicada de antemão. Todos os que tomaram parte na insurreição, do topo à base - nisto estava sua força, e também seu calcanhar de Aquiles – estavam imbuídos da absoluta confiança que a vitória seria conseguida sem vítimas.

No Soviet de Petrogrado foi formado o Comitê Militar para a tomada do poder. Em 25 de outubro, sob a direção de Trotski, os bolcheviques ocuparam estrategicamente vários pontos de Petrogrado e do Palácio do Governo. Abandonado por suas tropas, Kerenski foi obrigado a fugir. Os bolcheviques tomaram o poder.

Reunidos em Congresso e ratificando seu triunfo, os soviets estabeleceram um Conselho de Comissários do Povo, presidido por Lenin, para assumir os rumos da Revolução. Tomamos a liberdade de incluir aqui parte do Programa do Partido Bolchevique¹⁷, que norteou todas as mudanças que houve na Rússia após a tomada do poder:

¹⁷ De acordo com Lenin: Publicado na primeira quinzena de junho de 1917 no folheto: *Materiais para a revisão do Programa do Partido*. Editó-Rial Pribói, Petrogrado. (1980, p. 50)

A constituição da República democrática da Rússia deve assegurar: 1. A soberania do povo; todo o poder supremo do Estado deve pertencer aos representantes do povo, eleitos e revocáveis a qualquer momento pelo povo que constituirão uma só assembléia popular, uma única câmara. 2. O sufrágio universal, igual e direto nas eleições tanto à Assembléia Legislativa como a todos os organismos da administração autônoma local, para todos os cidadãos e cidadãs que tenham completado vinte anos; o voto secreto nas eleições; o direito de cada eleitor de ser eleito a todas as instituições representativas; uma duração de dois anos para cada legislatura parlamentar; a retribuição dos representantes do povo; o sistema de representação proporcional em todas as eleições; a revogação de todos os delegados e representantes eleitos, sem exceção, em qualquer momento e por decisão da maioria de seus eleitores. 3. Uma ampla administração autônoma local; a administração autônoma regional para todos os lugares que se distingam por condições específicas de vida e por sua população; a anulação de todas as nomeações de autoridades locais e regionais feitas pelo Estado. 4. A inviolabilidade da personalidade e do domicílio. 5. A liberdade ilimitada de consciência, de palavra, de imprensa, de reunião, de greve e de associação. 6. A liberdade de trânsito e de atividade econômica. 7. A abolição dos estamentos e a plena igualdade de direitos de todos os cidadãos, independentemente de sexo, da religião, da raça e da nacionalidade. 8. O direito da população de receber ensino na língua materna, garantido pela criação das escolas necessárias para isso, a cargo do Estado e dos organismos da administração autônoma local; o direito de todo cidadão a falar no idioma materno nas assembléias; o reconhecimento da língua materna em pé de igualdade com o idioma do Estado em todas as instituições locais, públicas e do Estado: a anulação da obrigatoriedade de um idioma único do Estado. 9. O reconhecimento do direito à livre separação e à formação de seu próprio Estado a todas as nações que integram o Estado. A república do povo russo deve atrair outros povos ou nacionalidades não com a violência, mas exclusivamente por meio de um acordo voluntário para a criação de um Estado comum. A unidade e a aliança fraternal dos operários de todos os países são incomparáveis com a violência direta ou indireta sobre outras nacionalidades. 10. O direito de cada pessoa a querelar-se pela via normal ante os tribunais de jurados contra qualquer funcionário. 11. A eleição dos juízes e funcionários pelo povo, tanto na administração civil como no exército; a revocabilidade de todos eles em qualquer momento por decisão da maioria de seus eleitores. 12. A substituição da polícia e do exército permanente pelo povo em armas; os operários e empregados devem receber dos capitalistas o salário habitual pelo tempo dedicado ao serviço social na milícia de todo o povo. 13. A separação da Igreja e o Estado e da escola e a Igreja; o pleno caráter laico da escola. 14. O ensino geral e politécnico (conhecimento da teoria e da prática de todos os ramos principais da produção) Gratuito e obrigatório para todos os jovens de ambos os sexos até os 16 anos; estreita ligação do estudo com o trabalho social produtivo dos jovens. 15. A dotação de todos os alunos com alimentos, roupas e manuais de estudo por conta do Estado. 16. A transmissão da instrução pública aos organismos democráticos da administração autônoma local; a abstenção do poder central de toda intervenção no estabelecimento de programas escolares e na seleção de pessoal docente; à eleição dos mestres diretamente pela

própria população e o direito desta, de destituir os mestres indesejáveis. (LENIN, 1980, p.48).

E ainda

Como condição fundamental da democratização de nossa economia estatal, o Partido operário Social-Democrata da Rússia exige: a abolição de todos os impostos indiretos e o estabelecimento do imposto progressivo sobre os ingressos e as heranças. De um lado, o alto grau de desenvolvimento do capitalismo já alcançado no Banco e nos ramos monopolistas da indústria, e, de outro, a ruína econômica originada pela guerra imperialista, ruína que, suscita em todas as partes a reivindicação do controle da produção e da distribuição dos produtos mais importantes pelo Estado e pela sociedade impulsionam o partido a reclamar a nacionalização dos Bancos, dos sindicatos (trustes) etc. Visando proteger a classe operária da degenerescência física e moral, bem como para desenvolver sua capacidade de participação na luta libertadora o partido exige: 1. limitação da jornada de trabalho para 8 (oito) horas para todos os operários assalariados, incluindo, para os casos em que a jornada seja contínua, não menos de um intervalo de uma hora para a comida. Nos trabalhos perigosos e insalubres a jornada deverá ser reduzida a 4 - 6 horas. 2. Estabelecimento, pela lei, do descanso semanal, de uma duração ininterrupta de não menos de 42 horas, para os operários assalariados de ambos sexos em todos os ramos da economia nacional. 3. Proibição absoluta das horas extraordinárias. 4. Proibição do trabalho noturno (desde as 8 da noite até às 6 da madrugada) em todos os ramos da economia nacional com exceção daqueles absolutamente necessários por razões técnicas após prévia aprovação das organizações operária, com a ressalva de que o trabalho noturno dos operários não possa exceder de 4 horas. 5. Proibição aos patrões de utilizar o trabalho dos meninos em idade escolar (até os 16 anos), limitação da jornada de trabalho dos jovens (de 16 a 20 anos) para 4 horas de proibição de que trabalhem à noite em empresas insalubres e nas minas. 6. Proibição do trabalho feminino nos ramos nos quais é prejudicial para o organismo feminino; proibição do trabalho feminino noturno; liberar a mulher do trabalho 8 semanas antes e 8 semanas depois do parto mantendo o salário completo durante todo esse tempo, com assistência facultativa e medicamentos gratuitos. 7. Instalação em todas as fábricas e demais empresas, onde trabalhem mulheres de creches para crianças de peito e de pouca idade e dê locais para amamentar; liberar as mulheres que amamentam no trabalho a cada 3 horas no máximo e não menos de meia hora cada vez; com sessão de subsídios às mães que amamentam e redução de sua jornada de trabalho à seis horas. 8. Seguros sociais completos para os operários: A) em todo gênero de trabalho assalariado; B) em caso de toda espécie de perda da capacidade de trabalho, a saber: por enfermidade, acidentes, invalidez, velhice, enfermidades profissionais, maternidade, viuvez e orfandade, assim como de parada forçada etc; C) plena administração autônoma dos assegurados em todas as instituições de seguros; D) pagamento dos gastos de seguros a cargo dos capitalistas; E assistência facultativa e medicamentos gratuitos, encomendado o serviço médico às caixas de seguros administradas em regime de autonomia e regidas por representantes eleitos dos operários. 9. Proibição do pagamento do salário em espécie; estabelecimento do pagamento semanal e em dinheiro do salário em todos os contratos de trabalho sem exceção e entrega do salário dentro da jornada de trabalho. 10.

Proibição aos patrões para fazer desconto em dinheiro do salário quaisquer que sejam o motivo e a finalidade dos mesmos (multas, descontos por produção defeituosa etc). 11. Designação do número suficiente de inspetores fabris em todos os ramos da economia nacional e extensão do controle da inspeção fabril à todas as empresas que empreguem trabalho assalariado, sem excluir as empresas do Estado (o serviço doméstico entra também na esfera deste controle); designação de inspetoras nos ramos onde se empregue trabalho feminino; participação de representantes eleitos pelos operários e retribuídos pelo Estado no controle do cumprimento das leis fabris, assim com a fixação de tarifas de salários, da recepção de peças fabricadas e da determinação da produção defeituosa e do resultados do trabalho. Estabelecimento da inspeção de trabalho, eleita pelas organizações operárias, e extensão da mesma a todos os tipos de empresas que empreguem trabalho assalariado sem excluir o serviço doméstico; instituição no corpo de inspetoras nos ramos onde se empregue trabalho feminino. (LENIN, 1980, p. 50).

Imediatamente o governo revolucionário decretou: a retirada da Rússia da Primeira Guerra Mundial; nacionalização das grandes propriedades rurais; fábricas sobre controle operário e a criação do Exército Vermelho, liderado por Trotsky, com a missão de defender a Rússia dos inimigos da Revolução. Segundo Trotsky (2007, p. 425) este exército passaria os próximos anos guerreando bravamente, externa e internamente, pela manutenção da Revolução. Mas a tarefa dos revolucionários só estava começando.

A Rússia se encontrava então em situação de calamidade econômica, assim uma economia de guerra foi instaurada.

Chegam então os anos de guerra civil. O Exército Vermelho é criado, o país faminto é posto sob o regime do comunismo de guerra e convertido num espartano campo de guerra. A Revolução de Outubro, passo a passo, anuncia seu caminho, repele todos os seus inimigos, passa para a solução dos problemas industriais, cicatriza as mais graves feridas da guerra imperialista e da civil, e conquista um gigantesco sucesso na esfera do desenvolvimento da indústria. Surge ante ela, contudo, novas dificuldades fluindo de sua posição isolada, com poderosas terras capitalistas a cercando. O atraso no desenvolvimento que trouxe o proletariado russo ao poder impôs àquele poder tarefas que, em sua essência, não podiam ser conquistadas totalmente dentro da estrutura de um Estado isolado. O destino deste Estado fica assim totalmente ligado ao curso posterior da História mundial. (TROTSKY, 2007, p. 427).

Entre todas as dificuldades enfrentadas havia ainda a responsabilidade de realizar as mudanças necessárias à política sobre a emancipação da mulher e a educação das crianças. Aplicar o legado marxista sobre a socialização do trabalho doméstico, sobre as liberdades individuais, o fim da família, a criação socializada das crianças, a educação universalizada e fora do controle da burguesia eram tarefas fundamentais do nascente Estado Operário.

3.1. O primeiro Código Civil Familiar da Rússia Revolucionária

De acordo com Goldman (2010, p. 60), no período anterior a Revolução, “[...] a lei russa permitia e incorporava nas leis estatais o direito da Igreja Ortodoxa (Igreja oficial do Estado) de controlar o casamento e o divórcio de acordo com seus dogmas”. A religião acredita no patriarcado, logo, os homens deveriam ser chefes de suas famílias e as mulheres não deveriam trabalhar fora de casa. Obviamente, segundo estas regras, a mulher devia obediência ilimitada ao seu marido, assim como era obrigada a adotar seu nome e sua posição social. Não podiam trabalhar, nem estudar e receber seu próprio passaporte. Ao marido eram confiadas as responsabilidades de sustentar, proteger e perdoar as “insuficiências consideradas inerentes” a todas as mulheres. O divórcio era praticamente impossível. A igreja considerava o casamento como uma instituição sagrada, sua dissolução só era permitida em casos de adultério e impotência (o culpado era proibido de casar-se novamente), exílio ou desaparecimento injustificado de um dos conjugues. Da nobreza aos camponeses, o marido da mulher (que deveria obedecer seu amo, adotar seu nome e estatuto social), deveria sempre ser escolhido pela família.

Assim, como sobre as mulheres, os homens tinham um poder quase absoluto sobre seus filhos, não somente até a maioridade, mas por quanto tempo vissem. As crianças concebidas fora do casamento eram consideradas ilegítimas e não possuíam nenhum direito ou proteção legal e, até 1902, só podiam ser legitimadas pelo consentimento imperial, mesmo que fosse desejo de seu pai reconhecê-la.

Hubo juristas progresistas que intentaron reformar el derecho familiar luego de 1869, pero las poderosas autoridades conservadoras estatales y religiosas bloquearon hasta los intentos más timoratos. Una comisión especial en el Ministerio de Justicia publicó un nuevo código civil luego de 1900, pero nunca fue promulgado, a pesar de las precauciones elaboradas de la comisión para evitar infringir en los asuntos propios de la Iglesia. El horizonte de la posibilidad misma estaba nublado por la intransigencia del Sínodo Sagrado. Ni los críticos más radicales del derecho familiar abogaban por la igualdad entre el hombre y la mujer, y de hecho, proponían poco que fuera más allá de la inclusión del consentimiento mutuo como fundamento para el divorcio y la adopción de hijos ilegítimos a pedido del padre. (GOLDMAN, 2010, p. 67).

Justamente motivada por essa opressão e pela exploração, em diversas revoluções sociais centenas e milhares de mulheres ocuparam posição de destaque na linha de batalha. Esta mesma feita realizou-se em fevereiro de 1917 na Rússia. Foram as mulheres, que no dia

da mulher, realizaram marchas reivindicando o fim da guerra e mais pão, seus protestos desencadearam um processo revolucionário que culminou com a tomada do poder pelo proletariado russo em outubro do mesmo ano. Segundo análise de Trotsky (2005, p. 147),

A revolução de outubro cumpriu honestamente a sua palavra no que se refere à mulher. O novo poder não se contentou em dar à mulher os mesmos direitos jurídicos e políticos do homem, fez também – e muito mais que isso – tudo o que podia, e de qualquer modo infinitamente mais do que qualquer outro regime, para lhe dar acesso a todos os domínios econômicos e culturais.

Também Lenin, no artigo *As Tarefas do Movimento Operário Feminino na República dos Sovietes*, publicado em Setembro de 1919 (s/p), analisava que

Desde muito tempo, não apenas há dezenas de anos mas há séculos, os representantes de todos os movimentos de libertação na Europa ocidental reivindicam a revogação dessas leis caducas e a instauração da igualdade jurídica entre homens e mulheres, mas nem um só dos estados democráticos europeus, nem uma só das repúblicas mais avançadas soube vir ao encontro dessa reivindicação porque, onde existe o capitalismo, onde se mantém a propriedade privada da terra, das fábricas e das oficinas, onde se mantém o poder do capital, continua inalterada a situação privilegiada dos homens. Na Rússia, essa reivindicação só pôde ser realizada porque, depois de 25 de outubro de 1917, foi instaurado o poder dos operários. O poder soviético propôs-se a tarefa, desde o início, de ser de fato o poder dos trabalhadores inimigo de toda forma de exploração. Propôs-se a tarefa de arrancar pela raiz as possibilidades de exploração dos trabalhadores por parte dos latifundiários e dos capitalistas, de destruir o domínio do capital. O poder soviético esforçou-se para conseguir que os trabalhadores pudessem construir sua vida sem a propriedade privada das fábricas e das oficinas, sem aquela propriedade privada que, em toda parte do mundo, mesmo quando existe a plena liberdade política, mesmo nas repúblicas mais democráticas, reduziu de fato os operários à miséria e à escravidão do salário e a mulher a uma dupla escravidão.

Lenin (1919, s/p) analisa que em todas as repúblicas democráticas se proclama a igualdade,

[...] mas nas leis civis e nas leis que regulam a situação da mulher, sua posição na família, o divórcio, vemos a cada passo o estado de desigualdade e de inferioridade da mulher e dizemos que se trata exatamente de uma violação da democracia no que se refere aos oprimidos.

A sociedade burguesa, com a democracia do patronato, dos industriais e latifundiários, determina a dominação estrutural sobre a mulher, em amplos aspectos residem então os méritos das conquistas da revolução de outubro, de acordo com o autor:

Não deixando, subsistir em suas leis o menor sinal de desigualdade da mulher, o poder soviético realizou a democracia de uma forma mais elevada que em qualquer outro país, inclusive os mais avançados. Repito: nenhum Estado, nenhuma legislação democrática fez pela mulher nem a metade daquilo que fez o poder soviético nós primeiros meses de sua existência. (LENIN, 1919, s/p).

Lênin, Trotsky e os principais dirigentes orientavam o partido bolchevique sobre a base da discussão legada por Marx e Engels. Frente a isso se fazia candente a necessidade de buscar a emancipação da mulher dos grilhões do lar e da família. Guiando-se sobre tais princípios, de acordo com Trotsky: “A revolução fez um esforço heroico para destruir o chamado ‘lar familiar’ – instituição arcaica, estagnada e rotineira, na qual a mulher das classes trabalhadoras era condenada a trabalhos forçados da infância até a morte”. (TROTSKY, 2005, p. 147). Lenin, em continuidade com as elaborações de Marx e Engels, no artigo *Às Operárias*, publicado em fevereiro de 1920, analisava que: “O proletariado não alcançará a emancipação completa se não for conquistada primeiro a completa emancipação das mulheres!” (LENIN, 1920, s/p).

Lenin (1920, s/p) era enfático ao analisar que “Onde existem latifundiários, capitalistas e comerciantes, não pode existir a igualdade entre o homem e a mulher, nem mesmo diante da lei.”. Sem a derrubada das diversas frações da burguesia e do patronato não há como estabelecer bases para emancipação efetiva da mulher. De acordo com o autor

Onde não existem latifundiários, capitalistas e comerciantes, onde o poder dos trabalhadores constrói uma nova vida sem tais exploradores, existe diante da lei a igualdade entre o homem e a mulher. Mas não basta. A igualdade diante da lei não é ainda a igualdade efetiva (LENIN, 1920, s/p).

No artigo *A Contribuição da Mulher na Construção do Socialismo*, publicado em julho de 1919 (s/p), analisa que também nesta importante questão, embora ainda houvesse muito a fazer, os bolcheviques já se faziam pioneiros

Nenhum partido democrático do mundo, em nenhuma das repúblicas burguesas mais progressistas, realizou a esse respeito em dezenas de anos nem mesmo a centésima parte daquilo que nós fizemos apenas no primeiro ano de nosso poder. Não deixamos literalmente pedra sobre pedra de todas as abjetas leis sobre as limitações dos direitos da mulher, sobre as restrições do divórcio, sobre as odiosas formalidades às quais estava vinculado, sobre a possibilidade de não reconhecer os filhos naturais, sobre investigação de paternidade etc., leis cujas sobrevivências, para vergonha da burguesia e do capitalismo, são muito numerosas em todos os países civilizados. Temos mil vezes o direito de estar orgulhosos daquilo que fizemos nesse terreno.

Os bolcheviques acreditavam que somente uma mudança nas leis não seria capaz de mudar verdadeiramente a situação de opressão a que as mulheres e crianças estão historicamente submetidas. Entretanto, as primeiras decisões que tomaram foram justamente no sentido de abolir as retrógradas leis russas, estabelecendo um novo marco legal que correspondessem a sua revolucionária visão sobre as relações sociais. Ainda em 1917 (apenas dois meses depois da tomada do poder), sob a forma de decretos, os bolcheviques substituíram o casamento religioso pelo civil e estabeleceram o direito ao divórcio a pedido de qualquer uma das partes sem necessidade de justificativa. E estavam somente começando.

Entretanto, os bolcheviques não detinham somente uma opinião, havia os mais libertários e os mais conservadores. Mas todos acreditam que a revolução não poderia ser somente caracterizada como pública, porque tinham que transformar permanentemente todos os meandros da vida privada. Esta era a herança marxista latente: o fim do matrimônio burguês e da família patriarcal.

Os bolcheviques, na criação do programa de sociedade socialista, foram os primeiros líderes mundiais da história a ter o ideal de igualdade e liberdade feminina como orientação principal das políticas públicas do governo. Garantindo as mulheres soviéticas liberdade e igual civil perante aos homens, apregoando o fim da família patriarcal para acabar com a opressão histórica sobre as mulheres.

Um ano depois, em outubro de 1918, o Comitê Central Executivo do Soviet ratificou um novo Código sobre o Matrimônio, a Família e a Tutela, constituindo uma nova doutrina baseada nos direitos individuais, na igualdade entre homens e mulheres e na extinção da família. Este novo código pretendia colocar fim a séculos do predomínio do poder patriarcal e religioso sobre as relações sociais.

As funções materiais da família deveriam ser totalmente subordinadas ao Estado. A maternidade deveria ser assunto público e o parto, assim como criação, alimentação e educação das crianças responsabilidade social.

O novo Código instituiu a igualdade perante a lei extinguindo o *status* legal inferior da mulher. Diminuiu o rol de obrigações conjugais e preservou os bens adquiridos antes do casamento, nenhuma das partes poderia reclamar a propriedade do cônjuge após o divórcio. Estabeleceu uma pensão alimentícia para homens e mulheres, em casos de incapacitação e, no geral, pressupôs que em casos de divórcio as partes deveriam se manter a si mesmas. Eliminou a validade do casamento religioso e admitiu como válido somente o casamento civil, criou oficinas de estatística para o registro do casamento, divórcio, nascimento e morte. Proibiu a adoção, fundamentado no temor de que a adoção permitisse aos camponeses

explorar o trabalho dos filhos adotivos nas plantações e criações de animais, com a convicção de que o Estado seria um tutor mais capacitado do que uma família para criar um órfão. As leis que davam direito ao feto foram abolidas e o aborto foi feito gratuita e legalmente em qualquer fase da gravidez. A discriminação por gênero na contratação e demissão foi proibida, a prostituição foi despenalizada e garantiram direitos especiais as trabalhadoras grávidas. “Los juristas y educadores consideraban la abolición de la adopción como el primer paso para transferir el cuidado de los niños del ámbito familiar al estatal.” (GOLDMAN, 2010, p. 68).

Dentro do partido bolchevique também foi aberto o *Zhenotdel* – sessão especial das mulheres, que tinha por atribuição espalhar a notícia da revolução, combater a prostituição, executar as novas leis, criar políticas de educação para os trabalhadores e camponeses, etc.

Também revogou a condição de ilegitimidade dos filhos adquiridos fora do casamento, garantindo seu direito ao reconhecimento e responsabilizando os pais por sua manutenção. Tal atitude desvencilhou a família do contrato de casamento. “En este aspecto, el Código rompe con la tradición de la legislación y jurisprudencia europeas, que conciben las relaciones familiares en conexión con la institución matrimonial.” (GOLDMAN, 2010, p. 68). Segundo a historiadora norte-americana Wendy Goldman, o Código russo aplicado pelos bolcheviques logo após a Revolução socialista naquele país, constituiu a legislação familiar mais progressista da história.

Desde una perspectiva comparativa, el Código de 1918 se adelantaba notablemente a su época. No se ha promulgado ninguna legislación similar con respecto a la igualdad de género, el divorcio, la legitimidad y la propiedad ni en América ni en Europa. Sin embargo, a pesar de las innovaciones radicales del Código, los juristas señalaron rápidamente “que esta legislación no es socialista, sino legislación para la era transicional”. Como tal, el Código preservaba el registro matrimonial, la pensión alimenticia, el subsidio de menores y otras disposiciones relacionadas con la necesidad persistente aunque transitoria de la unidad familiar. (GOLDMAN, 2010, p. 69).

O código, portanto, era composto por uma mistura de leis reformistas e revolucionárias. Suas determinações sobre o casamento civil estavam em consonância com outros países europeus, no entanto, inspirado nos ideais marxistas de igualdade, liberdade e independência, seus arranjos sobre a igualdade dos conjugues perante a lei, a legitimidade dos filhos e as obrigações matrimoniais ultrapassavam a legislação de qualquer outro país da época. “Lo que era más importante: los juristas que redactaron el Código veían sus

características progresivas y libertarias sólo como un primer paso hacia la extinción eventual de la familia y de la ley.” (GOLDMAN, 2010, p. 72).

Além disso, este mesmo governo prepararia uma imensa revolução pedagógica sem antecedentes.

Todos los ciudadanos que supieran leer y escribir fueron movilizados en un gigantesco plan de alfabetización; se publicaron colecciones populares de los clásicos para ser vendidos a precio de costo; se estableció la escolaridad mixta y se le dio, a la educación, un carácter politécnico y colectivo. Con una anticipación histórica visionaria, la revolución proletaria abolió los exámenes y decreto que las escuelas fueran regidas por un consejo del que formaban parte los trabajadores del establecimiento, los representantes de las organizaciones obreras locales y los estudiantes mayores de doce años. Bastaron pocos meses de poder obrero, para que se proclamara la gratuidad de la enseñanza universitaria. (GOLDMAN, 2010, p. 18).

Entretanto, para além das leis, a conquista mais importante da revolução foi ter proporcionado materialmente o acesso da mulher à vida cultural e econômica do país.

De pouco teria servido o direito ao voto se as mulheres — escravas domésticas, segundo a definição de Lênin — continuassem sendo únicas a arcar com as obrigações do ambiente familiar, as mais limitadas no acesso à educação, as que não tinham nenhum acesso à produção. (D'ATRI, 2008, p. 92).

Segundo os revolucionários, as tarefas domésticas realizadas pelas mulheres de maneira individual deviam ser substituídas por um sistema de serviços sociais garantidos pelo Estado, assim como o acesso a cultura: creches, jardins de infância, lavanderias e restaurantes coletivos, hospitais, cinemas, teatros, etc.

3.2. A questão da educação de homens e mulheres na Rússia Revolucionária

Nos primeiros anos do poder soviético, a educação foi objeto de projetos de transformações revolucionárias ambiciosas. Enfrentava-se o altíssimo índice de analfabetismo em meio ao caos econômico, o atraso de desenvolvimento, a guerra imperialista contra a revolução e a problemas com a parte reacionária do magistério, liderada pelo Sindicato dos Professores desde antes da tomada do poder.

Já antes de outubro de 1917 criara-se a Comissão Estatal para a Educação, cujos membros – Krupskaya (1875-1944), Lepshinsky (1868-1944) e Pokrovsky (1868-1932) – foram responsáveis pela elaboração do documento

‘Princípios Fundamentais da Escola Única do Trabalho’, que resultou na “Declaração sobre a Escola Única do Trabalho”, aprovada pelo Comitê Central do Partido Comunista Bolchevique, em 30/09/1918. Com a criação do Commissariado, eles e outros educadores entraram na sua composição, dentre os quais: Blonski (1884-1941) e Pistrak (1888-1937). Fazia parte do Commissariado uma Comissão Estatal Científica, que comportou a *Seção Científico-Pedagógica* (presidida por Krupskaya), responsável pela elaboração dos programas de 1º e 2º Graus de 1923 e sua variante de 1927. (FREITAS apud SAVIANI, 2011, p. 29).

A bandeira da revolução proletária exigia a criação da escola única, resultado da abolição da propriedade privada e, ao mesmo tempo, ferramenta auxiliar para o fim das classes sociais. A educação socialista deveria transformar homens e mulheres trabalhadores em pessoas cultas. Os antigos explorados deveriam ser reeducados para assumir o comando da sociedade.

Após a Revolução de Outubro, em substituição aos antigos ministérios foram criados os Commissariados do Povo. Neste sentido o Commissariado do Povo para a Instrução Pública, segundo Saviani: “[...] foi criado em 1917 para cuidar de toda a vida cultural, tendo por finalidade reconstruir o sistema educacional da Rússia. Anatoli Lunatcharski (1875-1933) foi seu presidente, no período de 1917 a 1929.” (SAVIANI, 2011, p. 29).

De acordo com Manacorda (1969, p.46) as teses de Marx e Engels não tinha tido uma influencia maior sobre o pensamento pedagógico moderno e sobre a organização dos centros de ensino ate o momento de sua recuperação por parte de Lenin e de sua assunção como base do sistema escolar do primeiro Estado socialista. (DAL RI, 2004, p.203).

No projeto do programa do partido bolchevique, Lenin defende: “Educação geral e Politécnica (conhecimento da teoria e da prática de todos os principais ramos da produção) gratuita e obrigatória para todas as crianças dos dois sexos até os 16 anos: estreita ligação do estudo com o trabalho social produtivo das crianças.” (LENIN apud KRUPSKAYA, 1986, p.37 e apud DAL RI, 2004, p. 203).

Apesar de Lenin não ter desenvolvido um trabalho específico na área da educação (tal como Marx e Engels), nem mesmo ter sistematizado de forma mais organizada suas reflexões, temas dessa área aparecem com muita frequência em discursos e artigos dada sua preocupação com a formação do novo homem que se desenvolveria sob o socialismo. Estudou profundamente os escritos de Marx e Engels e atribuiu sentido fundamental a ligação entre ensino e trabalho produtivo. Em seu artigo *Pérolas da projetomania populista*, defende que: “Nem o ensino e a educação sem um trabalho produtivo, nem o trabalho produtivo separado do ensino e da educação poderão colocar-se á altura da altura do atual nível da técnica e do

presente estado dos conhecimentos científicos.” (LENIN apud KRUPSKAYA apud MANACORDA, 1969, p.47 e apud DAL RI, 2004, p. 203).

Segundo Saviani (2011, p. 30)

Nos 55 volumes de suas obras completas as questões educacionais aparecem sob as seguintes abordagens: crítica à educação burguesa; denúncia à precária situação da educação dos trabalhadores (na Rússia e em outros países); exame de desafios a enfrentar (analfabetismo / alfabetização; ensino e trabalho produtivo; organização de bibliotecas; a imprensa a serviço da educação; os manuais escolares; tarefas da juventude; formação do magistério; as escolas por nacionalidades / questões de idioma...); discussão de princípios, diretrizes e propostas para a educação comunista; análise das experiências pedagógicas, dos movimentos estudantil e docente, da relação da educação com outras esferas da vida social (o trabalho produtivo, a comunicação, a política, o papel do Estado, do Partido...). Para citar os temas mais recorrentes: Questão Nacional (nacionalismo / internacionalismo); Emancipação dos Trabalhadores; Estado e Luta de Classes; Estado e Religião / Igreja; Desenvolvimento Social e Cultural; Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Cultura, Cultura Nacional, Cultura Proletária.

Portanto, fica claro que para ele o processo cultural que estava em voga com a construção da sociedade socialista ultrapassava e muito as questões referentes ao modo de organização do sistema escolar, pois envolvia o conjunto das relações sociais. De acordo com Dal Ri

Lenin considerava a questão educacional mais ampla e complexa do que a sua expressão escolar. Para ele, a transformação educacional implicava ao mesmo tempo uma transformação nas relações de produção, nas instituições e nos processos sociais. As classes sociais estabelecem relações sociais de produção e suas contradições educam efetivamente as massas trabalhadoras. (DAL RI, 2004, p. 204).

Lenin compartilhava muitas das posições de uma das principais criadoras da pedagogia soviética, considerada a primeira pedagoga marxista russa: Nadezhda Krupskaya. Para ela a educação é indispensável à construção do socialismo, cuja essência: “reside en una organización nueva de todo el tejido social, en un nuevo régimen social, en nuevas relaciones entre los hombres. Queremos construir una vida holgada y al mismo tiempo luminosa.” (KRUPSKAYA, s/d, p. 88). Acrescentando, Saviani (2011, p. 31) aponta que

O problema do socialismo, insiste ela, não é somente elevar a produtividade do trabalho e incrementar o desenvolvimento econômico. Trata-se de edificar uma nova sociedade, em novas bases objetivas e subjetivas. Para tanto, é preciso reeducar os adultos e educar as jovens gerações. A escola se apresenta como meio privilegiado para essa educação. Mas ela, sozinha, não pode dar conta de todos os desafios. Tem, necessariamente, de relacionar-se com as organizações estudantis, de docentes e outras (como a União de

Mulheres, os Sindicatos). Mesmo no que lhe diz respeito diretamente – os programas das matérias e seu ensino – não pode restringir seu espaço: as atividades escolares devem associar-se a atividades extraescolares, devidamente orientadas, com tarefas que possibilitem o exercício da responsabilidade e da autonomia, segundo as condições e possibilidades das crianças e dos jovens.

Krupskaya amparada em Marx e Engels, em seu texto *A instrução pública e a democracia* apontou que “[...] A natureza mesma da grande indústria requer um trabalho multifacetado e desenvolvido, possuidor da capacidade geral de trabalho, preparação politécnica, capaz de operar qualquer máquina e que compreenda qualquer processo de trabalho.” (SKATKIN apud DAL RI, 2004, p. 204). Destacou-se por uma reflexão que privilegiou os problemas da educação no marco da construção de uma nova sociedade. ao elaborar propostas pedagógicas que tinham por princípio, segundo Saviani

A educação como ato necessariamente político; a necessária laicidade do ensino (separação Igreja/Estado); a apropriação crítica e criativa dos conhecimentos acumulados pela humanidade como imperativo para a emancipação dos trabalhadores; a escola como instrumento de educação da personalidade humana; o papel da educação escolar na formação multifacética das jovens gerações; a mesma educação para ambos os sexos; o trabalho como eixo central dos conteúdos e das atividades escolares, implicando a necessária relação entre ensino geral e politécnico. (SAVIANI, 2011, p. 31).

Considerava como primordial tarefa da educação politécnica transmitir à sociedade as bases gerais da técnica particular de todos os ramos industriais. Para ela: “La educación social se compone de la educación: 1) de instintos sociales, 2) de la conciencia social y 3) de hábitos sociales.” (KRUPSKAYA, s/d, p. 153). Esta educação social deveria vincular-se com os conhecimentos científicos gerais sobre o domínio das forças da natureza na indústria moderna, com a organização do trabalho e da vida social (DAL RI, 2004).

A Escola deve desenvolver, por todos os meios, a compreensão e a valorização da vida social. Desenvolver práticas de trabalho coletivo e de autogestão. Contribuir para a formação de uma moral nova (interesses gerais acima dos particulares). Preparar a jovem geração para valorizar e realizar tanto o trabalho manual quanto o intelectual. Proporcionar aos estudantes os fundamentos das ciências (torná-los cultos). Formar especialistas em todos os domínios. É este o sentido da Educação Politécnica: a íntima relação entre o estudo e o trabalho produtivo. Implica o domínio das bases da indústria moderna, em seu desenvolvimento histórico – mundial, nacional e local. Isto exige o conhecimento dos inúmeros tipos de indústria; condições de seu desenvolvimento; matérias primas e sua produção/aquisição; relação com a natureza; relações técnicas e sociais de produção; contribuições da ciência e

da tecnologia; o desenvolvimento humano (condições de trabalho, segurança, saúde dos trabalhadores e da população em geral); relações internacionais de produção; circulação e repartição dos bens... Entre outros fatores. (SAVIANI, 2011, p. 33).

Específica contribuição de Krupskaya consistiu em entender que era responsabilidade dos revolucionários a luta pela emancipação das mulheres e por isso concebeu que a educação seria parte fundamental neste processo, devendo proporcionar, por meio de *ações voltadas a toda população*, que pudessem: “[...] reeducar a la población adulta en el espíritu del socialismo.”(KRUPSKAYA, s/d, p. 88).

Ações que tenham por objetivos: 1. Exercer controle social sistemático para superar sobrevivências do passado: insuficiente desenvolvimento cultural; dificuldade de estudar (decorrente da sobrecarga de trabalho doméstico e cuidado dos filhos); não atendimento à lei de obrigatoriedade de ensino. 2. Liquidar o analfabetismo entre as mulheres. 3. Combinar educação social com educação familiar (elevar a cultura e a instrução dos pais, aprimorar a educação dos meninos e rapazes). 4. Garantir às mulheres o direito ao estudo. 5. Enfrentar de modo novo os problemas milenares: conceitos de matrimônio, maternidade e família; papel e tarefas da mulher; direitos e saúde da mulher; sua condição na sociedade. (SAVIANI, 2011, p. 32).

As bases da pedagogia soviética foram formuladas não somente pelo estudo aprofundado do politecnismo, mas: “[...] a partir, também, de experiências levadas a cabo por educadores na União Soviética. Dentre essas experiências, parece-nos significativas as que foram conduzidas pelo ucraniano, Anton Makarenko, na Colônia Gorki e na Comuna Dzerjinski, nos anos de 1920 e 1930, na Ucrânia.” (DAL RI, 2004, p. 206)

Pedagogo e escritor participou do desafio de educar o novo homem no solo da revolução soviética. “A escola, na concepção de Makarenko, devia ser um espaço amplo e aberto, e que mantivesse contato com a comunidade e com a natureza, relacionando-se às necessidades históricas, mas dirigida por um objetivo estabelecido coletivamente por professores alunos.”. (DAL RI, 2004, p. 206).

Sua concepção sobre a coletividade escolar foi fruto das orientações marxistas e leninistas e de seu envolvimento pessoal com o desenvolvimento das experiências citadas acima, que expressaram o período de institucionalização da escola, sob o czarismo e o desafio da criação da escola única, sob o socialismo. De acordo com Luedemann (2002, p. 19),

A escola makarenkiana é organizada de acordo com os princípios da instrução geral e do trabalho produtivo, retirando a centralidade da sala de

aula. A pedagogia deveria, assim, tomar como objeto o processo de constituição dialética da coletividade em seus diferentes aspectos – educação, instrução e trabalho produtivo. Aos professores caberia a tarefa principal de instruir, de educar e ser educado, junto aos alunos, na vida coletiva autogestionária.

Entre seus principais textos estão *Objetivos da educação* e *Metodologia para a organização do processo produtivo*, em que define suas principais teses pedagógicas e o processo de organização da escola como coletividade. Boa parte de sua atenção foi dedicada às tarefas concretas de educar na escola e na família, de acordo com os novos princípios pedagógicos, da educação aliada ao trabalho e a construção da coletividade.

Para Makarenko, a única criança que pode ser compreendida no processo pedagógico é a criança concreta, ou melhor, as diferentes crianças com suas marcas históricas, sociais, culturais e psicológicas. E o problema que deveria ser enfrentado pela pedagogia seria o da educação das diferentes personalidades. Makarenko entendeu que a resolução desse problema pedagógico estaria na constituição de um novo objeto da pedagogia, não mais a criança, e sim a coletividade. A coletividade, objeto da pedagogia, não poderia ser tomada como uma abstração, mas como um novo organismo social, criado pela experiência revolucionária, tal como os soviets. De acordo com as orientações pedagógicas da Comissão de Instrução Pública da URSS, dirigida por Lunatcharski e Krupskaya, as escolas deveriam desenvolver, ao máximo, a vida coletiva. (LUEDEMANN, 2002, p. 17).

Por fim, esperava-se que a coletividade ajudasse a enfrentar a crise da instituição familiar. Para Makarenko era necessário levar às últimas consequências às contradições das antigas relações sociais baseadas no modelo de família patriarcal, por isso atribuiu a coletividade o papel de educadora da família. “Ao escrever o *Livro dos Pais* e promover conferências sobre educação infantil, Makarenko rompe com a tradição da literatura de conselhos aos pais, do século XVII ao XX, em que a educação dos filhos é atribuição exclusiva da mãe, como de coerção social, separando-os do mundo real.” (LUEDEMANN, 2002, p. 21). Em seu artigo *As minhas concepções pedagógicas*, Makarenko (2002, p. 371), afirma

Tive de indagar-me e interessar-me pelas famílias e pareceu-me necessário escrever um livro destinado aos pais. No primeiro tomo tratei do assunto relativo à família como coletividade. Neste momento, estou preparando o segundo tomo, que se refere à educação moral e política, principalmente na família, mas também tenho de focar a escola.

Por fim, cita ainda neste artigo, as qualidades do caráter necessário à construção da coletividade - componente da educação do novo homem: a honestidade, o respeito, a

diligência, a pontualidade, capacidade de orientação, precisão, calma, segurança e etc. Afirma,

Finalmente, tomemos outra importante qualidade do caráter, qualidade puramente comunista, como a de saber subordinar-se ao camarada – não ao rico, não patrão, mas ao camarada – e a de saber dar ordens ao camarada. Somos camaradas, amigos, mas há momentos em que eu tenho o direito de dar ordens. Neste caso, eu devo saber ordenar e você deve saber obedecer, esquecendo que há um minuto éramos amigos. Esta qualidade do caráter só pode ser desenvolvida no nosso país, onde não classes exploradoras, onde não há o poder emanado da força econômica, da propriedade, da manipulação... Devemos infundir todas estas qualidades nos nossos jovens. (MAKARENKO, 2002, p. 379).

Outro educador que teve bastante influência na educação da URSS, pós-revolução, foi Pistrak. Sua obra deve ser interpretada como a constituição de uma pedagogia social, centrada na ideia do coletivo e vinculada ao movimento mais amplo de transformação social. Para ele: “A revolução e a escola devem agir paralelamente, porque a escola é a arma ideológica da revolução.”. (PISTRAK, 2011, p. 24).

Lembrando que o tema da educação soviética nos interessa na medida em que o feminismo marxista revolucionário defende que a educação e criação das crianças (assim como todo o trabalho doméstico) devam ser socializadas para que seja possível de fato a libertação da mulher. Isso quer dizer que a educação das futuras gerações seria inteiramente responsabilidade do Estado. É fundamental entender a experiência histórica: o projeto de educação do Estado operário russo, baseado nas concepções de Marx e Engels.

A Escola – Comuna (uma obra coletiva de professores que trabalhavam numa escola experimental, a Escola – Comuna, junto a Pistrak), é documento de maior importância sobre os esforços pioneiros da Revolução ante a imperiosa tarefa de recriar seu sistema educacional.

Uma série inteira de problemas extremamente importantes colocados pela atualidade encontrou solução notória na Escola-Comuna: a questão da autodireção, a inter-relação com a União da Juventude Comunista na Rússia, a questão sobre o tamanho, caráter e organização do trabalho físico, a questão sobre o conteúdo do ensino. Em todas as questões a Escola Comuna tem o que dizer. (PISTRAK, 2009, p. 108).

O autor assinala de forma enfática a importância do estreitamento das relações entre a escola e o contexto social. No entanto, para ele, apenas o estudo da realidade social é insuficiente, pois a escola deve estar não apenas voltada para a realidade, mas também impregnada por ela no sentido de encaminhar uma real intervenção na reorganização da sociedade. E o elemento unificador dessa relação é o trabalho. Dessa forma, não basta levar o trabalho para o interior da escola, mas é necessário ligar o trabalho na escola ao trabalho socialmente produtivo, à produção real. (DAL RI, 2004, p. 213).

Em seu livro *Fundamentos da escola do trabalho* sistematiza sua experiência pedagógica na condução da Escola Lepechinsky, e no contato com outras escolas primárias de sua época, buscando explicar para o plano da pedagogia os ideais, os valores, as concepções e os princípios do processo revolucionário inicial da União Soviética. Nesta obra: “Pistrak tenta responder como se colocou a questão do trabalho, no meio educacional, desde a proclamação do princípio da escola do trabalho na sociedade socialista em construção.” (DAL RI, 2004, p. 208).

Os três aspectos centrais que norteiam a obra de Pistrak são: as reflexões sobre a relação entre escola e trabalho e dentro disto, a auto-organização dos estudantes e a organização do ensino através de um sistema de complexos temáticos. “Em primeiro lugar, a auto-organização dos estudantes pode aparecer e deve criar-se ao redor de determinada tarefa, próxima dos interesses das crianças, que parta da sua vida comum na escola e exija aplicação de trabalho. Tal tarefa define o círculo das obrigações e o âmbito da responsabilidade.” (PISTRAK, 2009, p. 127).

Quanto ao vínculo entre trabalho e educação,

O trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, á produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo-se, de um lado, á aquisição de algumas normas técnicas, e, de outro, a procedimentos metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe de um curso sistemático. Assim, o trabalho se tornaria anêmico, perderia sua base ideológica. (PISTRAK, 2011, p. 30).

Sua maior contribuição foi ter compreendido que para transformar a escola, e para colocá-la a serviço da transformação social, tornando-a coerente com os novos desígnios da formação dos sujeitos capazes de participar ativamente na construção de uma nova sociedade, não bastava somente alterar o conteúdo. Era necessário mudar a escola em suas práticas e estrutura de organização e funcionamento. Pois: “A escola sempre foi, e não poderia deixar de ser, reflexo de seu século, sempre respondeu àquelas exigências as quais um determinado regime político-social colocou para ela e, se ela não respondeu ao regime do seu tempo, então não pôde ficar viva.” (PISTRAK, 2009, p. 115).

Segundo Dal Ri (2004, p. 209), “A nosso ver, a proposta de Pistrak envolve duas linhas de ação: a escola do trabalho e o trabalho na escola.”. A escola do trabalho tem como

primeira forma á execução pelos alunos do trabalho doméstico na escola, pois, de acordo com o autor,

O costume de viver coletivamente pode e deve ser formado entre as crianças tendo como base as tarefas domésticas coletivas, desenvolvendo-se entre elas o sentimento e a compreensão da necessidade e da utilidade sociais destas tarefas: é preciso que as crianças percebam o grande papel social desempenhado por todos esses pequenos hábitos na transformação do conjunto de nossa vida. (PISTRAK, 2011, p. 45).

Afirma o autor que nos primeiros anos da revolução, em muitas escolas, o trabalho doméstico foi erigido em principio e que é difícil dizer se isso foi resultado da pobreza material ou de uma nova concepção. Pistrak posiciona-se contrariamente á execução por parte das crianças de trabalhos domésticos pesados e enfadonhos. Podem, diz ser impossível renunciar a todo tipo de trabalho doméstico, porque ele permite adquirir uma serie de bons hábitos que introduzem a civilização no seio da família e sem os quais seria impossível pensar na criação de um novo modo de vida. (DAL RI, 2004, p. 209)

É preciso, portanto, que todas as tarefas domésticas úteis, e que podem ser feitas pelas crianças, sejam organizadas do ponto de vista de utilidade e necessidade sociais. “Dessa forma, Pistrak defende que os trabalhos domésticos realizados pelas crianças limitem-se á limpeza dos quartos, á manutenção da ordem e da limpeza, á participação nas tarefas de cozinha e no serviço de alimentação (distribuição dos alimentos etc.). (DAL RI, 2004, p. 210).

A segunda forma de trabalho que pode ser executada na escola são tarefas sociais que não exigem conhecimentos especializados (por exemplo, a limpeza e a conservação dos jardins e de parques públicos, a plantação de arvores, etc.). Para Pistrak, essa forma: “Pode ser considerada como uma ampliação das tarefas domésticas, pois se baseia no mesmo principio de atualidade social.” (PISTRAK, 2011, p. 46).

Portanto o trabalho desenvolvido pelas crianças na escola devem desenvolver hábitos de coletividade, pois: “Um dos objetivos principais dessa tarefa é desenvolver a vida coletiva, porque ela significa não apenas uma melhoria das condições existentes, mas também a possibilidade de começar um novo modo de vida.” (DAL RI, 2004, p. 210)

Pistrak apontava, como vimos anteriormente, que, depois da revolução de outubro, foram proclamados os princípios da escola do trabalho, sobretudo depois da publicação do regulamento sobre a Escola única do trabalho, em outubro de 1918, em que se colocava o trabalho produtivo no interior da escola. A partir disso, as escolas e estabelecimentos de ensino para crianças lançaram-se na organização de oficinas escolares de todo tipo. E esta é a terceira forma do trabalho na escola. (DAL RI, 2004, p. 210).

Para ele, o trabalho na oficina é necessário à escola do novo homem na medida em que serve de instrumento pedagógico baseado no trabalho (as oficinas cumpririam papel didático neste caso). Então, para que as oficinas correspondam às expectativas, são necessários: “que se trabalhem os produtos mais conhecidos do ponto de vista técnico e da vida corrente, variar o instrumental e os métodos de trabalho, e possibilitar às crianças a mais ampla criatividade técnica.” (DAL RI, 2004, p. 211). Por isso as oficinas escolares devem ser produtivas, ou seja, que os objetos produzidos tenham utilidade prática.

A questão do trabalho produtivo leva à questão da organização da oficina. Para Pistrak, o aluno deve produzir objetos completamente acabados, deve ser capaz de calcular o tempo necessário para a fabricação, os materiais utilizados, etc. essa contabilidade leva a uma série de outras questões: cálculo das matérias, estabelecimento de um esquema de trabalho, orçamento detalhado, tempo com o trabalho coletivo, sistema de divisão de trabalho, etc. ‘se acrescentarmos ao que já foi dito todos os dados relativos ao preço das matérias e ao salário, teremos todos os elementos que constituem o cálculo e o orçamento detalhados e formulados previamente.’(2002, p. 67). Chega-se assim à questão da organização econômica, aos elementos da administração que devem ser bem conhecidos pelas crianças. Pistrak acrescenta que isso possibilitará, mais tarde, a compreensão de certos problemas econômicos e, particularmente, as bases do orçamento nacional. (DAL RI, 2004, p. 211).

Para o autor, outro projeto de extrema importância para o vínculo real entre educação e o trabalho, que não pode ser substituído pelo trabalho nas oficinas, é o trabalho na fábrica. Entretanto, conclui-se que o alargamento deste tipo de relacionamento entre as fábricas e a escola só seria possível a partir do desenvolvimento industrial e das cidades, e justamente por isto (lembremo-nos que a Rússia pós Revolução de Outubro era ainda um país semifeudal), esta ambição não podia ser realizada naquele momento. Entretanto, coloca que: “[...] no futuro, esses princípios constituirão a única pedagogia comunista conveniente à escola nos grandes centros ou nas proximidades das grandes fábricas.” (DAL RI, 2004, p. 212).

E indispensável que o aluno participe no trabalho produtivo lado a lado com o operário ou o operário com o aprendiz. Qualquer outra forma de trabalho não passara de um sucedâneo incapaz de levar ao mesmo objetivo. Também é importante que a criança participe de todas as manifestações na fábrica, contato íntimo com os operários, sua vida, seu trabalho, participação nas assembleias gerais, cooperativas, clube, juventude comunista, célula do partido, festa, etc. (PISTRAK apud DAL RI, 2004, p. 212).

É fundamental nunca esquecer que a essência de toda essa discussão e dos objetivos a ser alcançados com o novo modelo de educação, era a formação de um novo homem, que se

entendesse como célula integrante de uma coletividade internacional constituída pela classe operária na luta por construir um novo regime social.

Em termos mais concretos, é preciso que a nova geração compreenda, em primeiro lugar, qual a natureza da luta travada atualmente pela humanidade; em segundo lugar, qual o espaço ocupado pela classe explorada nesta luta; em terceiro lugar, qual o espaço que deve ser ocupado por cada adolescente e, finalmente, é que cada um saiba, em seus respectivos espaços, travar a luta pela destruição das formas inúteis, substituindo-as por um novo edifício. (PISTRAK, 2011, p. 25).

Pistrak cita ainda duas outras formas da escola do trabalho, o trabalho agrícola e o trabalho improdutivo. Este trabalho improdutivo consiste em outras importantes tarefas sociais. De acordo com Dal Ri,

Faz parte da segunda categoria o trabalho do funcionário de Estado ou das instituições sócias (secretariado, aparelho soviético, comitê de fábrica, administração, órgão sindicais etc.); o domínio da cooperação sob todas suas formas (consumo agrícola, crédito, produção) e o comércio do Estado; trabalho do educador, sanitário e médico. (2004, p. 212).

Com relação ao ensino, acreditava que a escola deveria educar as crianças de acordo com a teoria Marxista, fazendo o possível para formar o indivíduo organicamente com o método materialista histórico de compreensão da sociedade. Isto porque, para ele, o marxismo não fornece somente o método de análise para compreender a essência dos fenômenos sociais, mas, principalmente: “O método de ação eficaz para transformar a ordem existente no sentido determinado pela análise.”. (PISTRAK, 2011, p. 30).

O proletariado mundial se arma para a luta, o trabalhador russo segura com um braço o fuzil que serve para defender suas conquistas, ou seja, em última análise as conquistas da revolução mundial, e com o outro braço segura a foice e o martelo que servem para a reedificação lenta e obstinada do que foi destruído e também para a edificação do que nunca foi ainda tentado. Luta e constrói ao mesmo tempo: lutar e construir – isto deveria ser aprendido por cada um dos nossos alunos; a escola deve explicar a cada um os objetivos da luta, contra o que lutar e por quais meios, o que cada aluno deve criar e construir, e como. Se resumíssemos agora as deduções que formulamos a respeito do ensino, diremos que o conteúdo deve armar a criança para a luta e para a criação da nova ordem, que os métodos de trabalho devem permitir a utilização prática dessas armas e que os objetivos do ensino e da educação consistem numa transformação dos conhecimentos em concepções ativas. Tais deduções permitem resolver toda uma série de outros problemas escolares. Assim e, em particular, podem ser justificadas: 1) a assimilação das noções fundamentais da filosofia marxista, mas essa assimilação, longe de ser abstrata e dogmática, deve consistir num exercício ativo, diríamos

mesmo que deve consistir numa transformação do mundo – e essa concepção se acha na base de nossos programas escolares; 2) a necessidade da educação ativa que concretize a ciência, permitindo assimilar o método científico de acordo com os objetivos fixados - e isto introduz o trabalho na escola; 3) a formação e a direção das preocupações infantis – ou seja, o que chamamos de organização da apropriação da vida pelas crianças. (PISTRAK, 2011, p. 29).

De acordo com Dal Ri quando afirma: “Do nosso ponto de vista. Pistrak foi o autor que levou a fundo, de forma mais radical as propostas de Marx e de Engels de união entre o ensino e o trabalho produtivo.” (DAL RI, 2004, p. 213).

Para ele “Tal organização da escola cria para a criança solo seguro e saudável, na qual irá desenvolver-se o espírito social animado, alegre, trabalhador e forte das gerações futuras.”. (PISTRAK, 2009, p. 132).

Por fim, os pedagogos soviéticos, com as propostas da escola do trabalho, introduziram no debate educacional questões bastante complexas que continuam ainda pouco estudadas. E estas questões, talvez mais do que as respostas dadas continuam como desafios extremamente atuais para a educação, em especial para se pensar como vincular a vida escolar com os processos sociais mais amplos. (DAL RI, 2004, p. 213).

Contudo, nem tudo foram flores, conforme a pesquisa revelou. A realidade de total devastação econômica, da fome, do frio, das epidemias, da guerra civil, da derrota das mobilizações operárias na Europa, da ideologia de socialismo num só país advinda da burocracia stalinista no poder, acabou por travar o ambicioso programa de emancipação das mulheres.

CAPÍTULO 4. RÚSSIA STALINISTA E O RETROCESSO NAS CONQUISTAS DAS MULHERES

De acordo com Trotsky, emancipando-se as mulheres, livra-se toda a humanidade da dominação secular determinada pela estruturação familiar: “A absorção completa, por parte da sociedade socialista, das funções econômicas da mulher, ligando toda uma geração pela solidariedade e assistência mútua, devia levar a mulher e, portanto, o casal, a uma verdadeira emancipação da dominação secular.”. (TROTSKY, 2005, p. 147). Foram com tais intenções que os bolcheviques lutaram pela emancipação da mulher, entendendo que sem esta emancipação, não seria possível emancipar a humanidade e construir uma forma social superior. No entanto, a revolução russa encontrou muitos inimigos mundiais. Sua revolução oferecia outro caminho para a organização e desenvolvimento da humanidade, concorrendo diretamente com as principais economias do mundo. Rapidamente, estes países buscaram estabelecer um bloqueio econômico à Rússia revolucionária, e ainda orquestraram a invasão do país por 14 exércitos para restituir o poder político e econômico às classes dominantes.

A nova república soviética sofreria a guerra civil durante quatro anos, o que produzia fome, disseminava doenças e mortes. Destes processos derivou-se o comunismo de guerra, NEP, primeiro plano quinquenal. Frente a uma série de consequências destas condições, mas, sobretudo, por conta da falta de recursos para custear todas as despesas necessárias aos investimentos sociais, não se conseguiu extinguir a família. Conforme escrevia Trotsky em 1936,

Não se conseguiu tomar de assalto a velha família; não foi por falta de boa vontade, nem porque ela estivesse firmemente enraizada nos espíritos. Pelo contrário, após um curto período de desconfiança para com o Estado, as suas creches, os seus jardins-de-infância e as suas diversas fundações operárias e depois delas as camponesas mais avançadas compreenderam as enormes vantagens da educação coletiva e da socialização da economia familiar. Infelizmente, a sociedade mostrava-se demasiado pobre e pouco civilizada. Os verdadeiros recursos do Estado não correspondiam aos planos nem às intenções do Partido Comunista. A família não pode ser ‘abolida’: é preciso substituí-la. A verdadeira emancipação da mulher é impossível no campo da ‘miséria socializada’. A experiência bem depressa confirmou essa verdade formulada por Marx, oitenta anos antes. (TROTSKY, 2005, p. 147).

Para conseguir abolir de fato a família, se garantir a subsistência superior de toda população russa, fazia-se necessário expandir a revolução para outros países, que pudessem auxiliar a Rússia na superação de suas pouco desenvolvidas forças produtivas. No entanto, após a morte de Lenin, sobretudo no congresso de 1925, ascende ao poder uma casta

burocrática, apoiada pelos setores mais conservadores do Partido Bolchevique, que por sua vez aliam-se aos grandes camponeses e comerciantes das cidades. Sobre este arco de alianças deliberam pelo socialismo em um só país. Esta opção política leva ao desenvolvimento de novas diferenciações sociais no seio da Rússia que estava em transição ao socialismo.

De acordo com Trotsky (2005, p. 148), “Durante os anos de fome, os operários alimentava-se tanto quanto possível – com as famílias, em certos casos – nos refeitórios de fábricas ou estabelecimentos análogos e esse fato foi oficialmente interpretado como sendo o advento de costumes socialistas”. No entanto em 1935 foram suprimidos os cartões de racionamento que asseguravam a distribuição mensal de alimentos, com isso “[...] os operários mais bem pagos começaram a voltar à mesa familiar” (TROTSKY, 2005, p. 148). Trotsky analisa que: “Seria errôneo ver nesse regresso ao lar uma condenação do sistema socialista, que, verdadeiramente, não tinha sido posto à prova. Esse procedimento dos operários e de suas mulheres encerrava, no entanto, um julgamento implacável da ‘alimentação social’ organizada pela burocracia.” (TROTSKY, 2005, p. 148).

Uma economia não pode sustentar-se plenamente em separada da cadeia internacional, o boicote e as pressões dos países imperialistas reduzia as possibilidades de investimento nos serviços básicos indispensáveis a população russa. Eram restritos os investimentos a tais serviços. Como forma de controlar o custeio social da política de manutenção das lavanderias, jardins de infância, restaurantes públicos, etc, a burocracia estalinista propagandeava a política de “Regresso ao lar”, esta constituía um dos aspectos do “culto à família” promovida pelo estalinismo. Trotsky (2005, p. 149) denunciava: “Mas a cozinha e a lavanderia caseiras, hoje louvadas com certo embaraço pelos oradores e jornalistas soviéticos, significam o regresso das mulheres às panelas e aos tanques, isto é, à antiga escravidão”.

Trotsky (2005, p. 150) aponta outro importante retrocesso às conquistas da revolução de outubro e da liberdade conquistada pelas mulheres: o direito ao aborto. “Tendo demonstrado a sua incapacidade em fornecer às mulheres, que se vêm obrigadas ao aborto, necessária assistência médica e instalações higiênicas, o Estado muda bruscamente de rumo e opta pelo das proibições.”. (TROTSKY, 2005, p. 150). Como justificativa para acobertar sua incapacidade mantenedora, a burocracia rende culto às *alegrias da maternidade*. Para Trotsky essa política é uma espécie de “filosofia de padre” que se apoia no poder policial do Estado que condena a prisão às mulheres que contrariam a nova lei reacionária. “Eles esqueceram visivelmente que o socialismo deveria eliminar as causas que levam a mulher ao aborto e não fazer intervir a polícia na sua vida íntima para lhe impor a ‘alegria da maternidade’”. (TROTSKY, 2005, p. 152). Assim, para o revolucionário russo, ao invés de uma garantia à

alegria da maternidade, esta era na verdade “uma lei dirigida contra a mulher, mas que institui para as ‘madames’ um regime de exceção, é um dos frutos legítimos da reação stalinista.” (TROTSKY, 2005, p. 152).

Outro retrocesso é verificado no direito ao divórcio que passa a ser taxado, sendo que tem aumentado seu valor a cada reincidência. Inicia-se uma campanha contra os divórcios *demasiado fáceis e frequentes*. Em decorrência da insuficiência material e cultural do Estado transicional, ressuscita-se o dogma da família, que na contramão de toda tradição de Marx à Lenin, passa a ser defendida como um fundamento sagrado do socialismo triunfante.

O motivo mais impiedoso do atual culto da família é, sem qualquer dúvida, a necessidade que tem a burocracia de uma estável hierarquia das relações de uma juventude disciplinada e espalhada por quarenta milhões de lares, a servir de pontos de apoio à autoridade e ao poder.”. (TROTSKY, 2005, p. 154).

Frente a tais retrocessos, Trotsky conclui que, também a mulher soviética não estava liberada.

A igualdade completa apresenta ainda sensivelmente mais vantagens para as mulheres das camadas dirigentes, que vivem do trabalho burocrático, técnico, pedagógico e intelectual, de maneira geral, do que para as operárias e, particularmente, para as camponesas. Enquanto a sociedade não estiver em condições de suportar os encargos materiais da família, a mãe não pode desempenhar verdadeiramente uma função social, a não ser que disponha de uma escrava, ama, cozinheira ou outra coisa do gênero. (TROTSKY, 2005, p. 156).

As ações do Stalinismo nada tinham a ver com as ideias bolcheviques profundamente libertárias que alimentaram a tomada do poder e os primeiros anos da revolução. Nossa maior tragédia foi este partido ter continuado a se apresentar como herdeiro genuíno do socialismo original (além de ter aniquilado a possibilidade do surgimento de uma nova ordem social). O retrocesso nas conquistas da revolução atingiu o nível máximo da implementação da pena de morte a partir dos 12 anos, autorização a tortura e a execução por fuzilamento a qualquer um que se opusesse ao Termidor.

Stalin unido às classes mais atrasadas da sociedade russa se apoiou nas bases patriarcais da sociedade e reascendeu essa moral pequeno-burguesa nas famílias trabalhadoras, removendo todas as leis dos primeiros anos da Revolução que garantiriam relações humanas superiores as opressoras relações familiares. Na década de 1930, tomaram uma série de medidas visando fortalecer a unidade familiar cada vez mais: proibiram o aborto

(principal forma de controle da natalidade), tornaram o divórcio novamente responsabilidade dos tribunais, condenaram e mataram homossexuais.

A partir de 1926, sob o regime de Stalin, se institui novamente o matrimônio civil como única união legal. Mais tarde é abolido o direito ao aborto, junto à supressão da seção feminina do Comitê Central e seus equivalentes nos diversos níveis de organização partidária. Em 1934, é proibida a homossexualidade e a prostituição se converte em delito. Não respeitar à família se converte em conduta 'burguesa' ou 'esquerdista' aos olhos da burocracia termidoriana. Stalin declara em 1936: O aborto que destrói a vida é inadmissível em nosso país. A mulher soviética tem os mesmos direitos que o homem, mas isso não a exime do grande e nobre dever que a natureza lhe designou: é mãe, concebe a vida. Quão distantes estão essas palavras das pronunciadas por Trotsky, que dizia: O poder revolucionário deu a toda mulher o direito ao aborto, um de seus direitos cívicos, políticos e culturais essenciais enquanto durar a miséria e a opressão familiar, digam o que disserem os eunucos e as solteironas de ambos os sexos. (D'ATRI, 2008, p. 94).

A jornada de construção Stalinista de uma União Soviética forte, abalada em sua densidade demográfica, com baixa natalidade, necessitando de braços operários para industrialização urgente, exigiu das mulheres a gravidez e o parto. A política oficial do Estado era a da reprodução familiar, apelando às trabalhadoras para adotar o duplo fardo silenciosa e agradecidamente, sendo mães em nome do bem estar da Rússia e da vitória da revolução. Os filhos ilegítimos voltam a esta condição e o divórcio torna-se um processo lento e dificultoso. “Anos mais tarde, em 1944, aumentam as consignações familiares, foi criada a ordem da ‘Glória Materna’ para a mulher que tivesse entre sete e nove filhos, e o título de ‘Mãe Heróica’ para quem tivesse mais de dez.”. (D'ATRI, 2008, p. 95).

Já nesta época, quando metade da força de trabalho assalariado russa era feminina, todos os aspectos da manutenção e reprodução da força de trabalho (cozinha, limpeza, lavanderias, creches), voltaram à responsabilidade individual da mulher-trabalhadora-mãe, impossibilitando-a de participar da vida político, econômico e social do país, pelas mesmas razões que a sociedade capitalista faz hoje: submeter e perpetuar a autoridade pelo patriarcalismo, mantendo o peso do trabalho doméstico sobre as costas da mulher trabalhadora, incentivando e responsabilizando cada unidade familiar pelo trabalho socialmente necessário.

Ou seja, mesmo tendo conseguido avançar nas discussões em relação à supressão da família e em direção à emancipação da mulher, após a revolução de outubro, o estalinismo, durante a década de 1930, a nova legislação sobre a família logrou aviltar muitas destas

conquistas, impondo retrocesso e a reposição de elementos do modelo burguês de família que eram duramente criticados por Marx, Engels e Lenin. Entre estes retrocessos estavam o culto ao casamento e a família, a proibição do aborto e penalizações que buscavam desestimular os divórcios. De acordo com Trotsky: “O estado atrasado do país sob os aspectos econômico e cultural provocou uma cruel reação. A legislação *termidoriana* recua para modelos burgueses, não sem cobrir a sua retirada com frases falsas sobre a santidade da ‘nova’ família. A inconsistência socialista dissimula-se, ainda aqui, sob uma hipócrita respeitabilidade”. (TROTSKY, 2005, p. 156). Por isso o revolucionário russo defendia que se fazia necessária uma revolução política que reestabelecesse as conquistas de outubro de 1917, e ainda pudesse fazer avançar as conquistas de liberdades para a humanidade, não apenas em um país só, mas em sua única forma plenamente possível, que seria o âmbito da revolução mundial. Dever-se-ia combinar a luta interna contra a burocracia e sua legislação reacionária, à luta pela revolução mundial que livrasse a Rússia do isolamento econômico e político, estas medidas restabeleceriam as bases para o avanço da abolição da família liberal, capitalista e patriarcal. Frente às amarras restabelecidas sobre as mulheres, mantém-se vigente a necessidade da luta contra as pesadas e humilhantes tarefas cotidianas.

CONCLUSÃO

Como maior símbolo da família ocupando papel central de sustentáculo da opressão a mulher, em alguns lugares do mundo pratica-se ainda, sob alegação religiosa e sustentado pelo senso comum, a extirpação do clitóris e a costura dos lábios vaginais de meninas ainda crianças. Praticado sempre por uma mulher mais velha na família, *a extirpação do clitóris constitui prova cabal da família monogâmica, patriarcal e nuclear reprimindo a sexualidade feminina a custo da tortura e da mutilação, séculos depois da generalização do patriarcalismo*. “Há mais de 110 milhões de mulheres e meninas com os órgãos genitais mutilados, e a cada ano são mais 2 milhões de mulheres que devem passar por este rito cruel.” (D'ATRI, 2008, p. 155). Na contemporaneidade o capitalismo reforça os modelos puritanos, reacionários e fundamentalistas ao mesmo tempo em que desenvolve possibilidades ilimitadas para o prazer individual e, discutindo sobre os direitos das minorias, viola – os sistematicamente, propondo novos tipos de relações sociais sem, contudo acabar com as estruturas mais arcaicas.

A família no sistema capitalista é obrigatória, é compulsória. É a expressão reduzida do Estado, ficando a cargo do homem exercer o papel de policial do lar. Milhares de mulheres vivem aspectos de escravidão doméstica imposta pela família burguesa. Impera a escravidão pelos maridos. A moral sexual é repressiva. Basta conversar com as pessoas para captar o *sentimento de culpa* ou de *indignação* em casos de *traição* nos relacionamentos monogâmicos. As pessoas ficam em depressão, se matam, estupram e cometem assassinatos por conta do caos sexual reinante em nossa sociedade.

Reich argumenta que

A família e a escola, com efeito, não passam, nos nossos dias, de um ponto de vista político, de oficinas de ordem social burguesa, destinadas a fabricação de pessoas ajuizadas e obedientes. O pai, na sua figura habitual, é o representante das autoridades burguesas e do poder de Estado na família. Autoridade do Estado exige dos adultos a mesma atitude obediente e submissa que aquela que exige o pai dos seus filhos quando são pequenos ou adolescentes. A falta de espírito crítico, a proibição de protestar, a ausência de opinião pessoal caracterizam a relação das crianças fiéis a sua família, com os pais, assim como as dos empregados e funcionários devotados às autoridades, com o Estado, e na fábrica [...] (REICH apud DANTAS, 2011, p. 47).

Para Reich: "(...) a família burguesa é antes de tudo uma fábrica de seres submissos". (REICH apud DANTAS, 2011, p. 49). Ela tem como "[...] tarefa de educar seres submissos e de tornar os jovens aptos para o casamento" (REICH apud DANTAS, 2011, p. 50).

Engels no livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, afirma que a família burguesa, a posse sobre a mulher, tem como finalidade controlar a sua reprodução e os herdeiros da burguesia. O burguês quer ter certeza que a filha que a esposa espera é dele, não por amor a esposa, mas sim para garantir que seus bens fiquem com seu legítimo herdeiro. Reich afirma que o controle sexual pelo Estado tem como finalidade garantir a reprodução contínua de um exército industrial de reserva. Que mesmo o burguês e os pequeno-burgueses raramente têm prazer sexual efetivo com suas esposas e parceiras sexuais. Eles as têm como intermediárias da transmissão de suas posses. Buscam então se realizar fora do casamento, fora da vida conjugal, com pessoas que possa maltratar e depois virar as costas. O que por sua vez pressupõem tratar as pessoas como mercadorias e não como sujeitos. Assim, não consegue se realizar sexualmente e ter uma vida sexual saudável nem com a esposa (mera reprodutora), nem com as transas casuais (meras mercadorias).

Isso sem contar os casos de abstinência sexual, em que as pessoas se isolam e vivem de masturbação sem conseguir se envolver sexualmente com outras pessoas.

Partindo de Reich, devemos considerar que todas as pessoas sofrem as pressões da forma sexual imposta pela classe dominante aliada à Igreja, a moral sexual miserável pesa sobre nossos ombros como uma tonelada. Enquanto houver capitalismo sofreremos com as misérias morais, medos, imposições e decepções da moral sexual, do casamento, da família, dos amigos, companheiros de trabalho. Por outro lado seremos também, sempre, impelidos a estabelecer relacionamentos sexuais superficiais, que igualam o sexo ao ato de defecar. Mesmo que surjam dificuldades, limites e pressões: pensamos que sempre devemos buscar sermos sujeitos de nossas relações sexuais e afetivas.

O sexo tem que ser encarado como fonte de prazer, e eventualmente como reprodução. Reich fala do prazer camaradagem, onde seu parceiro sexual não é uma mercadoria para seu próprio prazer, mas sujeito de prazer e amizade. Para Reich só chegaremos à liberdade sexual, sem culpa alguma ou desvios pequeno-burgueses consumistas e mistificadores, depois da revolução socialista. "A burguesia, em todas as suas tonalidades, prescreve receitas morais sempre novas, prega a responsabilidade, condena, prende jovens em massa por crimes sexuais e, todavia não se dá conta da mais elementar realidade: que os crimes sexuais, a necessidade e a miséria reinarão obrigatoriamente enquanto durar esta ordem social que reprime igualmente a vida sexual" (REICH apud DANTAS, 2011, p. 31). No entanto, temos que evitar tanto o

caminho do sexo como *defecar*, tanto o sexo rotineiro e castrador da família burguesa e pequeno-burguesa, procurando, em meio a este caos sexual e a moral repressiva do casamento, desenvolver e aprofundar nossas *amizades sexuais*.

A miséria da sociedade capitalista não é abstrata, ela toma forma na exploração assalariada, na Igreja, na escola, na mídia, nos podres poderes, na cultura alienada, nas gangues (tribos) sem causa que existem aos montes, etc., e na *família*. A família burguesa, pequeno burguesa, é por excelência opressiva, castradora, com sua moral hipócrita que acoberta barbaridades e também são corruptas, com seus mimos, agrados e amor de perfil possessivo; mais que isso, ela não apenas funciona – sob o imperativo de classe – como uma fábrica de neuróticos, não apenas como uma célula reprodutora da ideologia vigente, mas é geradora de dependência emocional doentia. É da sua natureza, sobretudo em épocas como as últimas décadas, reproduzir novas gerações caretas, atrasadas, enquadradas, medrosas e consumistas; e, sobretudo em épocas revolucionárias, é base para revoltas, para uma juventude que se revoltando adere à revolução; seja como for, a família, antes e agora, é campo de batalha de certas revoltas/desajustes que podem adotar uma forma surda de combate autodestrutivo, combate impotente.

Mas o impacto dessa miséria emocional vai ter resultados diferentes conforme o sujeito, conforme a subjetividade de cada um. Atingidos em sua sensibilidade, uns evoluem para uma localização revolucionária, desenvolvem uma personalidade revolucionária e outros marcham para crises sucessivas de impotência, identidade, descrença em si próprio, depressão e autodestruição; levando muitos casos ao suicídio. São casos de pessoas brilhantes, amorosas, que não se ajustam aquela (a)normalidade - porque nada pode ser normal onde o normal é naturalizar o abuso.

Em seu livro *Sobre o suicídio*, Marx se dedica a esfera da vida privada analisando o suicídio. Publica uma série de comentários entre excertos traduzidos do alemão, de uma coleção informal de ocorrências e episódios escritos por um diretor dos Arquivos da Polícia sob a Restauração, Jacques Peuchet. A principal questão social discutida em relação ao suicídio é a opressão das mulheres nas sociedades modernas e sua relação intrínseca com a família.

Com certeza, este texto é uma das mais poderosas armas de denúncia à opressão contra as mulheres. Marx utiliza três exemplos de suicídio, dos quais dois foram diretamente motivados pela opressão da família patriarcal a mulher, sendo que um deles trata da questão do aborto, que se tornou a principal reivindicação do movimento feminista depois de 1968. No primeiro caso uma jovem é levada ao suicídio as vésperas do casamento, depois de ser

publicamente humilhada pelos pais. No segundo caso a história de uma mulher vítima do ciúme doentio de seu marido, grávida, trancada em casa, decide afogar-se quando vê frustrada sua intenção de abortar a criança.

No terceiro, um homem trabalhador desempregado dá fim a própria vida para não ser uma sobrecarga a sua família. “Entre as causas do suicídio, contei muito frequentemente a exoneração de funcionários, a recusa de trabalho, a súbita queda dos salários, em consequência de que as famílias não obtinham os meios necessários para viver, tanto mais que a maioria delas ganha apenas para comer.” (MARX, 2006, p. 48).

Estes excertos constituem um protesto indignado à situação de opressão as mulheres sob o patriarcalismo, das dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora e a natureza opressora da família burguesa.

Entre as causas do desespero que levam as pessoas muito nervosas - irritáveis a buscar a morte, seres passionais e melancólicos, descobri os maus-tratos como o fator dominante, as injustiças, os castigos secretos, que pais e superiores impiedosos infligem às pessoas que se encontram sob sua dependência. A revolução não derrubou todas as tiranias; os males que se reprovavam nos poderes despóticos subsistem nas famílias; nelas eles provocam crises análogas às das revoluções. (MARX, 2006, p. 28).

Ou seja, essa família opressora da sociedade dilacerada, alienada, capitalista, decadente até a medula, pode dar, como subproduto, ou melhor, como resposta, o caráter individual revolucionário, mas também pode engendrar o anti-herói, o herói problemático dos romances, da vida real, e o depressivo crônico e autodestrutivo, tão comum na atualidade. E também o personagem aparentemente estranho, mas muito comum, que termina amando aquele que o oprime. Aliás, eis aqui um tema que não foge às reflexões que estamos fazendo: a dificuldade que o oprimido às vezes tem em odiar seu opressor (ficando refém de um relacionamento afetivo ambivalente que lembra o masoquismo). Aqui a época pesa muitíssimo – esses tempos dramaticamente conservadores e reacionários, terreno propício para este tipo de família consumista e possessiva reinar soberanamente sobre o indivíduo, impedindo-o de se libertar de suas amarras. É preciso enfrentar de pé e no combate frontal a máquina familiar e canalizar socialmente seu desajuste legítimo.

Cada caso deste, extremado de opressão, tem de servir aos revolucionários como inspiração para retomarmos com fôlego o debate contra a moral sexual e a família conservadora patriarcal, assim como sua ligação com a propriedade privada e com os interesses da burguesia. Pois as meninas citadas por Marx não foram as primeiras e não serão as últimas, ainda muitas vezes veremos jovens tirando a própria vida devido à miséria subjetiva do capitalismo; é nosso dever enquanto revolucionários discutir a opressão nestes

termos para que, inclusive, toda a tristeza que pressiona a autodestruição e que sente cada oprimido, oriunda da humilhação, da submissão, do despotismo, do sentimento de não pertencimento a si próprio; causada pela exploração, pelo racismo, xenofobia, homofobia, misoginia, pelos estupros, pela pedofilia, etc.: *seja politizada e transformada em ódio de classe.*

A morte trágica de cada mulher, criança, negro, homossexual, imigrante, etc., seja pelas mãos da polícia – força repressora do Estado e da burguesia; seja por resultado direto da opressão e exploração (mortes por aborto, fome, doenças, guerras, intolerância, etc.); ou por suas próprias mãos: aumenta nosso ódio contra a opressão de classe, sexual, da família hipócrita e patriarcal-burguesa, que é cria inevitável das relações capitalistas.

De acordo com Marx quando fala sobre o suicídio e a opressão e se suas causas determinantes não poderiam ser prevenidas: “Descobri que, sem uma reforma total da ordem social de nosso tempo, todas as tentativas de mudança seriam inúteis.” (MARX, 2006, p. 28).

É dever dos marxistas revolucionários defender as demandas democráticas em tempos de aparente estabilidade social, apesar de acreditarmos que há uma relação umbilical entre opressão e exploração e sendo a nossa sociedade de classes, o fim da opressão sob a democracia burguesa é impraticável. Porque o fim de toda opressão carregará certamente como causa o fim da exploração de classes. Enquanto em nossa sociedade houverem possuidores e possuídos, explorados em sua atividade humana fundamental (o trabalho), haverá ainda o subjugo dos oprimidos.

Por isso é crucial que estejamos na primeira fila da luta pelo direito ao aborto, pelos direitos das mulheres trabalhadoras, por todos os direitos civis para gays, lésbicas e transexuais, pelos direitos do povo negro. Entretanto, não podemos nos esquivar, ante cada direito conquistado que transforma enormemente a vida de milhões de pessoas, a responsabilidade de denunciar o capitalismo pelo seu controle despótico de nossos corpos, nossas vidas, nossas relações sociais e nossa sexualidade.

Para, defendendo todos os direitos conquistados assim como a ampliação destes, e os articulando a discussão classista, organizarmos a *unidade da classe operária*, única força motriz capaz de verdadeiramente libertar a humanidade da exploração e da opressão.

Num momento marcado por uma profunda fragmentação de classe trabalhadora (entre efetivos, terceirizados, temporários, desempregados, informais; ou entre homens e mulheres, brancos e negros, heterossexuais e homossexuais; além das diferenciações religiosas), qualquer movimentação contra a corrente, ou seja, qualquer movimentação que seja um grito de unidade das fileiras operárias possui um valor inestimável. (ASSUNÇÃO, 2011, p. 93).

Por fim: “Pensamos que hoje permanece atual a frase dita pela socialista norte-americana Louise Kneeland em 1914: ‘O socialista que não é feminista carece de amplitude. Quem é feminista e não é socialista carece de estratégia’”. (KNEELAND apud D'ATRI, 2008, p. 160). Nossa luta diária tem como objetivo a organização das mulheres trabalhadoras para lutar pela revolução social e a revolução social para iniciar o caminho da emancipação definitiva das mulheres e de toda a humanidade, pois

Ainda que o imperialismo tenha desenvolvido novas formas de opressão e aumentado o peso das amarras que pesam sobre a vida das mulheres, a experiência das mulheres que dirigiram as revoltas da farinha, das mulheres dos bairros pobres de Paris que dirigiram a Revolução Francesa, das *commands* de 1871, a experiência das operárias têxteis do início do século XX, das mulheres na Revolução Russa, as experiências de tantas mulheres que têm lutado ao longo da história estão vivas nas mulheres do mundo que ainda hoje continuam se levantando contra a ordem vigente. (D'ATRI, 2008, p. 160).

Sob a forma socializada dos meios de produção veremos a opressão se desintegrar aos poucos e libertar a família atual de todo laço material e conseqüentemente de toda escravidão conjugal. Libertando a mulher dos afazeres domésticos e da criação individualizada das crianças, as relações amorosas se transformarão então numa “sublime associação de duas almas que se amam”. A família opressora não terá mais razão, nem material, nem ideológica para existir. De acordo com Kollontai: “Esta associação que promete a cada trabalhador e a cada trabalhadora, ao mesmo tempo que a alegria mais completa, o máximo de satisfação que pode caber a seres conscientes de si mesmo e da vida que os cerca. A união livre, eis o que a sociedade comunista de amanhã significará para o homem e para a mulher.” (KOLLONTAI, 1982, p.86).

Para finalizar, faço minhas as palavras do revolucionário russo Leon Trotsky que escreveu em seu testamento: ‘Posso ver a grama verde e brilhante pelo vidro, o céu azul e claro acima, e a luz do sol irradiando em todas as partes. A vida é bela. Que as futuras gerações livres-na de todo o mal, opressão e violência e possam gozá-la plenamente’. (TROTSKY apud D'ATRI, 2008, p. 161).

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, D. *A precarização tem rosto de mulher: a luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP*. São Paulo: Iskra, 2011.
- D'ATRI, A. *Pão e Rosas: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo*. São Paulo: Iskra, 2008.
- DAL RI, N. M. *Educação democrática e trabalho associado no contexto político-econômico do movimento dos trabalhadores rurais sem terra*. 2004. Tese (Livre – Docência). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.
- DANTAS, G. *O combate sexual da juventude (Wilhelm Reich) – Comentado*. Brasília: Centelha Cultural, 2011.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GIL, A. C.. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOLDMAN, W. Z. *La mujer, el Estado y la revolución: política familiar y vida social soviéticas, 1917-1936*. Buenos Aires: IPS, 2010.
- KOLLONTAI, A. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Sundermann, 2007.
- KOLLONTAI, A. *Marxismo e Revolução Sexual*. São Paulo: Global, 1982.
- KOLLONTAI, A. *O comunismo e a Família (1920)*. Barcelona: Komunistka, 1937. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com_fam.htm. Acesso em: 15 mai. 2012.
- KRUPSKAIA, N. *Acerca de la Educacion Comunista - Articulos y Discursos*. Traducido del ruso por V. Sanchez Esteban. Moscú: Ediciones en Lenguas Extranjeras, s/d.
- LENIN, V. I. *A Instituição do Divórcio Não Destrói a Família*. Pod Znameniem Marksisma, Moscou, 1922. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1922/03/12.htm>. Acesso em: 25 abr. 2012.
- LENIN, V. I. *La emancipación de la mujer*. Moscou: Progreso, 1979.
- LENIN, V. I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Alfa Omega, 1980.
- LENIN, V. I. *A Contribuição da Mulher na Construção do Socialismo*. Pravda, Moscou, 1919. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/07/28.htm>. Acesso em: 20 abr. 2012.

LENIN, V. I. *Às Operárias*. Pravda, Moscou, 1920. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/02/22.htm/>. Acesso em: 15 abr. 2012.

LENIN, V. I. *As Tarefas do Movimento Operário Feminino na República dos Sovietes*. Pravda, Moscou, 1919. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/09/25.htm>. Acesso em: 10 abr. 2012.

LEUDEMANN, C. da S. *Anton Makarenko vida e obra: a pedagogia na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MAKARENKO, A. *As minhas concepções pedagógicas*. In: LEUDEMANN, Cecília da Silveira. *Anton Makarenko vida e obra: a pedagogia na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MARX, K. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NYE, A. *Teoria Feminista e as Filosofias do Homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

PÁDUA, E. M. M. de. *Metodologia da pesquisa*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.

PISTRAK, M. M. *A Escola - Comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PISTRAK, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, N. *Concepção socialista de educação: a contribuição de Nadedja Krupskaya*. *HISTEDBR On-line*, Campinas, 2011. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/41e/art03_41e.pdf. Acesso em: 25 mai. 2012.

TOLEDO, C. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. São Paulo: Sundermann, 2008.

TROTSKY, L. *A Revolução Traída: o que é e para onde vai a URSS*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

TROTSKY, L. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2007.